ARQUITETURA



agôsto, 1963

14

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

BERNINI S. A.

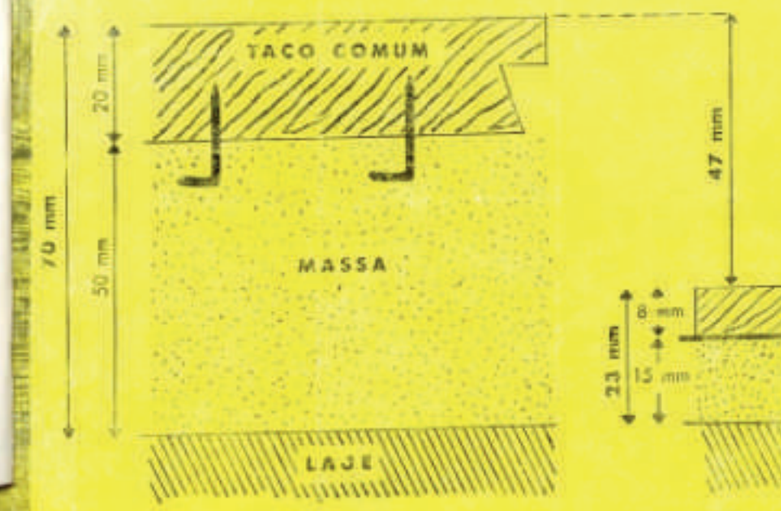
lambris
folheados e maciços

rua moncorvo filho, 25-27 • vendas 43-1090/43-2750 • Rio

PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior !

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**
E SUAS VANTAGENS



ECONOMIA
DO PÊSO DA CONSTRUÇÃO DE
60 a 80 kgs por m² de Piso

ECONOMIA
NA ALTURA DA CONSTRUÇÃO
50 mm por Ander

PARKEX S. A.
INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 410 - TEL.: 43-7798

ARQUITETURA está sendo recebida, além de outros, por:

3.125 arquitetos em todo o Brasil

2.150 firmas construtoras no Rio e em São Paulo

390 firmas construtoras nos demais Estados

823 indústrias ligadas à construção e à arquitetura em todo o país

130 firmas de decoração, mobiliário e equipamento de interior no Rio e S. Paulo

150 revendedores de materiais de construção no Rio e S. Paulo

115 órgãos federais, estaduais e municipais ligados à arquitetura e a construção em geral.

Tijolos em Ritmo de Fábula

Certa vez — e foi há muito tempo, quando ainda não se conhecia o concreto — um homem curioso e meio filósofo deparou com pedreiros erigindo muralha circular, destinada à proteção e adôrno de um castelo.

Dirigiu-se ao primeiro:
— O que estais fazendo?
— Assentando tijolos.
Foi a outro: — E vós?
— Ergo um muro.

Finalmente, repetiu a pergunta a um pedreiro cujo olhar brilhava mais do que o de seus companheiros...

— Amigo, o que fazeis?
— Eu construo um castelo!

Êsse era um construtor. Nós, os De Paoli, temos grande afinidade com êsse remoto pedreiro. Como êle, somos construtores. E se nos perguntam: — O que fazem? respondemos sem vacilação: — Construímos uma cidade! Nossa cidade está em todo o Brasil, nas obras que já edificamos. E ela não pára de crescer, porque os De Paoli não param de construir. Nosso avô, Angelo Marcello de Paoli, legou-nos uma tradição de pioneirismo e amor ao trabalho. Esta, aliada a uma experiência de 70 anos vivida em centenas de obras, dá aos que exigem segurança a garantia maior de nossa idoneidade.

DE PAOLI S/A
COMÉRCIO INDÚSTRIA

Tradição de pioneirismo e segurança em construções

AZULEJOS KLABIN

Klabin Irmãos & Cia.

Setor Manufatura Nacional de Porcelanas

Escritório Central: Av. Rio Branco, 81 - 14. andar - Tel.: 23-5870
Caixa Postal, 1622 - End. Telegr. "Klabin" - Rio de Janeiro

Azulejos

o moderno, prático, decorativo chama-se AZULEJO



Quando você vai ao seu clube, você nota que a piscina e os vestiários são revestidos de azulejos. Nos refeitórios dos colégios e das fábricas, nos laboratórios e gabinetes de física e química, e nos hospitais, onde a assepsia é um imperativo, você também encontrará os azulejos. Mas, além do grande serviço que os azulejos prestam à higienização dos ambientes, êles podem ser usados também como elemento decorativo, em magníficos painéis a côres ou decorando fachadas e corredores.

Portas, vitrinas e balcões de cristal temperado "Blindex" oferecem resistência 7 vêzes superior à dos cristais comuns. Protegem sem isolar e dividem sem desarticular. Dispensam caixilhos. E proporcionam, com fartura, um dos elementos mais importantes da arquitetura moderna: luz do dia. Por tudo isto, "Blindex" é uma especificação habitual nos projetos de vanguarda. Em seu próximo projeto, inclua portas de cristal temperado "Blindex". Tudo ficará mais claro.

É resistência.
É Blindex.



INDÚSTRIA BRASILEIRA
BLINDEX
SANTA LUCIA CRISTAIS LTDA.

SÃO PAULO
Vendas: Rua Tocantins, 96 - Tel. 52-6543 e 52-6438

RIO DE JANEIRO
Vendas: Av. Presidente Vargas, 642 - g. 505 - Tel. 23-9915

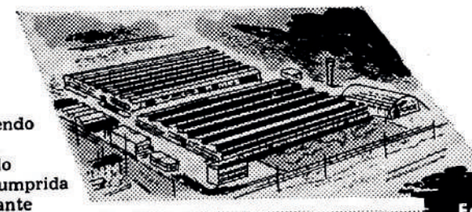
Standard - Rio

Industrialização: **META** do Govêrno

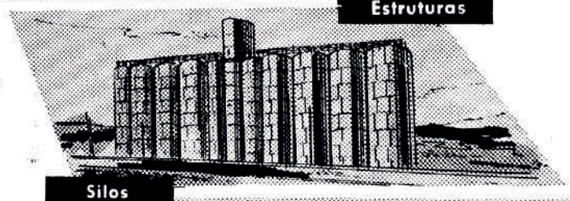
estruturas **METÁLICAS**

EDIMETAL

solução preferida pelos grandes industriais



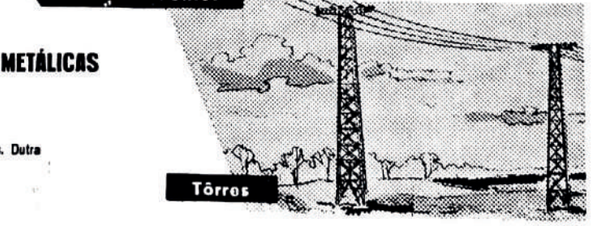
Brasil, 1959. Nascem indústrias e indústrias se expandem, atendendo às exigências do desenvolvimento do país. Cada etapa cumprida é um passo de gigante no rumo da independência econômica. Edimetal participa dêsse esfôrço. Oferece soluções às indústrias que crescem. Hoje, grandes industriais empregam as **Estruturas Metálicas Edimetal.** Ganham *mais espaço útil.* Suas indústrias apresentam maior índice de produtividade! Exijam **Estruturas Metálicas Edimetal** que obedecem, rigorosamente, às Normas Técnicas Brasileiras Recomendadas.



Estruturas



Silos



Pontes

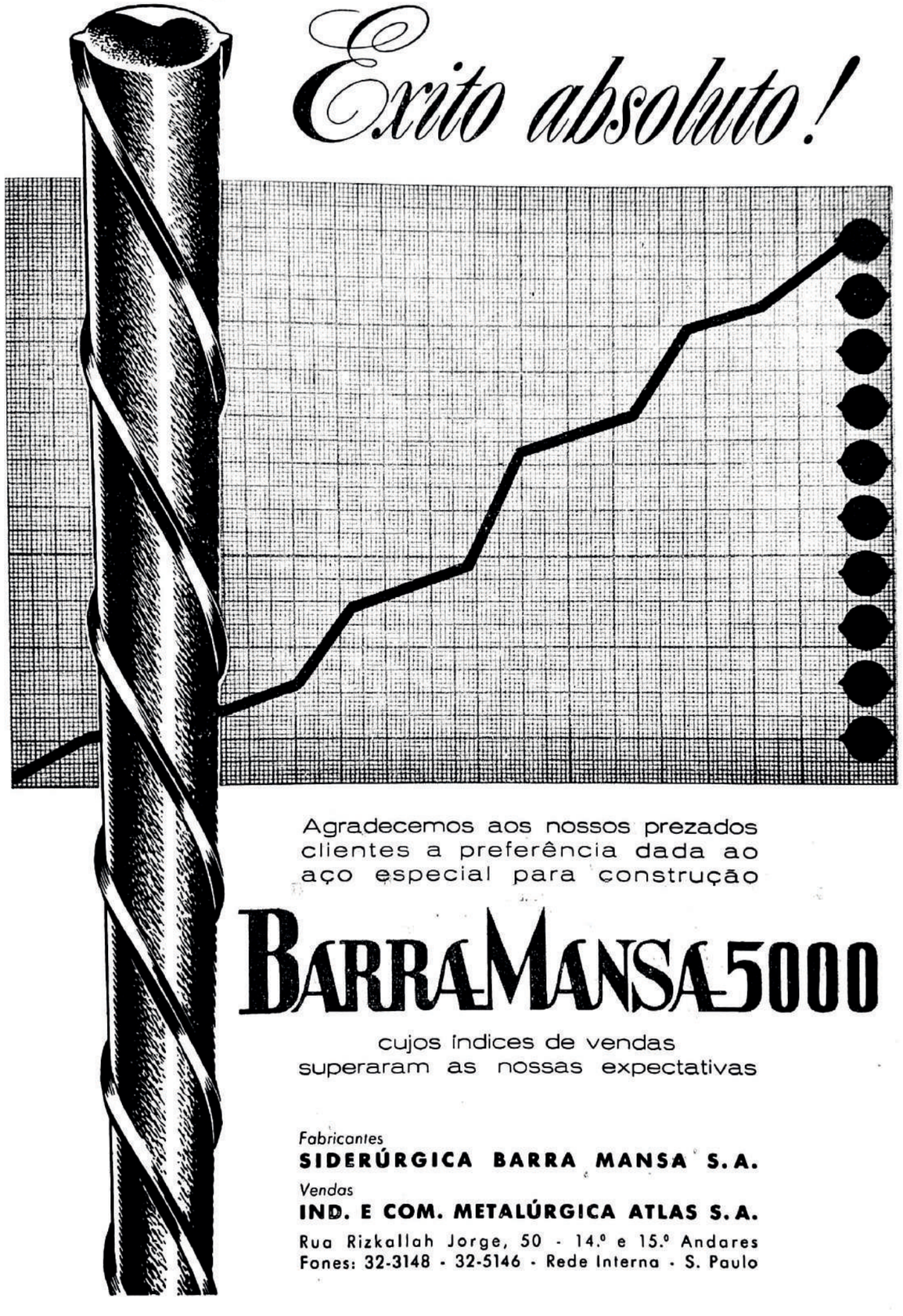
Tôrres

FÁBRICA NACIONAL DE ESTRUTURAS METÁLICAS "EDIMETAL" S. A.

SEDE: Rio - Rua do Carmo, 27-7.º andar - Tel.: 32-4210
Caixa Postal: 3723 - End. Telegr. "NACMET"
FÁBRICA: Barra Mansa - E. do Rio - Km 115 da Rodovia Pres. Dutra

9.010

Êxito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.

Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.

Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo

É a nova cobertura auto-portante, praticamente horizontal, formada pela conjugação de várias chapas estampadas e repuchadas, parafusadas entre si, cujas seções de perfis técnicamente calculadas permitem vencer grandes vãos sem apoios intermediários.

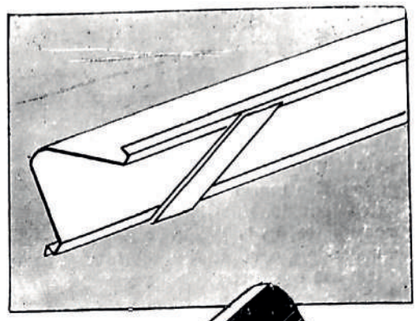
MATERIAL EMPREGADO

Êste tipo de cobertura pode ser fabricado em chapa galvanizada, alumínio e chapa de aço inoxidável.

Para efeitos estéticos especiais pode-se pintar a cobertura com tinta de alumínio ou com tinta de grande duração.

TETOS HORIZONTAIS:

Não só as imposições estéticas da arquitetura moderna exigem coberturas planas, mas também a economia resultante da supressão de empenas e custosas estruturas se faz importante e definitiva.





LOOK

ESTRUTELHA bérgom

PRINCIPAIS VANTAGENS: IMPERMEABILIDADE ABSOLUTA • INCOMBUSTIBILIDADE • ESTÉTICA • DURABILIDADE • INDEFORMABILIDADE • RAPIDEZ E ECONOMIA NA MONTAGEM • LEVEZA • SEGURANÇA.

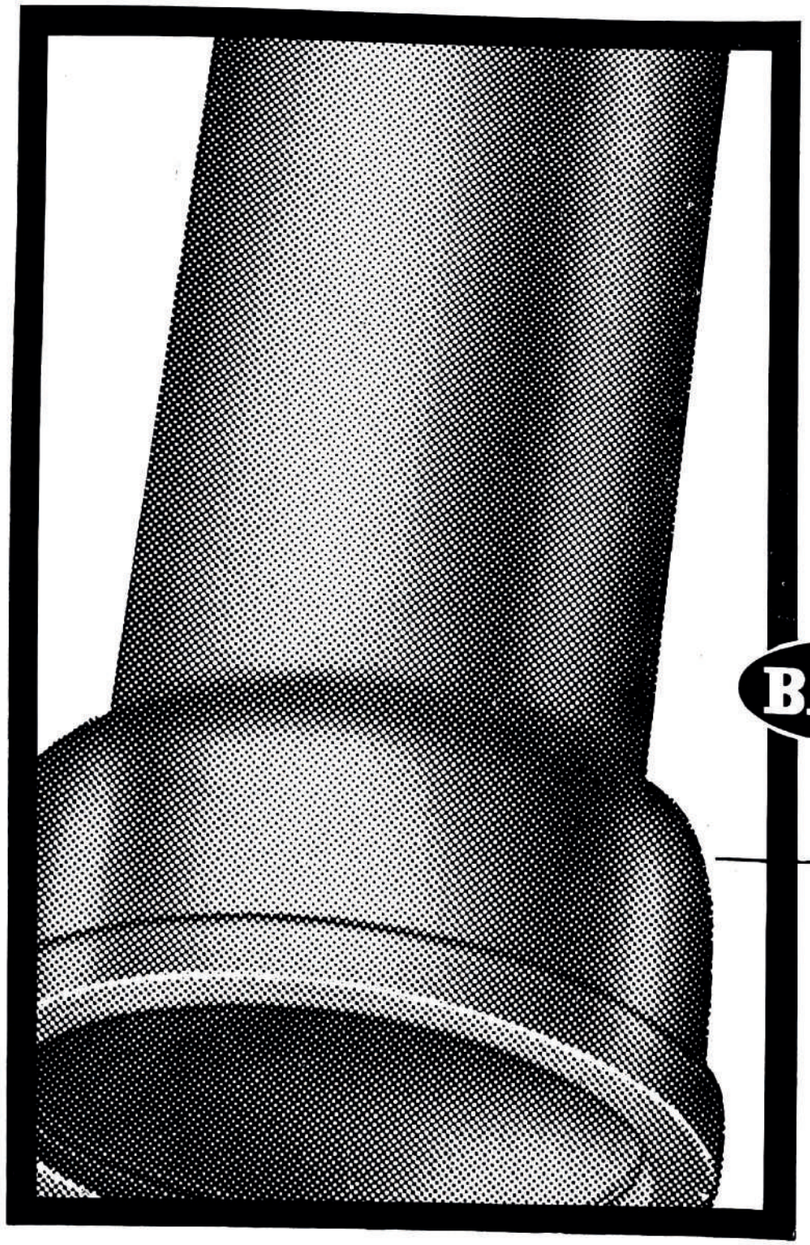
PRODUTO GARANTIDO POR:

bérgom

R. José Bonifácio, 458 (Meier) - Rio de Janeiro - E. da Guanabara
Tels.: 29-0141 * 29-0142 * 29-0143 * 49-1070 e 49-3986
Tels. em São Paulo: 33-5982 e 36-0933.
RIO * S. PAULO * BRASÍLIA * SALVADOR * B. HORIZONTE • RECIFE

tubos e conexões barbará tipo "esgôto"

Tubos e conexões de ferro fundido são aprovados, sem quaisquer restrições, pela Norma NB-19R da A. B. N. T., para instalações prediais de esgotos sanitários. E a marca BARBARÁ identifica, no Brasil, os melhores tubos e conexões de ferro fundido. Fabricados por centrifugação, os tubos BARBARÁ tornam-se mais resistentes, mais fáceis de serrar, de durabilidade praticamente ilimitada e superior qualidade. As conexões, fabricadas em fundição inteiramente mecanizada, têm dimensões rigorosas e constantes e sua grande variedade permite executar qualquer traçado de encanamentos.



Fabricados nos diâmetros de 50 mm (2"), 75 mm (3"), 100 mm (4"), 125 mm (5") e 150 mm (6"), em comprimentos de 1 até 4 metros.

BARBARÁ

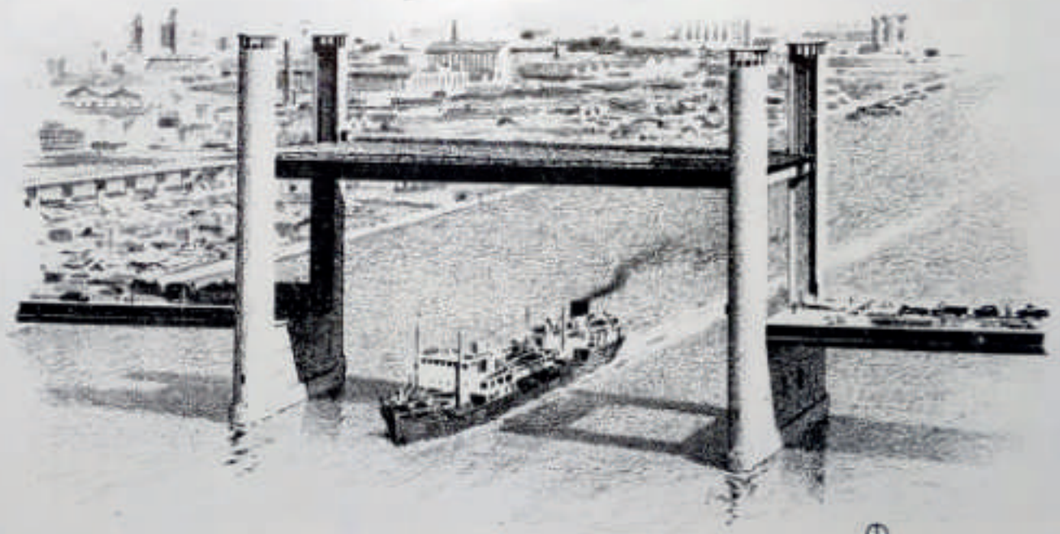
uma longa experiência a serviço do progresso

companhia metalúrgica barbará

Usinas: BARRA MANSA e S. PAULO
Escritório Central: Av. Almirante Barroso, 72 • 12.º • Tel. 22-9981 RIO DE JANEIRO
Filial: Pça. Pe. Manoel da Nóbrega, 16 • 11.º • Tel. 32-3181 SÃO PAULO
Agências: BRASÍLIA - GOIÂNIA RECIFE - CURITIBA - PÔRTO ALEGRE

marcos fundamentais do progresso brasileiro

A caminho da emancipação econômica, o Brasil explora suas riquezas naturais, amplia seu parque industrial e moderniza suas vias de transporte. Ao estruturar sòlidamente êsse progresso, constrói edifícios... pontes... barragens... envolvendo problemas a cuja complexidade tem sempre procurado dar a melhor solução. A cada um dêsses problemas a Franki apresenta a resposta mais adequada — o que justifica a confiança dos arquitetos e construtores nos processos Franki de fundações.



Travessia do Rio Guaíba - Pôrto Alegre - 11 km de pontes e aterros de acesso.
Serviços executados: 1) 45.000 metros lineares de drenos de areia.
2) 36.653 metros lineares de estacas metálicas, pré-moldadas, Franki-Standard e Franki-Tubadas.

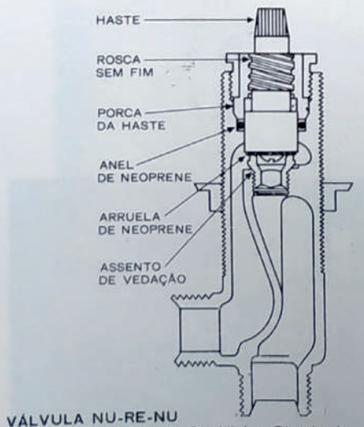


estacas FRANKI ltda.
o especialista para suas fundações

Rio: Avenida Rio Branco, 311 - 10.º andar - Tel. 22-7630
São Paulo - Vitória - Curitiba - Pôrto Alegre - Recife
Salvador - Brasília - Juiz de Fora - Belém - Belo Horizonte



apenas 1/4 de volta para abrir ou fechar totalmente

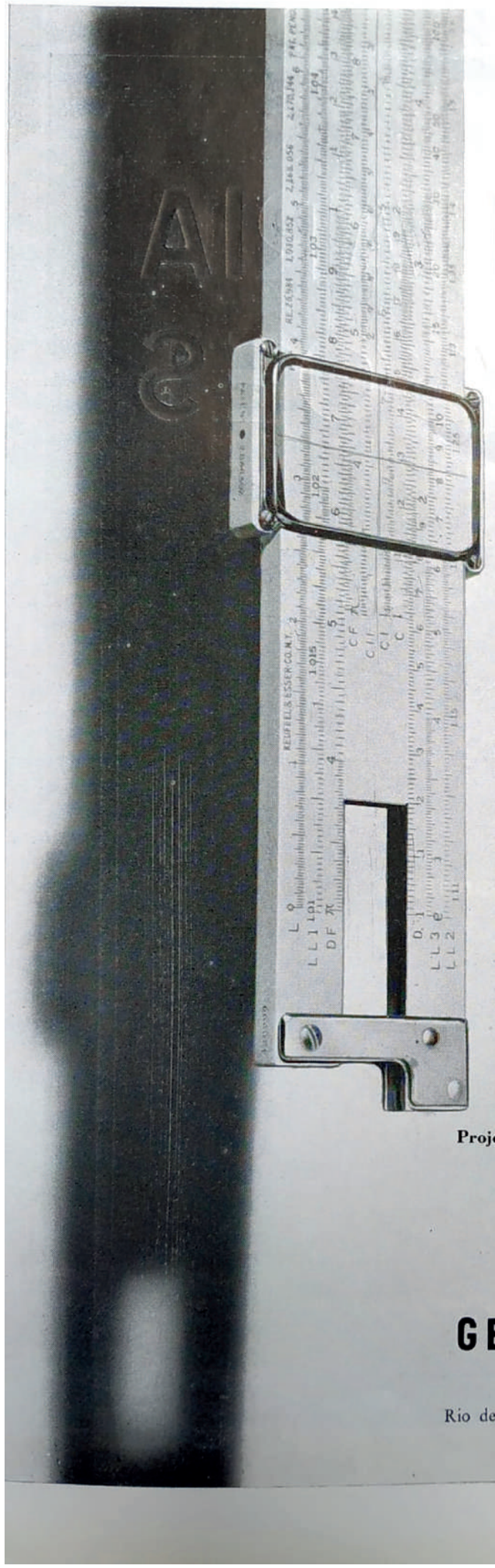


VÁLVULA NU-RE-NU
o coração dos Metais Sanitários Standard
Absoluta garantia contra vasamentos. Partes móveis isoladas, eliminando o desgaste causado pelas impurezas da água. Arruelas de neoprene possibilitam vedação total. Dente da rôsca da haste em forma de trapézio oferece maior área de contato o reduz o desgaste.

As arrojadas inovações dos Metais Sanitários Standard atendem à sua integração dentro das exigências do "habitat" moderno. Entre as vantagens proporcionadas por êsses aperfeiçoamentos destaca-se a comodidade de uso. A rôsca da haste das torneiras Standard tem duas entradas e grande inclinação, o que permite abrir ou fechar totalmente as torneiras com mínimo movimento - apenas 1/4 de volta. Entre suas características destacam-se ainda: revestimento por camada de cobre; banho de níquel de 2,5 microns de espessura e banho de cromo que preserva por período mínimo de 10 anos o acabamento e beleza de cada peça. A escolha dos Metais Standard justifica-se, também, pelos aperfeiçoamentos que incorporam: Válvula Nu-Re-Nu; oxigenador exclusivo (que proporciona água leve e arejada, sem respingos). Conjugando concepção moderna e técnica avançada, constituem a preferência certa dos que exigem qualidade atualizada.

IDEAL-Standard
padrão mundial de qualidade em sanitários

Revendedores em todo o país. Escritórios: S. Paulo, Al. Santos, 2152 - 1.º and. • Rio de Janeiro R. México, 21 - 9.º and. • Brasília, Av. W3, Quadra 2 • Fábrica em Jundiaí, Est. de S. Paulo



Seja qual fôr seu problema de iluminação, os engenheiros luminotécnicos da G.E. oferecem a melhor solução –sem ônus para você!

Sem qualquer compromisso ou despesa de sua parte, solicite a presença de um engenheiro luminotécnico da General Electric para estudar o seu problema de iluminação. Você terá, assim, a garantia de receber o melhor projeto de iluminação, em bases funcionais e econômicas.

Projetos de iluminação para

- escritórios
- bancos
- fábricas
- iluminação pública
- escolas
- hospitais
- edifícios
- oficinas
- ginásios esportivos
- repartições públicas etc.

GENERAL ELECTRIC

General Electric S. A.

Rio de Janeiro · São Paulo · Recife · Salvador · Pôrto Alegre
Belo Horizonte · Curitiba

46-848

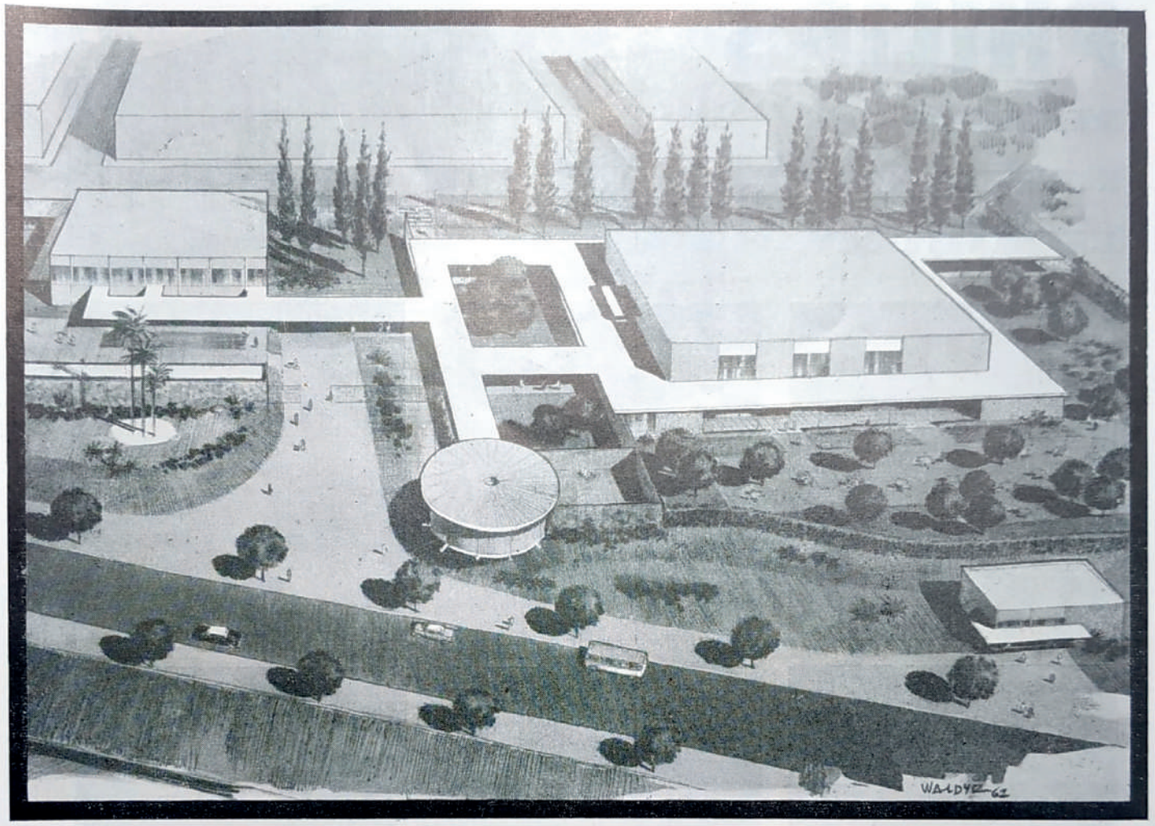
ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES S.A.

ENGEFUSA

FUNDAÇÕES EM GERAL

INFRA — ESTRUTURAS

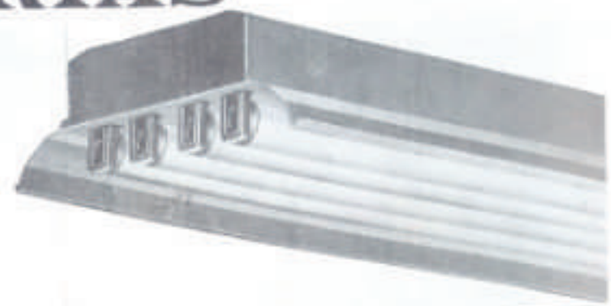
RUA SANTA LUZIA, 799 — 16º ANDAR-RIO DE JANEIRO



Sugestivo detalhe das instalações sociais planejadas para a Fábrica da Cia. Fiat Lux, de Fósforos de Segurança, cuja construção está em andamento em São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco. O projeto em execução prevê: capela, escola, residências para operários, pavilhão social, creche, vestiário, piscina, campo de futebol e pista de atletismo.

Projeto dos arquitetos: **Dilson Gestal Pereira**
Waldyr Antunes de Figueiredo
e Arthur Cesar de M. Soares.

LUMINÁRIAS
PHILIPS
MAIOR
RENDIMENTO
LUMÍNICO







As luminárias PHILIPS, funcionais, de belíssimo aspecto e de construção robusta, oferecem perfeita proteção às lâmpadas e proporcionam maior rendimento luminico. Revestidas de pintura especial, são imunes às mais diversas condições atmosféricas e resistentes à ferrugem. As luminárias PHILIPS são idealizadas por engenheiros e projetistas especialmente para uso em: Escritórios - Indústrias - Lojas - Escolas - Hospitais - Iluminação Pública.

LUMINÁRIAS PHILIPS
PARA INDÚSTRIAS, LOJAS, HOSPITAIS, ESCRITÓRIOS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A PHILIPS acha estudo e resolver qualquer problema de iluminação. Envie êste cupom a S. A. Philips do Brasil - Depto. de Iluminação - Caixa Postal 8681 SÃO PAULO

Desejo contacto, sem compromisso, maiores detalhes sôbre iluminação: Comercial ☐ Industrial ☐ Pública ☐

Nome

Endereço

FILIAIS EM: R. DE JANEIRO - B. HORIZONTE - RECIFE - P. ALEGRE - CURITIBA - SALVADOR - BRASÍLIA



BELEZA

— É TAMBÉM O QUE VOCÊ QUER NUM ELEVADOR?

A beleza é outra vantagem insuperável dos Elevadores Otis. Logo ao entrar num Elevador Otis você *vê* a qualidade apurada dos materiais, o bom-gôsto, a harmonia das formas e côres, o requinte do acabamento, a iluminação intensa e suave. Funcionais e elegantes, os Elevadores Otis acrescentam uma nota de beleza aos "halls" dos edifícios. Preste atenção: você notará também que são mais modernos e aristocráticos os edifícios onde há Otis. A razão é esta: edifício de *classe* exige elevador de *classe*... exige Otis.



Beleza
Segurança
Durabilidade
Eficiência

ELEVADORES OTIS S.A.

Onde tudo é de primeira...

Há Otis

31.143

impermeabilizando há mais de 50 anos..



COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ
RUA SANTA LUZIA, 665 - 10º
TEL. 22-9270
TELEG. "NEUCHATEL"
RIO DE JANEIRO

FILIAL
RUA PRESIDENTE ISABEL BRANDAS 163
TEL. 33-5958
TELEG. "NEUCHATEL"
SÃO PAULO

FILIAL
RUA GUAICAZES, 1n. - S. 601
TEL. 2-1617
TELEG. "NEUCHATEL"
BELO HORIZONTE

FILIAL
RUA 15 DE NOVEMBRO, 556 - S. 101
TEL. 4-1220
TELEG. "NEUCHATEL"
CURITIBA



Arthur Lício Pontual
Ricardo Cruz
Dacino Pontual
Arlindo Fachiolli

Poltrona "Prêmio Cinqüentenário Brafor"



Modêlo exclusivo, projetado para o grande concurso comemorativo do 50.º aniversário da Brafor. É uma contribuição da arquitetura moderna brasileira para enriquecer, ainda mais, o alto padrão de nossos móveis para escritório. A Brafor orgulha-se de incluir no seu programa de produção a poltrona idealizada pela equipe de arquitetos contemplados naquele concurso. Trata-se de um móvel inédito, concebido pelas exigências contemporâneas de funcionalidade e beleza.

Brafor

classe internacional em móveis para escritório

Rua México, 21-A tel. 22-0180 Rio de Janeiro, Gb.
Praça Roosevelt, 159 tel. 34-6665 São Paulo, S. P.
Av. Salgado Filho, 119 tel. 4476 Pôrto Alegre, R. G.

★ **ARQUITETURA** É LIDA E COLECIONADA MENSALMENTE POR 3.125 ARQUITETOS, OU SEJA TODOS OS ARQUITETOS BRASILEIROS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

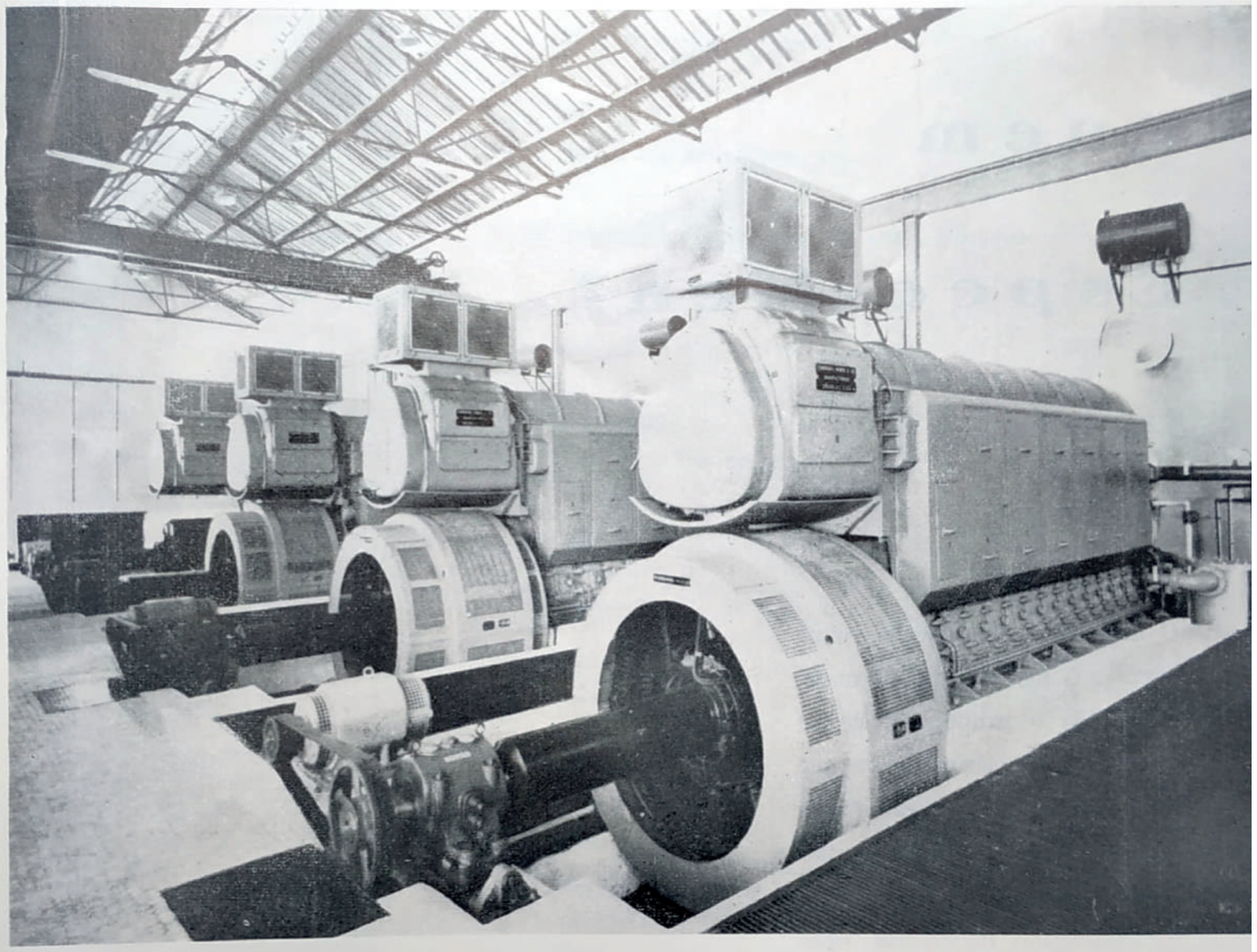
★ **ARQUITETURA** ATINGE MENSALMENTE MAIS DE 2.500 FIRMAS CONSTRUTORAS EM TODO O BRASIL (OU A TOTALIDADE DOS CONSTRUTORES DO RIO E S. PAULO).

★ **ARQUITETURA** ATINGE MENSALMENTE TÔDAS AS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS LIGADAS À ARQUITETURA E À CONSTRUÇÃO.

Por estas três razões e ainda porque ARQUITETURA, pela sua regularidade, pelo seu padrão jornalístico, gráfico e redacional representa uma experiência nova e única em matéria de Revista especializada no país, anunciar em suas páginas é assegurar à sua mensagem publicitária uma penetração ideal, certa e garantida que nenhuma outra publicação pode oferecer.

EXPERIMENTE ANUNCIAR EM **ARQUITETURA**,
A REVISTA OFICIAL DOS ARQUITETOS BRASILEIROS

USINA DIESEL ELÉTRICA DE FORTALEZA DE 12000 HP



Vista parcial da Usina Diesel Elétrica de Fortaleza

6 Unidades **FAIRBANKS MORSE** de **2000** HP cada

6600 volts - modêlo 38D
12 cilindros com pistões opostos

Projeto e Montagem: SOCIEDADE TÉCNICA E COMERCIAL
SERVA RIBEIRO S.A.
Engenharia

Obra realizada pela Comefor na administração do eng. Cesar Cals Filho.

Quem Especifica?

O ARQUITETO.

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

LAMBRIS
LOUÇA SANITARIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINARIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMÍNIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TAPETES
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELETRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TÉRMICAS
ACÚSTICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FÔRMAS

ARQUITETURA

N.º 14 — agôsto — 1963

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Emílio Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Affonso L. Reidy — IAB; Álvaro Puchnov; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB RGS; Jorge Wilheim — IAB-SP.

Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista — IAB; *secretário* — Affonso L. Reidy - IAB; *departamento de arte* — Roberto Sambaqui — IAB; *Dep. Fotográfico* — Roberto Maia.

Editor: Álvaro Puchnov.

Colaboradores: Cláudio Correa — IAB; Ferreira Gullar, Carlos Dieguez Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nelson Lins de Barros, Luiz Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e secretários de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, clubes de fôrmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores:* Álvaro Puchnov e Reynaldo Alexandre Essinger — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703, — Rio.

Publicidade e Assinaturas: RIO — Trav. 11 de Agôsto, 6 — Grupo 201 — tel.: 31-2641; **S. Paulo** — REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512; **Pôrto Alegre** — REPRENAES — Rua Cel. Vicente 456 — 2.º andar — tel.: 9-1448.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; Registro: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: Literária Pimes Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

Capa: Residência no Rio de Janeiro — Arq. Attilio Corrêa Lima.

SUMÁRIO

2 **Editorial**
Habitação e Reforma Urbana

3 **História**
Obra do Arq. Attilio Corrêa Lima

18 **Misha Black, Desenho Industrial: Arte ou Tecnologia**

20 **Entrevista**
Arquitetos Rumenos no IAB — GB.

22 **Reportagem**
Bauhaus, 30 anos Depois

25 **Galeria**
Artes visuais
Ferreira Gullar

Cinema
Carlos Dieguez

Teatro
Cleber Ribeiro Fernandes

Literatura
José Guilherme Merquior

Música
Nelson Lins de Barros

33 **Humorismo**
Chaplin

34 **Destaque**

37 **Notícias**

41 **Legislação**

44 **Bôlsa de Materiais**

s.HRu

Habitação e Reforma Urbana foram temas dominantes de um seminário promovido pelo **IPASE** e pelo **IAB**, no Rio e em São Paulo, no final do mês de julho. A grande repercussão alcançada pelo s.**HRu** no país inteiro demonstrou o acêrto da iniciativa e a oportunidade de sua realização.

Arquitetos, sociólogos, economistas, assistentes sociais, deputados, juristas, engenheiros e vários outros profissionais, vindos de diversos pontos do Brasil, como convidados ou representando órgãos governamentais e privados congregaram-se para debater assuntos da mais alta importância. Êstes debates e suas conclusões, ecoando amplamente na imprensa brasileira, do norte ao sul, demonstraram a existência de uma sensibilidade popular para um problema que se julgava restrito exclusivamente à técnicos altamente especializados.

Fato dos mais significativos do Seminário foi a quase unanimidade observada na constatação da existência de certas dominantes estruturais e na necessidade imperiosa de serem tomadas medidas governamentais consideradas indispensáveis ao correto equacionamento dos problemas brasileiros de habitação e de aproveitamento territorial.

Com efeito, êstes dois problemas básicos do desenvolvimento brasileiro vinham sendo escamoteados por uma cortina de fumaça demagógica que impedia a sua apreciação dentro de limites verdadeiros e dimensão própria. Durante muito tempo teimou-se em apresentar o problema nacional da moradia como sendo de ordem meramente assistencial e quantitativa, isto é, uma questão apenas de construção de mais casas ditas populares. Êste engôdo tendia a atribuir ao Govêrno a responsabilidade exclusiva do problema, ao mesmo tempo em que, num passe de mágica, se escondia, por muito incômoda, tôda a sua verdadeira problemática. Esta atitude dúbia convinha às classes dominantes e à parte do Poder Público que, em última instância, representa aquêles interêsses.

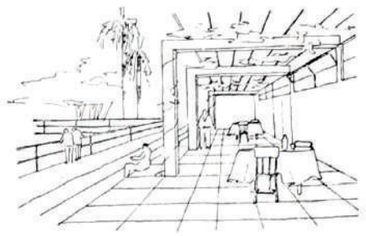
A contradição surgida de um desenvolvimento que não se fêz orgânico e ordenado e sim discriminatòriamente, não poderia ficar eternamente latente. Ela começou, há algum tempo, a explodir e a se manifestar em inúmeros aspectos negativos, em tôda a estrutura nacional. No campo da habitação e do aproveitamento territorial, êstes aspectos tomaram forma na carência habitacional e na proliferação de agrupamentos subnormais na quase totalidade das cidades brasileiras. Cidades não dotadas de infraestrutura capaz de absorver senão pequenas parcelas da imensa mão-de-obra ociosa — aumentada pelas contínuas correntes de párias criados por uma estrutura agrária arcaica, — passaram a "inchar" demesuradamente. Os prejuízos decorrentes dêstes fatos são evidentes no arcabouço urbano do país e nas relações frouxas e dispares do complexo campo-cidade, tão patentes na paisagem territorial brasileira.

Estranho foi, pois, constatar que entre os opositores da idéia de que a solução do problema — tema do **Seminário** — estava na reformulação da estrutura nacional, se encontravam justamente aquêles que dela se beneficiariam: os que integram grupos ligados à indústria da construção. A contradição é por demais eloqüente e significativa. A cerrada oposição deixa transparecer claramente que o interêsse maior dêsses grupos não está, como desavisadamente se poderia pensar, no lucro normal representado pelo empreendimento industrial da construção. Sua fonte de renda reside, pelo que se depreende, exclusivamente, na especulação do imóvel, seja êle solo ou edificação. Pois é indubitável que com a reforma da estrutura nacional o poder aquisitivo de tôdas as camadas da população aumentaria consideràvelmente, elevando o padrão de vida e ensejando, desta forma, um ritmo sempre crescente de edificações.

A aprovação, pelo **Seminário**, de propostas no sentido de se apelar aos Podêres Constituídos para que sejam apressadas as reformas de base e para que se modifique o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, revestiu-se de grande significação. Os técnicos reunidos recusaram-se a adotar uma atitude que, quando muito, significaria mais uma alienação, isto é, a recomendação de uma solução tècnicamente correta porém desligada da realidade político-social do país. O fato é pràticamente virgem na história da participação dos técnicos no desenvolvimento brasileiro. Os duzentos profissionais de diversa formação, que se encontraram no Rio e em São Paulo, ao recusarem fazer uma recomendação desta ordem, capaz de ser encontrada em qualquer bom tratado didático, e ao se disporem a encarar os problemas propostos pelo Seminário dentro do âmbito da realidade nacional, à qual procuraram adaptar o seu saber e conhecimentos, deram a perfeita medida do tipo de profissional de que necessita o Brasil, no momento, para enfrentar os seus problemas básicos.

ARQUITETURA, em seu próximo número trará aos seus leitores o texto integral do relatório final do **Seminário de Habitação e Reforma Urbana**. Êste documento que enfeixa uma série de considerações, afirmações e propostas relativas aos problemas brasileiros de habitação e de aproveitamento do território, está destinado a ter a maior repercussão e passará, estamos certos, a significar um marco fundamental no equacionamento daqueles problemas.

ARQUITETURA congratula-se com o **IPASE** e com o **IAB** pela iniciativa que possibilitou êste encontro e tem a certeza de que os Podêres da República não desprezarão a valiosa colaboração oferecida pelo **Seminário de Habitação e Reforma Urbana**. ✱



Attilio Correia Lima

Attilio Correia Lima desenvolveu, no período de 1930 a 1943, num trabalho desbravador de grande significado para a arquitetura e o urbanismo brasileiros. Sua aspiração por uma profunda reorganização social, que importaria, em suma, em transformações urbanísticas fundamentais; sua decidida predileção por uma concepção arquitetônica afinada com o espírito contemporâneo, e com o movimento renovador de arte moderna de então, imprimiram à obra de Attilio um caráter de autêntico pioneirismo, tornando-a uma contribuição essencial para a cultura brasileira.

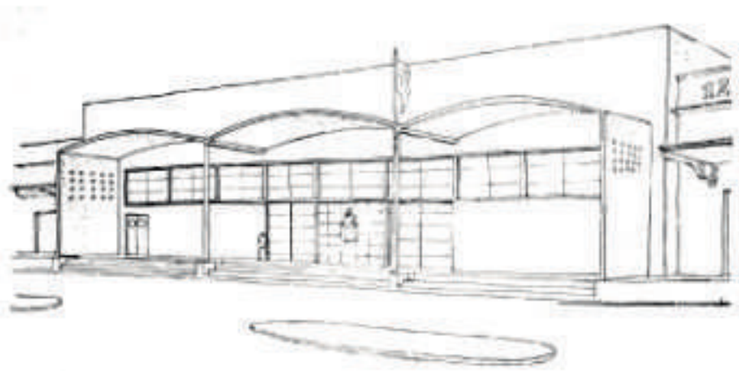
Em 27 de agôsto de 1943, quando Attilio voltava de São Paulo foi acidentado e faleceu num desastre aéreo no Aeroporto Santos Dumont, interrompendo-se assim a sua carreira e a sua magnífica obra. Na véspera de sua partida para São Paulo, dia 24 de agôsto, Attilio escreveu um parecer sôbre o plano da Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores, para cuja elaboração êle havia sido convidado. Não lhe foi possível realizar o plano, mas êste documento, apesar de seu caráter burocrático, representa seu último depoimento sôbre problemas de planejamento.

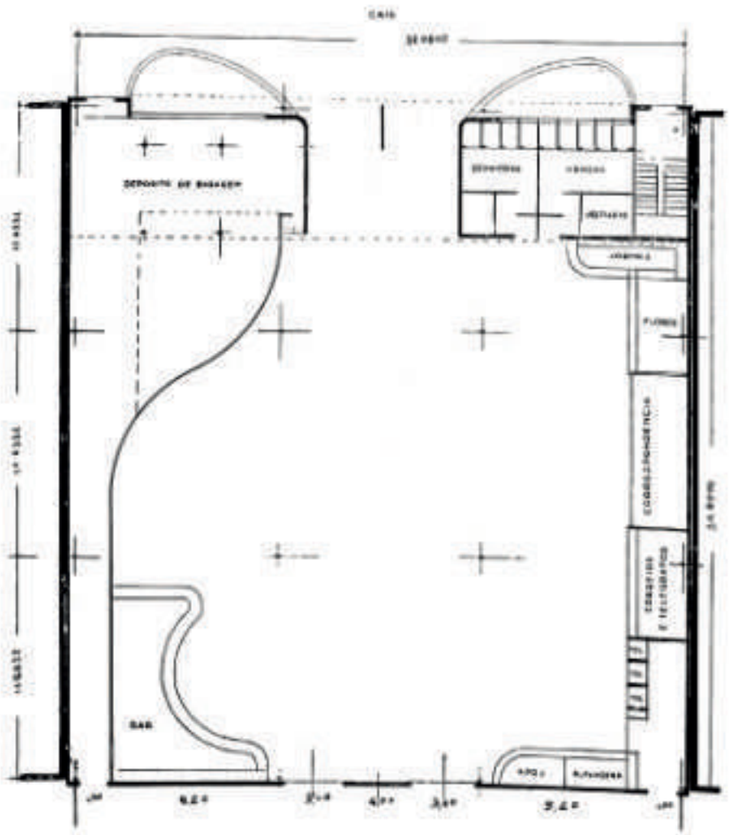
ARQUITETURA, ao transcorrerem 20 anos do falecimento de A. C. L., presta-lhe aqui a sua homenagem, apresentando a sua obra mais importante, através inclusive de diversos documentos, entre os quais o parecer acima citado, juntamente com sua análise do Plano Diretor que realizou para a Cidade de Goiânia e alguns outros trabalhos característicos do arquiteto.

Sôbre A. C. L. ainda há muito mais a divulgar — o que pretendemos fazer em oportunidades futuras.

O material aqui apresentado foi obtido graças à atenciosa colaboração do arquiteto Bruno Correia Lima.







estação de passageiros para o eixo do Rio de Janeiro

Plano da Cidade Operária da F.N.M.

Parecer sôbre o plano da Cidade Operária da F.N.M.

Rio de Janeiro, 24-2-43.

Exmo. Sr.
Brigadeiro Antônio Guedes Muniz:

Tendo sido muito honrosamente, convidado por V. Sa. para colaborar no plano da Cidade Operária da F.N.M., venho entregar algumas considerações que julguei indispensáveis, para maior clareza do meu ponto de vista.

Fique V. Sa. certo de que move apenas o interêsse de colaborar em obra tão grandiosa, contribuindo com o que de mais avançado se faz no mundo moderno, a fim de acompanhar pari passu a F.N.M.

Continuando ao inteiro dispor de V. Sa., subscreve-me com alta estima e consideração,

a) ATTILIO CORREIA LIMA

O conceito moderno sôbre o modo de alojar as massas, evoluiu consideràvelmente, passando por cima de velhos preconceitos estéreis, devido às circunstâncias atuais e da atividade fabricitante do homem de hoje.

No presente, com o desenvolvimento industrial e progresso científico, não é justo que se perca e desperdice material com sistemas passadistas e erradamente considerados como consentâneos com a natureza humana.

O homem evolui e se transforma continuamente e aí está a moda como exemplo frisante modificando-se inúmeras vêzes numa só geração. O homem é um ser sociável por excelência e como tal progressista adaptando-se fàcilmente às inovações que o meio ambiente lhe traz, desde que lhe proporcione maior confôrto e estabilidade social.

Não se justifica que se procure no conceito individualista extremado, a solução do problema, quando tôda a atividade do homem civilizado, repousa nos benefícios do trabalho coletivo. Se na sociedade humana tôdas as atividades estão subdivididas para que cada parcela contribua para o todo. Se tudo é obra da cooperação, porque sòmente na habitação, vai o homem procurar o isolamento em pequenos feudos, em desacôrdo com a própria estrutura industrial da F.N.M., onde nada é supérfluo e tudo é solidário. Tudo é uma questão de hábito e adaptação.

Há vinte anos passados, a moradia em habitações coletivas de apartamentos, era considerada como uma verdadeira calamidade.

Quem fizesse propaganda da habitação coletiva era execrado. E o povo murmurava: "O brasileiro não se adapta à vida engaiolada"!

E no entanto hoje, as confortáveis casas de bairro, em centro de jardins, são demolidas para darem lugar a prédios de habitação para dez, quinze, vinte famílias.

Se o fator econômico a isso obriga, para obter melhor padrão de habitação, diminuindo as despesas de manutenção, como exigir do proletariado, cujo padrão de vida é inferior, arcar com uma responsabilidade que os de maiores posses, procuram eximir-se?

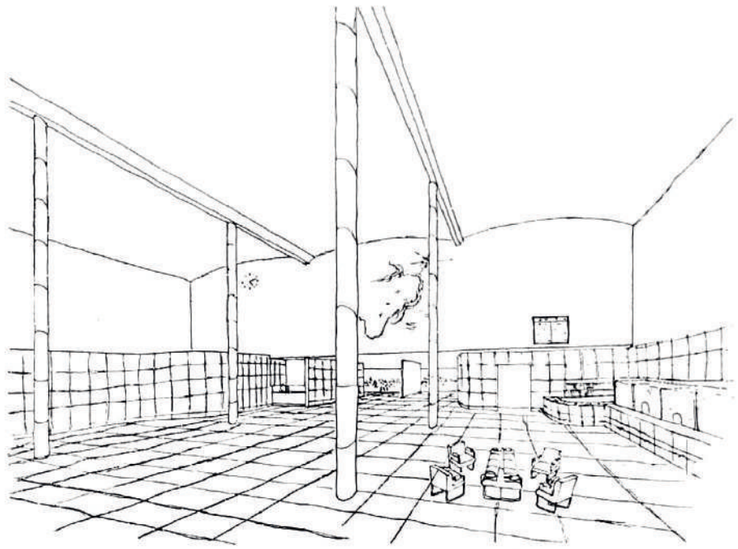
Além disso cumpre notar que o operariado em sua quase totalidade vive em habitações coletivas. **A Cabeça de Porco** e o **Cortiço**, são o domicílio habitual nos bairros centrais e densos da cidade, pois as Favelas dos morros é de opulação heterogênea e variada, mendigos, malandros, etc.

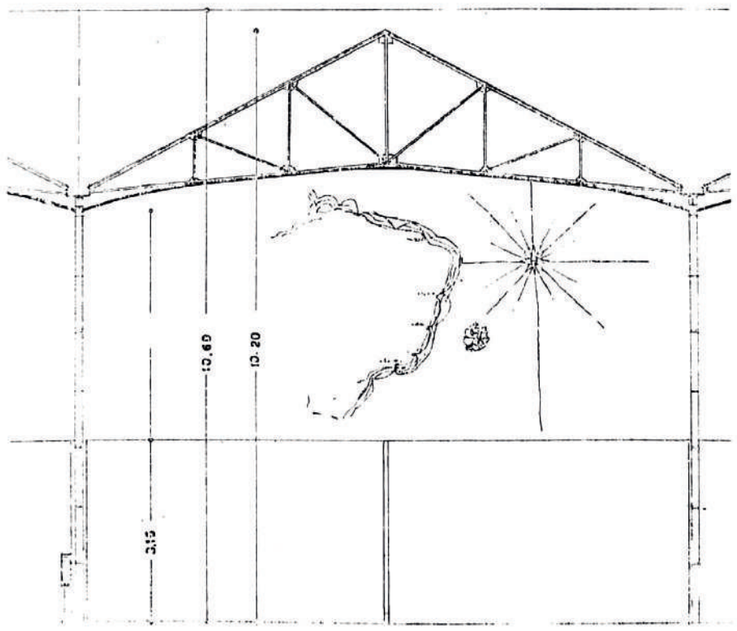
A habitação coletiva será, não uma transformação de hábitos, mas apenas uma adaptação a um nivel de vida superior.

A casa individual isolada não desaparecerá mas tenderá a restringir-se em habitação das classes remediadas.

As construções feitas em série formando conjuntos densos, apresentam as mesmas vantagens da produção industrial em massa, baixam o custo unitário permitindo elevar o padrão de unidade de habitação.

Por outro lado é muito mais vantajoso o parque coletivo de grandes proporções, com finalidade recreativa e educativa, bem junto da habitação, do que o lote individual onde o morador não pode, pelo seu padrão de vida, manter um certo nivel criando o pitoresco desejado. Muito pelo contrário, recai sempre a propriedade no velho sistema do quintal, depósito de velha-





estação de passageiros para o cais do Rio de Janeiro

estação de p

rias, com aspecto árido e sórdido dos terreiros.

Uma cousa traz a outra, o quintal lembra o pijama e o chinelo dos domingos, ao passo que uma vida social diferente, com campo de esporte e parque junto à porta, trará o gôsto pela camisa esporte. Já é uma conquista nada desprezível, se não pelo aspecto ao menos pelo significado.

Nada justifica a estagnação nos preceitos rotineiros, quando a finalidade da própria F.N.M. é de quebrar velhos conceitos, como êsse que ainda não faz muitos anos era repetido na Câmara dos Deputados: — "O Brasil é um país essencialmente agrícola"! Não é demais relembrar êsses tristes episódios, pois o estalão de medida do nosso progresso torna-se mais sensível.

Se o momento é profício ao despertar de tôdas as energias latentes do Brasil, não é justo que sòmente a Arquitetura e o Urbanismo continuem marcando passo.

A era industrial que atualmente se inicia no Brasil, de que a F.N.M. é uma das mais audazes pioneiras, não deve avançar e subir às alturas, sem arrastar consigo tudo que lhe é acessório.

Espírito Nôvo! criando indústria nova! em ambiente nôvo! êste deve ser o critério, para que o ciclo formidável de realizações do Brigadeiro Antônio Guedes Muniz seja completo!

Aproveitando as circunstâncias da presente guerra, os países por ela atingidos profundamente, como a conservadora Inglaterra, já projetam para a reconstrução das cidades como Coventry, por exemplo, conjuntos residenciais em blocos uniformes, orientados convenientemente, construídos em meio de parques. Isso na Inglaterra, onde o **Cottage** era uma verdadeira instituição nacional.

E o Brasil mesmo não está muito longe disto, pois acha-se em vias de realização em São Paulo, um núcleo residencial operário na Várzea do Carmo, para 22 mil habitantes, por nós projetado e que mereceu elogiosas referências dos americanos no livro "Brazilian Builds", de Philip L. Goodwin. Projetamos igualmente, no momento, a Vila de Heliópolis, na mesma cidade, para 16 mil habitantes, ambas por iniciativa do Instituto dos Industriários.

Vejamos objetivamente:

Para o sistema de casa isolada. (Consideremos duas hipóteses: o lote razoável "A" e o lote mínimo "B"):

A) lotes de 15 × 30 = 450 m2 p/família = 90 m2 p/habitante;
B) lotes de 12 × 30 = 360 m2 p/família = 72 m2 p/habitante.

Área total de lotes:

A) 25.000 hab. — 2.250.000 m2;
B) 25.000 hab. — 1.800.000 m2;

que correspondem respectivamente a 60% da área total, se considerarmos os 40% restantes distribuídos, 20% para vias públicas e 20% para espaços livres, como aconselha a boa prática.

Área total necessária:

A) 3.750.000 m2 ou seja 375 Hec.;
B) 3.000.000 m2 ou seja 300 Hec.

A densidade de população nesse caso seria:

A) 66 habitantes por hectare;
B) 83,4 habitantes por hectare.

Percentagem excessivamente baixa, que pesaria na renda da F.N.M., sem apreciáveis vantagens, para os habitantes que teriam de arcar ainda com a manutenção da área de terreno individual.

A área total de 375 hec. arruada e construída dada a natureza do terreno acidentado, cria e complica o problema dos transportes e das comunicações.

Torna muito mais complexos e honerosos o estabelecimento e a conservação dos serviços de alimentação, abastecimento d'água, esgôto, calçamento, limpeza urbana, parques e jardins, educação e cultura, polícia e fiscalização.

As notáveis realizações, em épocas e situações bem diversas, das famosas cidades jardins de "Letchworth" e "Welwin" na Inglaterra idealizadas por Howard, fixaram a densidade máxima em 150 habitantes por hectare. Ora, nós estamos nas duas hipóteses "A" e "B" com 66 e 83,4 habitantes por hectare, respectivamente, portanto com margem excessivamente folgada em relação ao ideal preconizado. Entretanto cumpre notar que no exemplo acima é feito em larga escala o uso de casas geminadas e grupos de seis em dois pavimentos.

Vejamos o sistema aconselhável:

Tomando a célula normal de 70 metros quadrados por família, e o aproveitamento em altura, com 4 pavimentos apenas, teremos:

Para cada célula de 70 m2 uma família de 5 habitantes, vêses 4 pavimentos, o que nos dá 3,5 m2 de terreno por habitante.

Se tomarmos folgadamente a densidade de 500 habitantes por hectare espaçando os blocos de 2 vêzes sua altura, isto é o duplo do que é fixado pelos códigos de construção, ficaremos com:

16,5 m2 de espaços livres por pessoa;
3,5 m2 construídos por pessoa, portanto:
17,5% de área construída e
82,5% de terreno livre, ficando a área total reduzida a:

500.000 m2 ao invés de
3.000.000 m2 ou
3.750.000 m2.

Isso graças ao espaço ganho em altura, com evidentes vantagens na construção seriada, e graças ainda à supressão da área de terra que como um pêso morto sobrecarregava o conjunto, com os quintais e jardins.

Tudo na organização da F.N.M. nos indica êste caminho. O programa já estabelecido por ela resolve definitivamente os problemas mais difíceis, tais como o do abastecimento, com a organização de um serviço Agropecuário. Portanto torna-se um mero sentimentalismo as hortas e galinheiros particulares, que só a necessidade justificaria.

Com esta solução nos será permitido formar quadras de muito maiores dimensões do que o habitual, atingindo até mesmo 400 metros de extensão, com vantagens para o tráfego e evidente economia e melhoria da área calçada. O acesso aos blocos será feito por alamedas de lages cimentadas e arborizadas, enquanto que os veículos circularão livremente longe dos pedestres em pistas sòmente a êles destinadas.

A redução sensível do número de ruas permitirá construir uma eficiente e perfeita rêde de pistas para ciclistas, independentes dos pedestres e ligando os pontos essenciais de todo o conjunto.

As ruas deverão ser projetadas de maneira que suas faixas de rolamento sejam sempre múltiplas de 3 metros para veículos motores, 1,20 m para ciclistas e 0,75 m para pedestres e de forma tal que possam ser duplicadas no futuro sem prejuízo de edificação ou do paisagismo. De preferência em forma de gramado.

O Centro Comercial:

O sistema de comércio local deveria, por princípio estar disposto, a distância do consumidor nunca maior de 400 metros, e estar na relação de: 8 metros de testada por cada 100 habitantes.

Entretanto tratando-se de um sistema de abastecimento por conta da F.N.M. e dirigido pelo serviço de Subsistência reembolsável, não seria razoável a multiplicação, dos postos de abastecimento, o que vêm a favor do nosso critério de maior densidade. Podendo assim ficar sensivelmente reduzida a relação acima.

Escolas:

As escolas para a primeira infância deverão ter acesso sem atravessar vias públicas de tráfego, não devendo a criança caminhar mais de 500 metros para atingi-la.

É aconselhável maior número de escolas disseminadas do que escolas para grandes lotações.

Espaços livres:

Os espaços livres deverão ser distribuídos de modo que em média dê:

Recreio Ativo —

Playlot (Brinquedos para crianças até 5 anos)
5 m2 por criança — acesso 400 m mínimo
Playgroud (Idade escolar até 14 anos)
10 m por criança — acesso 800 m mínimo
Playfield (acima de 14 e adultos)
15 m2 por pessoa — acesso 1600 m mínimo.

Recreio passivo —

Parque e Paisagismo:

20 m2 por habitante.

Estas são as bases ideais necessárias e que são adotadas pelo "Regional Plan" de New York. Com o sistema de blocos em áreas livres, conseguiremos estas bases com enormes vantagens, eliminando de um certo modo o fator distância no caso do Playlot, no Playground e no Parque. Êste último por conter os próprios blocos de habitação, comportando ainda os dois primeiros.

Sòmente o Playfield ficará em local indicado pela natureza do terreno, orientação e facilidades de acesso, centralizando as atividades desportivas de competição.

Habitação:

O critério a ser estabelecido para a criação dos tipos de habitação e suas variedades, deverá ser o mais restrito possível a fim de não criar embaraços de ordem técnica e econômica.

Assim sugerimos 4 padrões, isto é, categorias proporcionais aos vencimentos ou salários; e 5 tipos correspondentes à constituição da família:

Padrão A Pessoal da administração,
B
A Mestres e mecânicos de longo tirocínio.
B
B Operadores, Chefes de equipe, ajudantes de mecânico etc.
C
D Serventes e trabalhadores braçais.

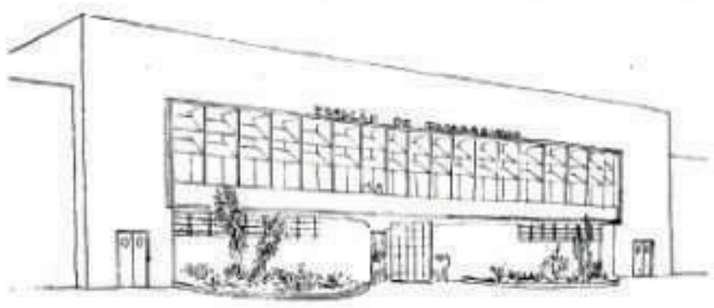
Os padrões A, B, C, D, são proporcionais aos salários e vencimentos, representados pelo acabamento e confôrto da construção.

Para o padrão A aconselhamos adotar o sistema de habitação individual, em centro de jardim em lotes nunca menores de 18 metros de testada, e recuados da via pública no mínimo de 10 metros. Aproveitamento para êste caso dos terrenos periféricos e da encosta dos morros, desde que não prejudiquem a extensão futura da cidade.

Aconselhamos também nêste caso, a utilização de garagens comuns à várias unidades de habitação, desde que não obrigue o morador a caminhar mais de 100 metros. Vantagens: utilização de maior área ajardinada; melhor conservação e limpeza dos carros; melhor aspecto urbanístico.

A redução dos tipos de habitação, facilita não só a construção como principalmente a conservação e o contrôle, que é o que mais pesa em organizações desta natureza.

Dentro dos padrões estabelecidos, para satisfazer os tipos variados de família, deve ser estudada a possibilidade de alternar as seguintes disposições, multiplicando os tipos sem alterar a estrutura do prédio. O que seria impossível no sistema de casas isoladas. Essas alternações deverão ser pre-



vistas de forma a utilizarem material leve e de rápida execução.

Tipo I) Unidade constando de:

a) sala — 12,00 m2.
b) quarto — 10,00 m2.
c) cozinha — 10,00 m2.
d) B.W.C.

Possibilidade de alternar essa unidade (I) com a unidade (III):

Tipo III) Composta de:

a) sala — 12,00 m2.
b) quarto — 12,00 m2.
c) " — 10 00 m2.
d) " — 10,00 m2.
f) B.W.C.

A Unidade (II) para ser conjugada com unidade do mesmo tipo, por ser evidente a mais numerosa e corresponder ao nível normal da família que é de 3 à 5 pessoas.

Tipo II):

a) sala — 12,00 m2.
b) quarto — 12,00 m2.
c) " — 10,00 m2.
d) cozinha — 10,00 m2.
e) B.W.C.

Os solteiros serão alojados em dois tipos:

Tipo (IV):

Correspondentes ao padrão A e B, tipo Hotel, constante de Quarto 10,00 m2. com banheiros comuns a cada 2 quartos.

Salão de estar comum com varandas ou alpendres. As refeições serão feitas fora.

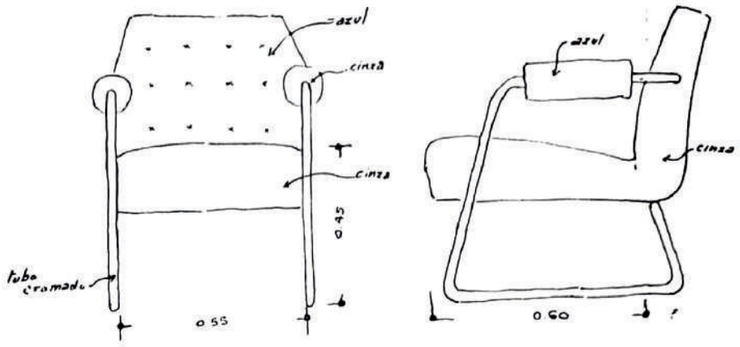
Tipo (V):

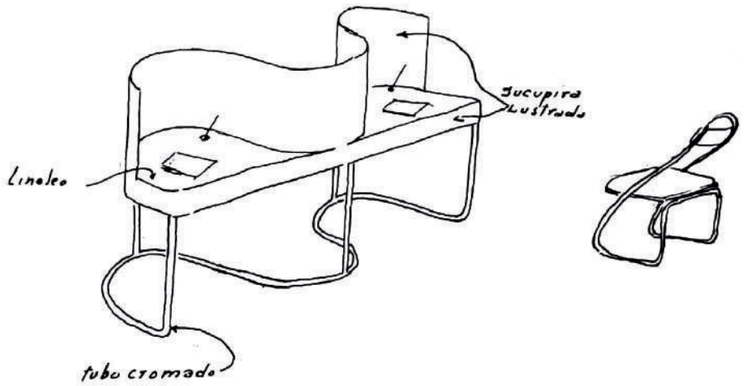
Edifícios correspondentes ao padrão C e D com dormitórios para dois e quatro leitos, banheiros comuns centralizados, refeições fora.

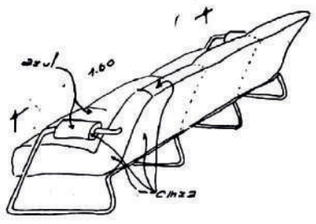
Estas são as diretivas que penso satisfazerem de forma racional e satisfatória o problema proposto, dependendo o sucesso da fiel observância do critério adotado, pois a modificação do sistema implicaria em mau funcionamento, o que se quer evitar justamente.

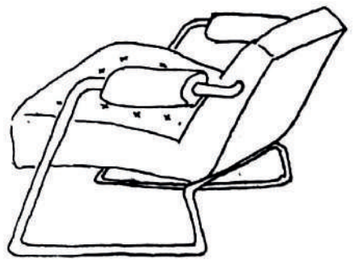
Não constituem estas considerações de forma alguma, um programa rígido, mas apenas as bases do critério a ser adotado, portanto dependendo de um estudo da F.N.M. sob forma de um anteprojeto, para ser criticado e orientado segundo as imposições do local.

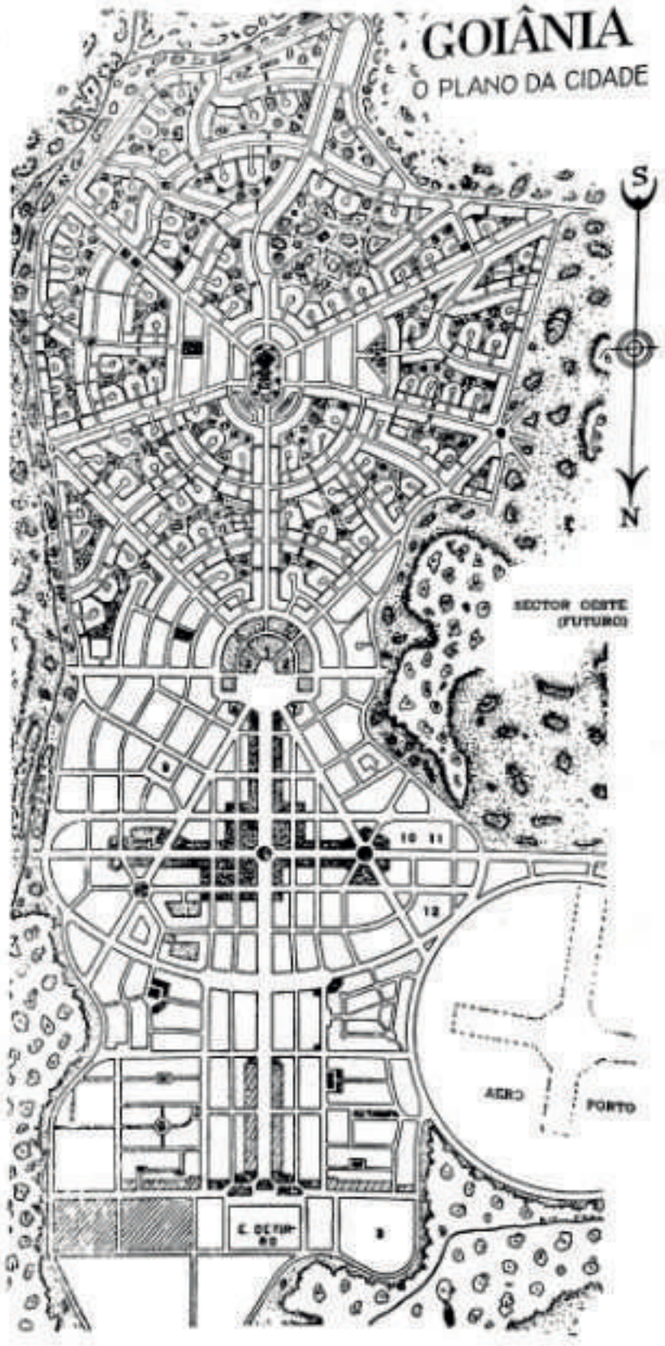
Rio de Janeiro, 24 de agôsto de 1943. *











Plano da cidade de Goiânia, posteriormente modificado pelo urbanista Armando Godoi

Plano da Cidade de Goiânia

PLANO DIRETOR DA CIDADE DE GOIANIA — Attilio Correia Lima, Arquiteto-Urbanista "Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, M.D. Interventor no Estado de Goiás.

De acôrdo com o Decreto n.º 3 547, de 6 de julho de 1939, viemos apresentar a V. Exa. a parte final do contrato para o estabelecimento do projeto da nova capital do Estado, a nós entregue, e ao mesmo tempo agradecer a confiança que em nós depositou. Se no projeto existem algumas falhas, parte é devida às dificuldades provocadas pelo atraso no fornecimento de dados topográficos, e parte talvez, pela nossa incompetência que, neste caso, foi atenuada pela boa vontade em colaborar com V. Exa., nesta obra de alcance social inigualável.

LOCALIZAÇAO — A região para fundar a nova capital do Estado, foi escolhida por uma comissão composta de elementos de destaque, que percorreu o Estado em visita aos sitios mais favorecidos. Esta escolha, feita anteriormente à nossa colaboração, não nos permite entrar em maiores apreciações. Contudo, pelo fato de figurarem na referida comissão técnicos de renome, nossa consciência fica tranqüila quanto à sua atuação.

É de notar que a mudança da capital, é tão premente que o problema não é propriamente de mudar para êste ou aquêle ponto, mas sim de sair de onde está. Já decorrido um ano após o início dos trabalhos, observa-se um movimento excepcional, pelas estradas que convergem para a cidade de Campinas, atual sede do município da nova capital, sintoma evidente de que as energias goianas não estão totalmente adormecidas pela mentalidade primitiva da antiga aldeia e bandeirantes.

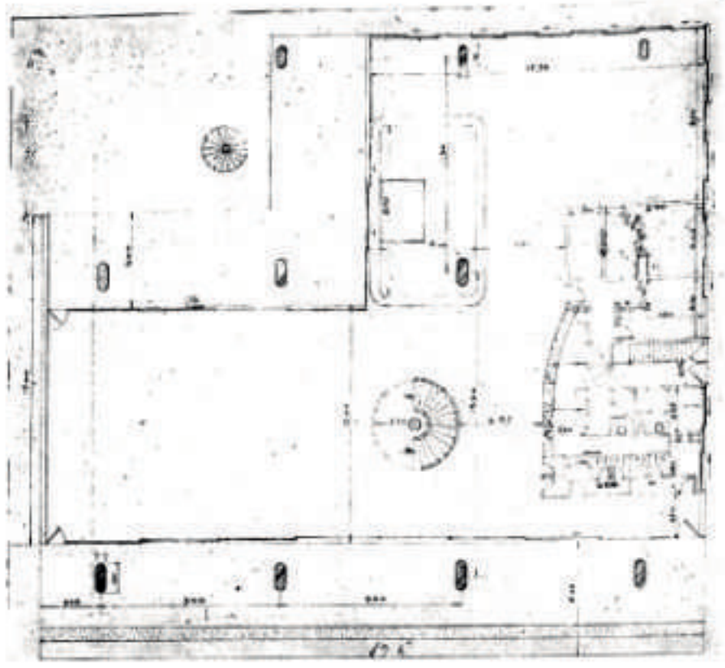
Campinas, pela sua proximidade do local escolhido, viu dentro do perímetro urbano, em poucos meses, duplicar o número de suas casas! Fato extraordinário, em vista de ter sido nulo o aumento das construções nessa cidade em período anterior, de 50 anos. São dignos de nota também os serviços de obras públicas urbanas, como sejam meios-fios, coretos, jardins, etc., dantes inteiramente desconhecidos.

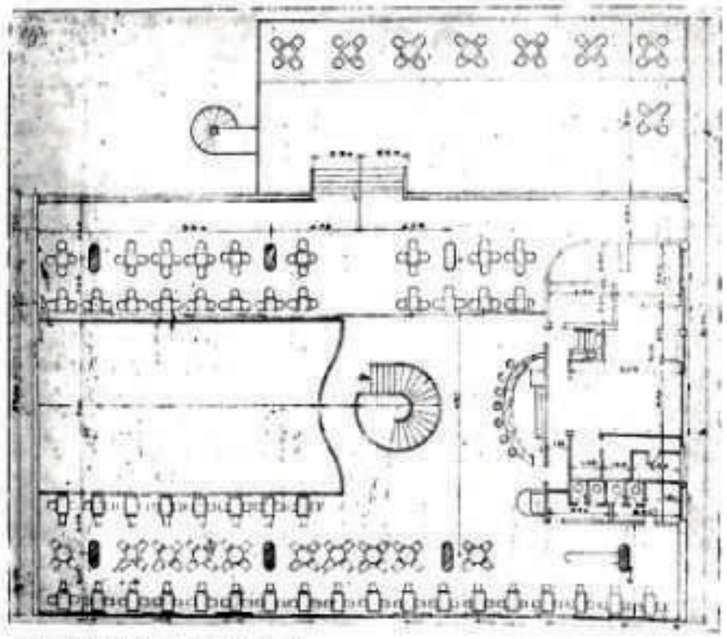
Esta cidade que vegetava com sua vida rudimentar em tôrno da Igreja, no período anterior à idéia da mudança da capital, atualmente, com a intensificação do tráfego para Leopoldo de Bulhões, ponta da linha de estrada de ferro, desenvolve-se vertiginosamente, criando um imenso tentáculo que busca atingir a cidade em construção. E a distância que a separa, de apenas cinco quilômetros, em breve será vencida.

O SITIO — Tendo escolhido pelo Eng. João Argenta, encarregado do levantamento topográfico, o local denominado "Paineira" para o assentamento do núcleo inicial, discordamos dessa opinião por ser o local muito afastado da estrada de rodagem. Sendo a estrada a artéria vivificadora do organismo urbano tudo indicava que o núcleo central devia ser atravessado por aquela.

Não foi só esta a razão que nos obrigou a escolher nôvo sitio, também porque o abastecimento d'água ficaria muito mais dispendioso.

O núcleo inicial, situado na "Paineira", só teria como ponto mais elevado





Estação de hidros do aeroporto S. Dumont

para a localização do reservatório, o local denominado "Serrinha", enquanto que naquele por nós designado o reservatório será localizado na "Paineira", cujas vantagens se podem verificar fàcilmente.

Local do reservatório	Altura de elevação mecânica	Distância da represa ao reservatório
Paineira	80 a 100 m aprox.	3 550 m
Serrinha	45 m	900 m

A configuração do terreno foi também a causa dessa mudança. Como em todo o terreno de formação sedimentar, o perfil se apresenta com uma forma côncava, isto é, com declividade decrescente à medida que o terreno desce. Ora, um núcleo urbano se construido na "Paineira" assentaria sôbre um declive que varia em média, entre três a quatro por cento ao passo que no local por nós escolhido varia entre um a dois por cento.

O TRAÇADO — O traçado da cidade obedece de uma maneira geral à configuração do terreno, à necessidade do tráfego e ao zoneamento.

1.º) **A configuração do terreno:** Tôdas as ruas e avenidas procuram não contrariar a topografia, e foram feitas com a preocupação de não seguirem o maior declive, salvo nas avenidas e ruas principais. Como a região é sujeita a chuvas periódicas e abundantes, procuramos atenuar os males causados pelas enxurradas; assim, evitamos as grandes velocidades d'água, com traçado que procura sempre menor declive, e permitimos o sentido de maior declive para as ruas de maior importância, que serão as beneficiadas mais cedo com calçamento, esgotos, etc. Independente disso, os logradouros de importância como as avenidas Pedro Ludovico, Anhanguera, Araguaia e Tocantins, dispõem de 10 a 30% de área de infiltração, nas partes ajardinadas, gramadas ou cobertas com camadas de cascalhinho, o que diminui o volume d'água a esgotar, tendo em vista que com o aumento das construções e da impermeabilização provocada pelos calçamentos, o volume d'água aumenta proporcionalmente àqueles. O traçado feito permite, por gravidade, evacuar não sòmente as águas pluviais como as servidas, de esgôto, coletando estas em emissários colocados segundo os **talwegs** do Botafogo, e dos Buritis, e, aquelas no leito dos próprios córregos.

Da topografia tiramos partido também para obter efeitos de perspectiva, com o motivo principal da cidade, que é o centro administrativo. Domina êste a região e é visto de todos os pontos da cidade e principalmente por quem nela chega. As três avenidas mais importantes, convergem para o centro administrativo, acentuando assim a importância dêste em relação à cidade, que na realidade deve-lhe a sua existência.

Guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em "Versailles", "Carlsruhe" e "Washington".

2.º) **O tráfego:** As ruas 3, 4, 5 e a avenida Anhanguera, paralela entre si, serão as de maior tráfego no futuro, pelas condições acima expostas de coincidir a avenida Anhanguera com a estrada de rodagem, eixo de tôdas as comunicações.

A avenida Pedro Ludovico apresenta-se com um caráter pitoresco e monumental; o tráfego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo, e prestar-se-á para as demonstrações cívicas. Êste centro que representa o órgão mais importante da cidade, tem acesso pelas ruas 10, 11, 26, 34, 35 e avenidas Araguia, Tocantins e Pedro Ludovico. E de qualquer ponto atinge-se fàcilmente as ruas citadas. Embora com fácil acesso, o centro administrativo não terá nunca um tráfego intenso, pois apesar da sua proximidade do centro urbano, acha-se deslocado dêste, de maneira tal que o trânsito aí far-se-á exclusivamente para o interêsse local.

3.º) **O zoneamento:** O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas, de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas a fim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos econômicos e sanitários, não falando aqui na estética. Se em tôdas as grandes aglomerações modernas o zoneamento constitui um problema de difícil solução, para nós que recebemos um campo limpo, a tarefa foi fácil, mas por isso mesmo as nossas responsabilidades são consideráveis, se êle não fôr rigorosamente obedecido, constituindo um verdadeiro crime a inobservância do que prescreve o regulamento das zonas. É claro que o zoneamento não pode ser levado aos rigores extremos, como querem alguns profissionais, como por exemplo na zona residencial com suas múltiplas subdivisões.

Mas a divisão desta em duas zonas principais: zona residencial urbana e zona residencial suburbana é bastante razoável e não cerceia demasiado a liberdade do proprietário.

Centro Administrativo — Aqui serão construidos todos os edifícios públicos administrativos, quer federais, estaduais ou municipais, salvo aquêles que por suas condições particulares exijam outra localização, como por exemplo o edifício dos Correios e Telégrafos que, de preferência, deve ser acessível ao grande público, e que por conseguinte deverá estar na parte mais central da cidade.

Como foi dito acima o centro administrativo embora disponha de fácil acesso não é local de passagem para grandes comunicações, o que o torna um tanto tranqüilo, como convém às repartições públicas.

Centro Comercial — Como centro comercial designamos a área mais central da cidade onde gravita o comércio, onde a construção é mais densa. Esta zona, onde a circulação é mais intensa, possui uma rêde de ruas e avenidas com largura suficiente para satisfazer ao tráfego por várias décadas, e com a possibilidade de alargamento das áreas de tráfego sem desapropriação. Tôdas as quadras desta zona dispõem de áreas públicas internamente para uso do comércio, que poderá fazer a descarga de mercadorias, sem interrupção, e sem os longos estacionamentos na via pública. Assim também a coleta do lixo far-se-á livre do desagradável aspecto que apresentam mesmo as grandes cidades.

Independente destas áreas, para servir às casas comerciais, foram previstas nas quadras 21, 23, 38, 51 e 52 áreas maiores para o "Parking", isto é, o ponto de estacionamento de veículos de aluguel.

Zona industrial — Sua localização na parte mais baixa da cidade, onde a planície se estende, justifica-se pela necessidade que tem a indústria de ocupar grandes áreas, e pela situação geográfica mais conveniente, pois fica na região onde futuramente, com a construção da estrada de ferro, esta terá maior facilidade em estabelecer sua estação de triagem, desvios e onde o acesso é natural.

Zona residencial — Divide-se em duas seções principais: "A" ou urbana, "B" ou suburbana, ambas ocupando sempre situações mais favoráveis e tranqüilas, longe dos centros movimentados.

Zona rural — Todo o território não compreendido nas zonas precedentes é destinado à cultura do solo e à pequena agricultura.

Vias públicas — Tôdas as ruas e avenidas têm as suas larguras proporcio-





edição de bôlso do arquiteto S. Duncan

nais à importância do tráfego ou ao seu caráter artístico e monumental como por exemplo as avenidas Araguia, Tocantins e Pedro Ludovico.

Tomaram-se como base para as seções transversais, múltiplos de gabarito dinâmico do automóvel, para as áreas de tráfego, e, o gabarito de um individuo para os passeios. Sendo êstes respectivamente de 2,50 e 0,75 m. Tôdas as ruas serão arborizadas, e as principais avenidas ajardinadas.

Os passeios terão parte de sua área gramada, tudo de acôrdo com os desenhos apresentados. Os perfis longitudinais das ruas mais importantes têm uma "grade" nunca superior a 2% e as de menor importância seis por cento.

PRAÇAS — As praças obedecem ao sistema da circulação giratória, o mais adequado para evitar os conflitos de veículos, e por exigir menor número de inspetores de trânsito, fazendo o cruzamento automàticamente.

A praça principal do centro administrativo, que não está sujeita a trânsito intenso, apresenta um caráter monumental. Os edifícios públicos que a guarnecem formam um conjunto arquitetônico único, ligados por um elemento comum em forma de colunata formando galeria coberta.

No cruzamento dos eixos das avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins e ruas 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um monumento comemorativo das bandeiras, descobertas, e riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura de **Anhanguera.**

Na praça formada pelo cruzamento da avenida Pedro Ludovico, deverá ser construido um marco comemorativo da fundação da nova capital que deverá conter inteiramente o marco de aroeira que serviu para a fundação.

A larga faixa formada pela avenida Paranaiba e que separa a zona comercial da zona industrial, ficará reservada para feiras e para todos os divertimentos ou ramos periódicos de comércio.

JARDINS — Adotamos o partido relativamente aos espaços livres de utilizar a avenida Pedro Ludovico como jardim. Por isso demos a largura excepcional para uma aglomeração relativamente modesta. Apresenta esta com os seus 45% de área ajardinada e convenientemente arborizada, aspecto monumental e pitoresco. Será futuramente o local onde a elite fará o **footing** à tarde e à noite.

O buritizal, localizado na extremidade da rua 26, será transformado em parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo **talweg**, em canal descoberto, tirando partido dêste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Êste parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixas ao longo do **talweg** e medirá 50 metros para cada lado dêste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam **park-way**.

O córrego Botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será ajardinado numa faixa mínima de 50 metros de cada lado a contar do eixo do rio.

Êste ajardinamento, em forma de **park-way**, se prolongará até atingir a mata situada ao sul da avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade. Essa mata que denominamos de parque Botafogo deverá ser protegida contra a devastação e contra as explorações industriais, a fim de não ser desperdiçado êste valioso patrimônio.

Cursos d'água — A bacia de infiltração que forma a cabeceira do córrego Botafogo, será interditada a tôda e qualquer construção, no perímetro que será marcado pelos engenheiros municipais, oportunamente. Esta interdição que se estende também aos estabelecimentos agropecuários, visa proteger de um modo eficaz a pureza da água que deverá abastecer a cidade. Igual atenção deverá ser dada à bacia do córrego Capim Puba, que será o reforço quando a capacidade do Botafogo fôr ultrapassada.

As águas que correm pelo Buritizal, deverão ser drenadas nos lugares alagadiços por meio de tubos de grés, que despejarão num canal descoberto, traçado segundo **talweg**. Essas águas prestar-se-ão para alimentar cascatas e pequenos lagos atraentes no parque dos Buritis.

Da emprêsa que ora inicia a construção da barragem, deverá ser exigido o conveniente preparo do terreno a ser alagado, a fim de não criar condições sanitárias desfavoráveis ao desenvolvimento da cidade, como aconteceu com a de São João Marcos, no Estado do Rio, que desapareceu, completamente, devido às febres paludosas surgidas após a construção da represa do Ribeirão das Lajes. E no entanto, essa cidade era afamada pelo seu clima e pela situação que desfrutava a mil metros de altitude. A represa da "Jaó" poderá, se bem preparado o seu terreno, constituir um centro de atrações esportivas inédito no Estado. Pela extensão que alcançará o lago formado, todos os esportes aquáticos poderão nêle ser praticados.

Abastecimento d'água — A água para suprir as necessidades da população, na primeira fase de desenvolvimento da cidade, será a do córrego denominado Botafogo que é formado por dois braços: um denominado Botafogo, e o outro, de córrego do Areião. Pouco acima da confluência dos referidos córregos, poderá ser construida a barragem que receberá as águas do Areião, por um canal descoberto. A elevação mecânica far-se-á ou por motor a óleo ou pelo sistema de **Air-lift**; e, talvez mesmo, enquanto o consumo fôr restrito, por meio de um ariete hidráulico, dada a altura insignificante de elevação com 45 metros, numa distância mínima de 900 metros. Na medição feita durante o período das sêcas foi encontrado, para a descarga do córrego, 16 litros por segundo, o que perfaz um total nas 24 horas de 1 382 400 litros. Se calcularmos para cada habitante, por dia, o consumo de 300 litros, verificamos que o córrego satisfará a uma população de 4 608 habitantes.

Atingida essa população, fato que não se daria em um ano, poderia ser cogitado do reforço do Capim Puba, principalmente para a zona suburbana. Como solução definitiva deverá ser estudada, desde já, a possibilidade de se aduzir as águas do Ribeirão Santo Antônio, que embora não possamos afirmar, quem sabe? talvez possam ser transportadas por gravidade.

O reservatório será colocado no ponto mais alto do local denominado "Paineira", sendo conveniente, por ser menos dispendiosa, a construção do depósito no subsolo. A diferença de nível entre a "Paineira" e o edifício mais altamente colocado, que é o Palácio, é de 46 metros.

ESGÔTO — O sistema aconselhável para o caso é o separativo. A rêde de água pluviais relativamente simples pois essas serão despejadas nos córregos, não obrigando a utilizar grandes seções. Quanto à rêde de matérias fecais deverá ser coletada num emissário que transporte os resíduos abaixo da represa da "Jaó", não sendo aconselhável, de maneira alguma, que o despejo se faça acima desta; embora êsse só seja aconselhado após um tratamento bacteriológico ou químico. Êste último, de preferência, para serem aproveitados como adubo os resíduos.

Coleta e transporte de lixo — A coleta e o transporte de lixo far-se-ão na zona comercial, dentro das áreas públicas; deverá ser adotado o tipo de caixas metálicas com tampa, fechadas hermèticamente. Essas caixas não deverão permanecer expostas durante tôda a noite, e sim pela manhã, no momento da passagem dos carros de coleta.

Êstes poderão ser de tração animal, por ser mais econômico, pois os animais após êste serviço poderão ser aproveitados nos serviços de irrigação, obras municipais, etc. O tipo de carroça deverá ser de construção metálica, com tampa, que a feche hermèticamente.

Sôbre o tratamento do lixo é difícil opinar em vista de ser ainda desconhecida qual a composição dêste, que varia com a latitude, com o clima e com os costumes.

Nos grandes centros americanos, predominam os metais e a celulose; nos centros europeus a potassa, etc., isto de um modo geral, havendo diferenças sensíveis de cidade para cidade. No Rio de Janeiro prevalecem, as gorduras. É provável que também em Goiás devam predominar, de forma sensível, as gorduras, pelo sistema de alimentação em que a carne é elemento básico, e também pelo hábito muito nosso da fartura, o que dá margem a aumentar o volume de lixo com grande quantidade de restos de comidas. Não havendo no Estado indústria de papel, estamparia, etc., torna-se supérfluo o aproveitamento industrial dos resíduos dêstes, exceptuando-se o caso das gorduras que poderão ser aproveitadas para o fabrico de sabão. Contudo a cremação é indispensável a fim de evitar êste aspecto degradante dos urubus sôbre a cidade.

Loteamento — Sôbre o loteamento, serão encontradas, com maiores pormenores, as imposições a que está sujeito, na regulamentação de construções. Em regra geral foi adotado o critério de dar como área mínima 360 metros quadrados e uma testada nunca inferior a 12 metros. Hoje é universalmente aceito que, abaixo dêstes algarismos, a construção não pode oferecer condições de iluminação, insolação, boa distribuição interna e aspecto agradável.

Estas dimensões vão sendo acrescidas à medida que os lotes se afastam do centro.

Projeto de organização administrativa — Foi nossa intenção criar um sistema ideal típico, livre das influências políticas, como sói acontecer nos grandes centros. Assim previmos, dentro das normas da divisão racional do trabalho, um sistema simples formando uma engrenagem que, por si só, se moverá, evitando o "mandonismo", doença peculiar a nós brasileiros.

A Prefeitura da nova capital terá ao lado da Diretoria da Fazenda e da Diretoria da Instrução uma Diretoria que superintenderá todos os serviços da cidade, de caráter técnico, a que, por isso mesmo, demos o nome de Diretoria Técnica.

A função dessa diretoria é receber sugestões da comissão do Plano da Cidade, transmitindo-as aos subordinados, e resolver em última instância as questões técnicas, sôbre que, porventura, pairem dúvidas. A comissão do Plano da Cidade, com caráter puramente honorífico, será construida por doze cidadãos ilustres da cidade, nomeados pelo prefeito e representando várias atividades sociais. Essa comissão que se reunirá em datas prèviamente fixadas, dará sugestões sôbre os melhoramentos a introduzir, erros a corrigir e zelará pelas belezas naturais da cidade. Presidirá essa comissão o prefeito e dela também fará parte o diretor técnico.

A Diretoria Técnica está dividida em três subdiretorias a saber: 1.ª, Contrôle; 2.ª, Plano de Urbanização; 3.ª, Obras. A 1.ª com a Diretoria da Fazenda, com a Estatística, com a Cadastral, etc. A 2.ª, que também poderá ser denominada de Estudos e Projetos, ficará limitada aos serviços de escritório. A 3.ª, de Obras, tem a função de execução, isto é, trabalho externo.

A separação do serviço de estudos e projetos, dos serviços de execução e obras, traz inúmeras vantagens para a simplificação do serviço.

No esquema apresentado, pode-se apreciar melhor tôda a organização do serviço.

É claro que a organização municipal apresentada presume um desenvolvimento urbano já bastante adiantado, e, no caso presente, compete às autoridades administrativas, resumir o corpo administrativo acumulando alguns cargos, mas não fugindo às linhas mestras traçadas.

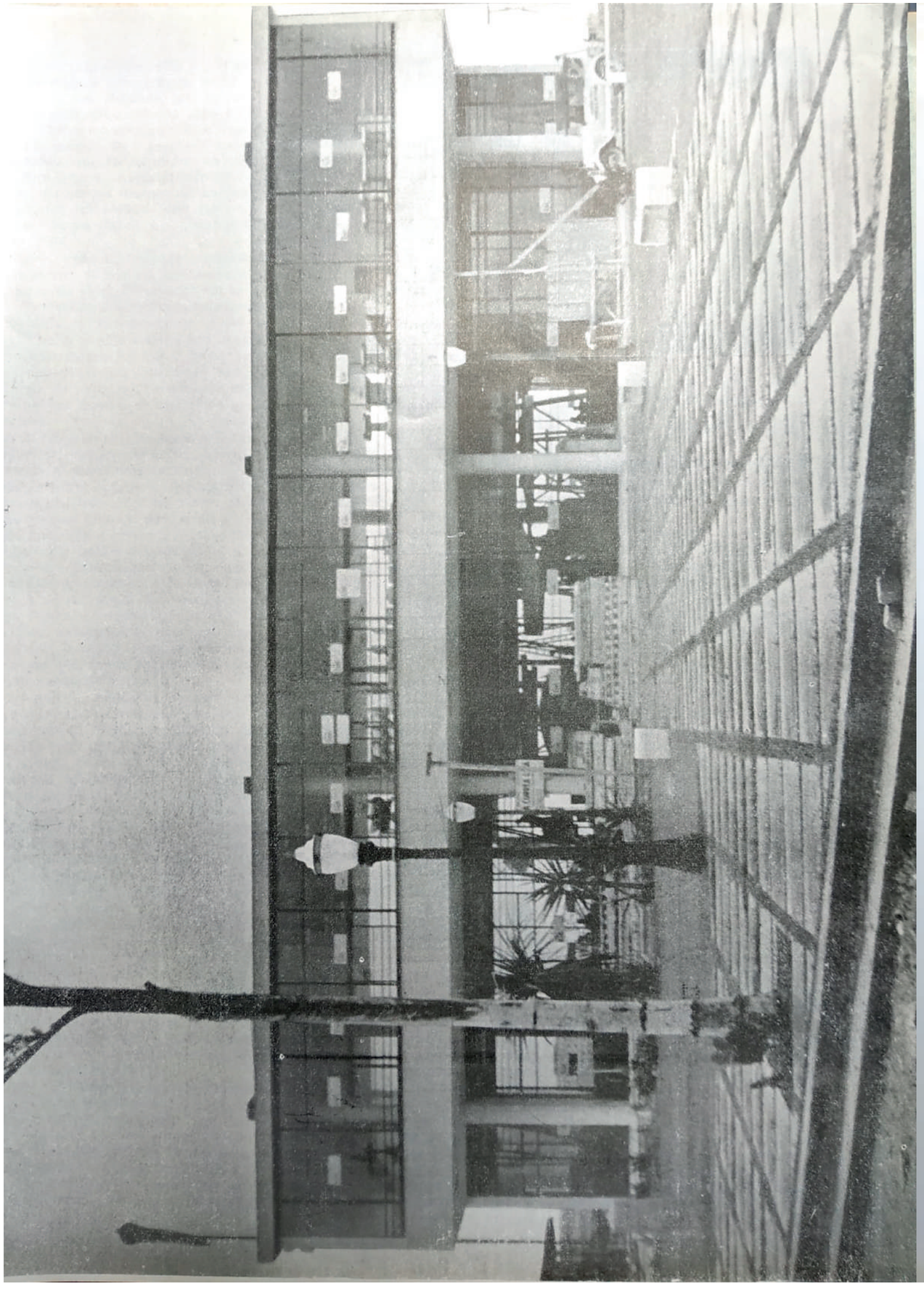
Regulamentação das construções — A regulamentação das construções, conjuntamente com esta apresentada, se refere apenas à parte das edificações encaradas sob o ponto de vista urbanístico.

Nela não incluimos a parte referente às condições e às qualidades dos materiais a empregar, por ser isto da competência dos engenheiros municipais. E bem assim, a parte de polícia, isto é, taxas, emolumentos e multas. Esta parte deverá ser providenciada com a necessária brevidade, a fim de constituirem parte integrante dêste regulamento, para efeito de promulgação.

Estão a iniciar-se algumas construções em desacôrdo com as boas regras construtivas, como sejam: emprêgo de minerais para alicerces tais como o denominado de "Taplocanga"; adobe em panos de parede e assentamento de tijolos com argila, etc.

Campinas, 10 de janeiro de 1935".

(Relatório apresentado ao Interventor Pedro Ludovico Teixeira. *





Misha Black

Desenho Industrial: Arte ou Tecnologia

O desenho industrial determina a execução das coisas — se uma xícara, por exemplo, deverá funcionar como objeto decorativo, trazendo prazer aos que dela fizerem uso, ou se, simplesmente, deverá atender às suas funções como tal. Um fogão elétrico deverá ser funcional, fácil de usar e de limpar, apresentando a forma e o acabamento de suas peças componentes, uma relação lógica entre si, do que resultará um todo agradável à vista. No desenho industrial, as exigências técnicas e sociais estão diretamente ligadas à estética. Assim, uma máquina operatriz deve ser projetada tendo em vista o trabalho físico dispendido pelo operário que fará dela uso 8 horas por dia. Atendendo a essa necessidade, o operário poderá trabalhar com maior prazer, devido à precisão e exatidão do mecanismo. O desenho industrial ensina que o contrôle de um carro deve ser ajustado de modo a deixar o motorista à vontade, para que êle possa dirigir com segurança e prazer. Pode determinar, ainda, a forma de um copo de vinho, a estrutura de uma usina de fôrça, a carroçaria de um automóvel ou o padrão de um tecido.

O desenho industrial concretiza formalmente as necessidades humanas. O homem sempre tomou decisões estéticas ao moldar as vasilhas em que cozinhava, ao desenhar os tecidos que vestia e, mais tarde, viria a se preocupar com relação à mobília, louça e outros objetos da civilização. Nesse sentido, o desenho industrial é tão antigo quanto as primeiras povoações.

Entretanto, quando o desenhista deixou de ser o fabricante e a revolução industrial tornou possível e necessária a multiplicação do desenho original, o desenvolvimento do arte-

sanato foi então examinado, e a relação do homem para com os objetos, bem como sua utilidade, teve de ser reexaminada. Durante cem anos críticos, artistas e desenhistas teorizaram sôbre o assunto. Se o resultado dessa especulação não foi conclusiva, ao menos tornou possivel uma atitude consciente quanto ao desenho de objetos fabricados em série, e não resta a menor dúvida sôbre a importância dêsse fato.

Nosso ambiente urbano consiste atualmente, e isso em escala quase idêntica, de objetos fabricados em série e de planejamentos arquitetônicos (ou falta de planejamentos). A Arquitetura tem sido influenciada pela produção industrial, pois o problema de habitação torna essencial a substituição de métodos de construção artesanal por técnicas de construção industrial.

Três tipos de pessoas moldam nosso ambiente urbano: arquitetos, engenheiros e desenhistas industriais, os quais dividem entre si a responsabilidade social das condições físicas, nas quais nossos filhos e netos serão criados. Creio que o ambiente é quase tão importante quanto a educação, a religião e a alimentação. As responsabilidades do arquiteto e do engenheiro já se encontram bem determinadas. Porém, o terceiro responsável pelo nosso ambiente — o desenhista industrial — requer uma consideração especial, um ensino organizado e um treinamento próprio.

O Desenho Industrial expressa um nôvo conceito; a profissão tem aproximadamente 45 anos de existência, já tendo, entretanto, produzido objetos de grande beleza dentro dos limites impostos pelo anonimato que caracteriza os objetos feitos à máquina. O desenhista industrial é em parte engenheiro, em parte artista. Intermediário entre a tecnologia e a cultura, trabalha nos limites do que é aceitável pelo público para o qual desenha; tenta convencer a indústria a dirigir o gôsto ou a planejar aceitação dêsse mesmo público, que não se deve satisfazer sòmente com o mais baixo denominador comum do desenho; relaciona, ainda, as exigências da produção em massa e da aceitação pública (e, conseqüentemente, a venda) às necessidades reais de cada um. Através dêsse procedimento, o desenhista industrial alia o fator da demanda social à tecnologia e à arte.

Não obstante, alguns engenheiros ainda insistem em considerar o desenho industrial como inútil, sem querer entender que não podem projetar tôdas as coisas sòzinhos. Duvidam dos desenhistas industriais porque êles não se envergonham, pelo menos em parte, de serem chamados artistas. Tal ponto de vista provém do êrro de achar que a forma se sujeita automàticamente a função, isto é, de que para ter um bom aspecto, basta que o objeto funcione bem.

Um crítico de arte, Sir Herbert Read, disse em 1934: "Uma teoria falsa supõe que o objeto, para funcionar do modo mais eficiente possivel, possuirá indubitàvelmente as qualidades estéticas necessárias". A êsse argumento podemos responder que um objeto que funcione bem poderá ter (e provàvelmente terá) as qualidades estéticas necessárias, mas a união das duas coisas não é imprescindivel.

O engenheiro civil, Oscar Faber, cuja experiência profissional não se discute, disse em 1944, no Institute of Civil Engineers: "Um êrro, grandemente apoiado, é dizer que, se uma estrutura fôr corretamente desenhada para satisfazer tôdas as suas exigências técnicas ou científicas, ela será necessàriamente, uma bela estrutura... tudo o que posso dizer é que gostaria que assim fôsse, pois a maioria dos engenheiros é capaz de desenhar cientificamente uma estrutura, tendo um fator constante de segurança em tôdas as suas partes. Porém, se isso fôsse uma garantia para que essa estrutura resultasse numa obra de beleza, o problema se simplificaria muito. Infelizmente, tudo que se pode dizer é que, nesse caso, a estrutura pode ser bonita por acaso, mas o será ùnicamente por acaso.

Tal ponto de vista, ou seja, o de tomar decisões estéticas na resolução de problemas de engenharia, está se desenvolvendo ràpidamente e permitindo que as barreiras ao desenho industrial sejam destruídas. Inicia-se assim uma profissão nova, que, talvez por isso mesmo, têm feito bons e maus trabalhos, alguns demasiadamente relacionados a problemas de venda imediata, excluindo com isso outros fatôres sociais. Mas a profissão tem amadurecido; o ensino está sendo estabelecido em vários países, e assim a nova geração de desenhistas industriais já não cometerá os mesmos erros de seus antecessores.

Ainda não há uma opinião internacional quanto à forma de ensino que o desenho industrial deva seguir. Uns acham que deveria ter como base as belas artes e o artesanato; outros, que deveria ser uma extensão do curso de Arquitetura; outros, ainda, que deveria se transformar numa parte do ensino de Engenharia mecânica e ser ministrada em escolas altamente especializadas. Apesar dessas divergências, já se desenvolve um acôrdo em relação à função do desenhista industrial, o que, eventualmente, poderá levar a um acôrdo básico na modalidade de ensino.

O grande arquiteto norte-americano Frank Lloyd Wright escreveu: "Até que a Ciência e a Arte se tornem uma só coisa, não haverá descanso ou paz para a humanidade". Talvez os arquitetos, engenheiros e desenhistas industriais, trabalhando juntos, consigam alcançar essa unidade essencial.

desenho industrial

Frases do Prof. Misha Black a propósito do Brasil, para publicação juntamente com a tradução da sua conferência:

"Those countries in which Industrial Design is only now beginning to be developed as a conscious discipline may have the advantage over others where the history of Industrial Design is longer. In Brazil the new school and courses start free of established doctrine and prejudices."

TRADUÇÃO: "Os países nos quais o Desenho Industrial só agora começa a desenvolver-se, em forma de estudo consciencioso, talvez levem vantagem sôbre outros cuja história do Desenho Industrial é mais antiga. No Brasil a nova escola e os novos cursos se iniciam libertos de preconceitos e de doutrinas estabelecidas."

"The is no reason why the work of Industrial Designers in Brazil should not eventually reach the same standards which, in Architecture, have rightly gained international acclaim."

TRADUÇÃO: "Não há razão para que o trabalho dos Desenhistas Industriais, no Brasil, não venha a atingir um dia os mesmos padrões que, na Arquitetura, fazem jús ao aplauso internacional."

Misha Black

Nota da Redação: *Misha Black, professor de Desenho Industrial do* Royal College of Art, London, *regressando de uma viagem à Argentina, demorou-se uma semana no Brasil (de* 3 *a* 10 *de maio último), visitando Brasília, Rio e S. Paulo. No Rio, sob patrocínio do Conselho Britânico, M. B. pronunciou a conferência acima, que publicamos numa tradução de Maria Celina Junqueira, juntamente com uma mensagem que endereçou aos brasileiros. Misha Black, entre outros trabalhos, é o autor do desenho de locomotivas elétricas e diesel para a Comisssão Britânica de Transportes, do projeto para a sede da Olivetti na Inglaterra. É redator de* Exhibition Design *e membro do* National Council on Art. Education *e do* Advisory Council of de Institute of Contemporary Arts.



Arquitetos Rumenos no IAB-GB

Uma delegação de arquitetos e engenheiros rumenos visitou recentemente o Japão, os Estados Unidos, a França e o Brasil, para inteirar-se dos problemas e soluções atuais de arquitetura e do urbanismo nestes países, bem como métodos e materiais de construção por êles empregados.

Durante 10 dias percorreram Brasília, Rio e São Paulo tomando contato com várias obras e conversando com nossos profissionais de arquitetura.

No Rio êles estiveram no IAB-GB, quando então solicitamos informações sôbre a situação romena nos campos da habitação e do trabalho profissional do arquiteto.

OS PROBLEMAS DE MORADIA E DE URBANISMO NA REPÚBLICA POPULAR ROMENA

"A herança deixada pelo antigo regime, as destruições causadas pela guerra, o crescimento da população urbana, devida entre outras ao impetuoso desenvolvimento da indústria nas cidades e à mecanização da lavoura, exigiram de nosso Govêrno providências enérgicas para resolver até 1980 o problema da moradia. Neste sentido, nos planos econômicos estão previstas somas e meios necessários para a construção, pelo Estado, de um número cada vez maior de moradias no meio urbano. Paralelamente, desenvolve-se nas aldeias uma grande atividade construtiva, onde os camponeses constroem as suas moradias com a ajuda técnica e os materiais de construção fornecidos pelos organismos do Estado.

Em nosso país, a solução do problema das moradias, como também o do desenvolvimento da indústria urbana, está estreitamente ligada aos planos de sistematização das cidades. Êstes planos de sistematização têm sua organização determinada pelos planos quinquenais.

O grande volume de trabalho, projeto e execução, no campo da moradia exigiu a utilização de uma construção estardartizada, mecanizada e industrializada, e de elementos construtivos pré-fabricados. Seguindo tal caminho os arquitetos romenos se viram diante de difícil tarefa, que acreditamos está sendo realizada com êxito, de compor grandes conjuntos urbanos de caráter arquitetônico variado, destituído de monotonia refletindo em condições atuais, as particularidades das diversas regiões do país. Esta tarefa constitue uma contribuição dos arquitetos à solução do problema central enfrentado por nosso Estado, a elevação substancial ao nível de vida."

A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARQUITETOS NA REPÚBLICA POPULAR ROMENA

"A atividade técnica, como a de criação, são muito apreciadas em nosso país, tanto pela camada dirigente como pelas massas populares.

Os arquitetos que reúnem ambos os aspectos profissionais, gozam de grande prestígio.

Um certo número de arquitetos faz parte dos deputados na Grande Assembléia Nacional, em regiões e cidades; outros exercem funções de condução no aparelho do Estado.

A função de dirigentes nas cidades e regiões confere aos arquitetos tarefas de grande responsabilidade: êles são diretores de unidades locais e têm uma palavra decisiva com relação a qualquer construção que se realize em seu território, no sentido de fazê-la corresponder às previsões do plano de sistematizações.

A maioria dos arquitetos trabalha no Instituto de Projetos do Estado, no órgão Central ou nos departamentos locais, e são assalariados em função de sua experiência e valor. Além disso, os trabalhos mais significativos são recompensados pelo Estado através o próprio Instituto, a União dos Arquitetos, o Comitê de Estado para Arquitetura, Construção e Sistematização; e, para trabalhos excepcionais, é concedido o Prêmio de Estado.

A União de Arquitetos dispõe de meios para excursões de estudos no país e no exterior, e para previdência social dos arquitetos.

O diploma de arquiteto permite a elaboração de projetos para a moradia, construções culturais e às vêzes, construções industriais.

Durante a elaboração de projetos, os arquitetos dispões da colaboração de engenheiros de tôdas as especialidades.

Em certos casos, êles solicitam a colaboração de artistas plásticos.

Graças à grande atividade e ao contínuo crescimento no campo da construção, como também à necessidade de sistematização regional e urbana, que resulta do caráter planificado do desenvolvimento econômico em nosso país, os arquitetos são muito prestigiados. Êles ocupam cargos de responsabilidade no Comitê de Estado para Arquitetura, Construção e Sistematização e são sempre chamados a tomar medidas necessárias para a aplicação da política do Govêrno no domínio da Construção." *

MENSAGEM

"Desejamos aos arquitetos brasileiros, novos sucessos no caminho das preciosas conquistas realizadas até agora, para a cristalização e aperfeiçoamento de uma arquitetura brasileira nova e original, no sentido de uma plena realização das aspirações do povo brasileiro por uma vida pacífica e feliz."

As. Professor-Arquiteto *N. Badescu*



Oswaldo Gonçalves, Maurício Roberto, Mauro Pinheiro, Hélio Uchoa, Vilanova Artigas, José Alves, Teodore Niculescu, Horia Maicu, Nicolae Badescu, Badeseu Nicolae, Nicolae Drogeano.

Maurico Nogueira, Nicolae Maicu, George Plonteano (ministro da Rumânia), Nicolae Badescu.



bauhaus

50 anos depois

Ferreira Gullar



Primeira cadeira de tubo de aço — Marcel Breuer

A exposição da Bauhaus, que o MAM do Rio acaba de apresentar, apesar de sumária e meramente indicativa, chamou a atenção dos visitantes para uma das mais importantes experiências realizadas no campo da arte ocidental neste século. Não que a Bauhaus se perfile entre os movimentos artísticos, como o Cubismo, Futurismo ou o Surrealismo, mas precisamente por afastar-se da órbita individualista daqueles e colocar o problema da arte em têrmos de atualidade social.

Por entender que o artista deve utilizar os meios de produção de sua época, integrando-se na vida comunitária, Walter Gropius, criador da Bauhaus, em 1919, orientou seu trabalho no sentido de reformular o ensino artístico, até aí restrito às escolas de belas-artes. O desenvolvimento da sociedade burguesa e suas noções de arte, herdadas do Renascimento, dividiram as atividades da arte em "belas artes" e "artesanato", ficando de um lado os artistas e, do outro, os artesãos. Por sua vez, o ensino se dividira também em compartimentos estanques: as escolas de artes-e-ofícios e as escolas de belas-artes. Gropius, convidado para dirigir a Escola de Artes e Ofícios de Weimar, em substituição a Van de Velde, só aceita o cargo com a condição de fundir a esta a Escola de Belas Artes. Dessa fusão nasceu a **Das Staatliche Bauhaus Weimar**.

Já na sua origem a Bauhaus indicava o propósito de seu criador. Acreditava Gropius que o único caminho para a reintegração do artista na sociedade estava na reintegração do artesão e do artista num só homem e na educação dêsse homem visando a sua situação na indústria. Reintegrar o artista e o artesão era o primeiro passo; o segundo, a assimilação, por parte dêsse nôvo artista, das novas técnicas de produção criadas pela sociedade moderna.

Analisando a natureza dessas novas técnicas, Gropius observa que o que caracteriza a indústria não é a produção em massa de objetos mas, sobretudo, a divisão do trabalho, isto é, o fato de que um mesmo objeto, na sua fabricação industrial, passa por vários indivíduos diferentes, no curso da produção. Como fazer com que a idéia original seja mantida através dessas várias etapas, se elas são realizadas por pessoas diferentes? Só há, para isso, um caminho: que todos êsses indivíduos tenham uma formação comum e que conheçam tôdas as etapas da produção embora tenham a seu cargo apenas uma delas. O trabalho industrial é um trabalho de equipe.

Daí os princípios que nortearam o ensino na Bauhaus. O curso total tinha a duração de três anos e seis meses, sendo que êsses seis meses compreendiam o curso preliminar em que o aluno aprendia noções elementares sôbre os problemas da forma ao mesmo tempo que realizava exercícios práticos numa oficina especial para principiantes. Nesse curso preliminar, procurava-se libertar o poder criador do indivíduo, quebrando-lhe a visão convencional através da análise de período estilísticos e do estímulo a experiências e descobertas pessoais. Por meio dêsses exercícios, dessas análises entrava êle em contato direto com os problemas do ritmo, luz, sombra, côr, linha, textura, proporção, equilíbrio — o que lhe permitia manifestar preferência por êsse ou aquêle elemento pela exploração desta ou daquela dimensão da linguagem visual. Essas noções teóricas básicas e essa descoberta da linguagem visual preparavam-no para os estudos mais complexos e as atividades propriamente criativas dos três anos subseqüentes. Pelo fato mesmo de se tratar, aqui, da libertação das qualidades individuais, o curso preliminar não compreendia o trabalho em equipe, que era um dos pontos fundamentais do ensino bauhausiano.

O curso de três anos obedecia também ao critério de experiências técnicas e formais, visando a dar ao aluno um domínio total dos instrumentos de trabalho, dos materiais, bem como dos princípios fundamentais do espaço, da côr e da composição. Dado que, na época moderna, artista e artesão se tinham isolado e que, mesmo nos melhores artistas, êsse fenômeno se registrava, os cursos de artesanato e de forma foram dados nos primeiros anos da Bauhaus separadamente por "mestres de artesanatos" e "mestres da forma". Os alunos formados nesses cursos já seriam, ao mesmo tempo, mestres de artesanato e da forma. De fato, na segunda etapa da Bauhaus, em Dessau, alguns antigos alunos passam ensinar.

Ao fim do curso de três anos, o aluno é submetido a uma mesa exami-



57

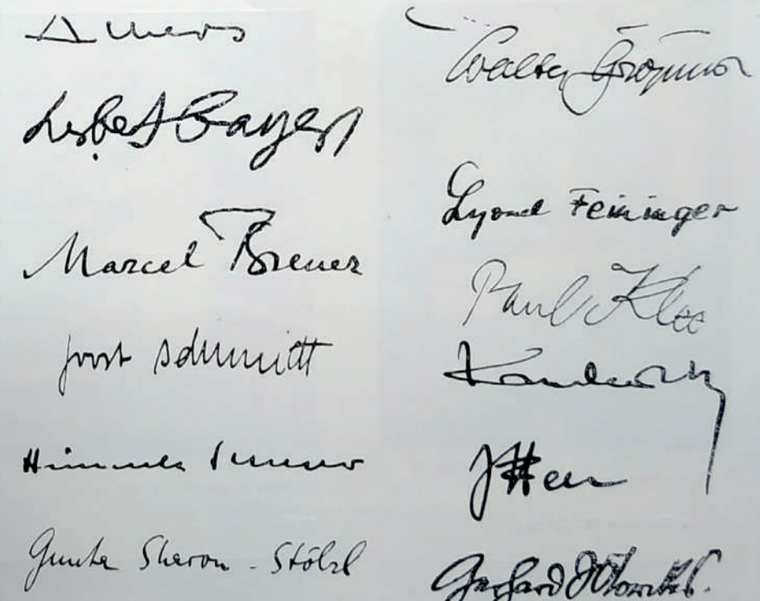
Caracteres gráficos de Bauhaus — Josef Schmidt

nadora externa que lhe concede o certificado de artífice. Todo aluno que tivesse conseguido êsse título podia mais tarde submeter-se a um exame mais rigoroso para conseguir o certificado de mestre da Bauhaus. Êste segundo teste levava em conta, sobretudo, as qualidades criativas do candidato. O último e mais importante estágio da educação da Bauhaus era o curso de arquitetura, o qual não era acessível aos aprendizes, mas apenas àqueles que já tinham obtido o certificado de artífice. Nesse estágio, o aluno ingressava no Departamento de Pesquisas e participava do trabalho de construção de edifícios, trabalhando também nas oficinas da escola, especialmente naqueles que não freqüentou durante sua formação de artífice.

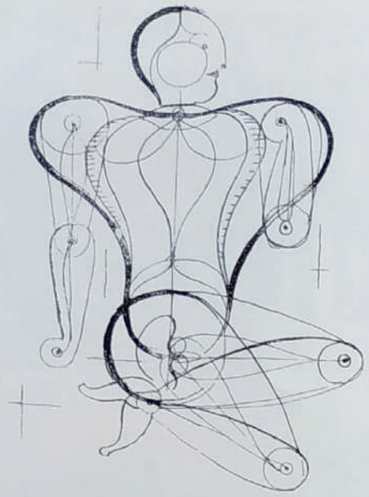
Como se pode deduzir dessa exposição do programa de ensino da Bauhaus, o que se pretendia ali era estabelecer uma nova integração dos processos criativos. Oferecer aos alunos o conhecimento efetivo dos materiais e dos instrumentos de trabalho, dos problemas teóricos e da gramática da linguagem visual, libertando-o das idéias feitas, dos clichês do gôsto e estimulando-lhe a capacidade criadora. Por outro lado, o curso da Bauhaus preparava-o para o trabalho em equipe da produção industrial, fornecendo-lhe o conhecimento técnico e prático necessário para mover-se conscientemente nesse campo. Tratava-se, portanto, de uma revolução total do ensino artístico e de uma recolocação do problema da arte nos têrmos exigidos pela civilização industrial. Gropius foi muitas vêzes acusado de tentar submeter a arte às limitações da máquina, mas, como êle próprio disse e repetiu, sua intenção era preparar homens capazes de impor ao produto mecânico uma qualidade estética e com isso salvar o homem da mecanização total.

Quase meio século depois da fundação da primeira Bauhaus, que influiu decisivamente na forma dos objetos que hoje usamos, o ensino artístico preconizado por Gropius não encontrou campo propício para sua rápida implantação prática. De fato, interêsses que caracterizam a indústria nos países capitalistas entram em conflito com os requisitos de qualidade da boa forma industrial. Por outro lado, a estrutura social resiste a um ensino integrado, como aquêle iniciado por Gropius, de modo que as escolas de belas-artes continuam inùtilmente a existir e as escolas de desenho industrial são criadas — quando o são — à margem daquelas. Tudo isso contribui para que só muito lentamente progrida a qualidade das formas industriais em nossa época, tendo-se criado dentro da produção industrial objetos belos para consumo de uma elite. *





walter peterhans



Homo, figura T — Schelemmer



Figura do bailado triádico — Schelemmer



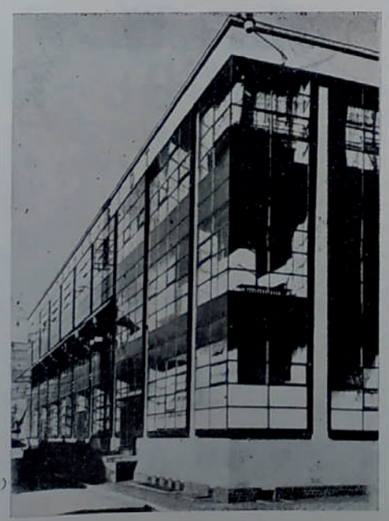
Bauhaus, pavilhão de trabalho

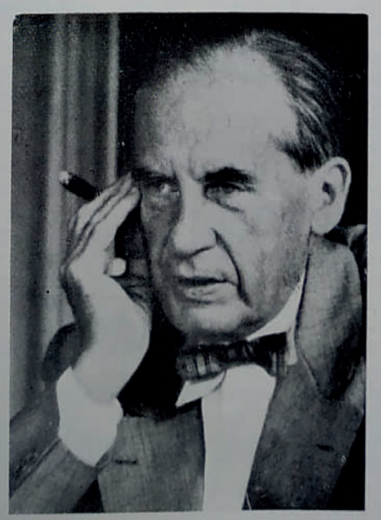
Fábrica Fagus — W. Gropius



Bauhaus, alojamento de estudantes

Walter Gropius





GaleriaGaleriaGaleria

Ferreira Gullar

LYGIA ENTRE O BRINQUEDO E A MAQUINA

Durante muitos anos defendi a obra de Lygia Clark, e essa obra era sistemàticamente negada ou negligenciada. Agora, vê-se, com a mesma falta de argumentos, iniciar-se a louvação dessa obra. Decididamente, a marca principal de nosso processo de cultura é a desonestidade intelectual. As exceções são raras.

Não pretendo aqui reivindicar nada mas, de nôvo, tentar impedir que se perca a consciência crítica dessa experiência que, no quadro das perplexidades atuais, tem a sua significação. Em 1958, num pequeno ensaio crítico (1) formulei o problema básico da obra dessa artista, como sendo a ruptura com o espaço virtual do quadro para integrar a expressão no espaço real. O desenvolvimento da experiência implícita naquelas obras só veio provar o acêrto de nossa observação. É possível mesmo que, sem aquela observação, Lygia tomasse outro caminho, desenvolvendo outras potencialidades de sua obra. Mas não podemos especular sôbre o que não aconteceu.

De fato, o caminho até ali percorrido pela artista veio chamar nossa atenção para um fenômeno importante: a tentativa de superar os princípios da arte concreta — que esbarrara na contradição insolúvel figura-fundo — levava à destruição do quadro de cavalete, da superfície retangular bidimensional, que era o arcaico apoio da pintura figurativa. Um estudo que fizemos, na época, da evolução da arte moderna a partir do cubismo, mostrara-nos que, à proporção que o objeto natural (a figura) fôra sendo eliminado da tela, era o próprio quadro, como objeto material, que se ia tornando o objeto da pintura. Isto é, não procurando mais transcender, pela representação, o objeto real, o pintor quer, a partir de Mondrian emprestar significado, transcendência ao quadro mesmo. Mas Mondrian, como Malevitch, ainda trabalham a superfície bidimensional e, por isso, sua pintura ainda guarda certo grau de figuração. A arte concreta tenta levar a experiência adiante e defronta-se com a contradição aludida: um quadrado sôbre um fundo é ainda uma figura — o quadro continua a servir de apoio para a representação de figuras embora geométricas.

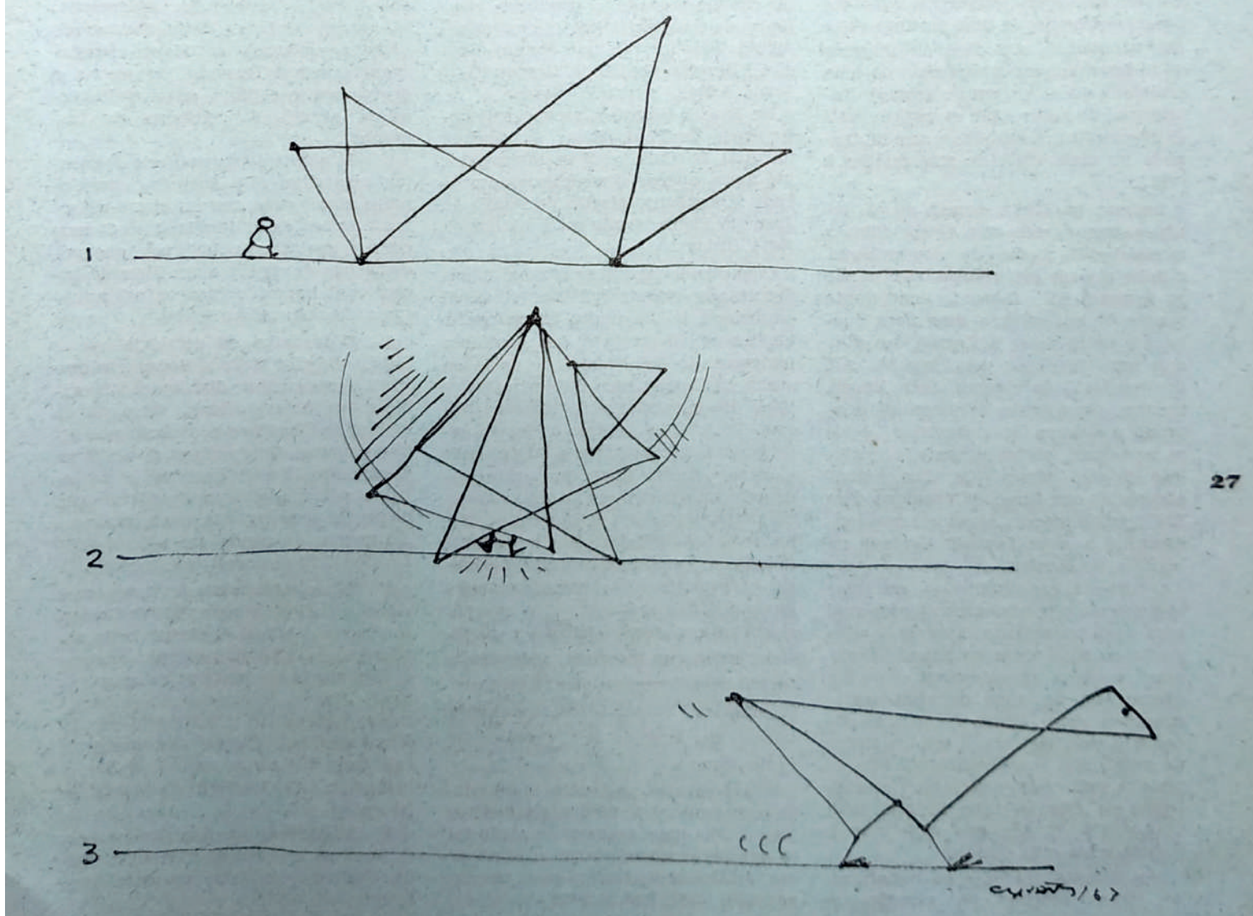
Partindo da experiência concretista, Lygia Clark dá um passo adiante, ao romper a unidade da superfície e, progressivamente, fazendo-a desagregar-se como tal, para integrar-se totalmente no espaço real, tridimensional. Daí surgem os "bichos", só agora mostrados no MAM do Rio, mas já expostos em 1960 na Galeria Bonino e na II Exposição Neoconcreta.

Esses "bichos" — como ela os chama — são construções em metal, feitos de partes conjugadas e móveis, permitindo ao espectador transformá-los dentro de uma série limitada de movimentos e combinações. Imediatamente, tendeu-se a classificar essas construções, como escultura, e a própria artista, ao intitulá-las de "bichos" procurou escapar às conseqüências efetivas de sua experiência. Ora, tais construções nasceram da tentativa de superação do caráter representativo do quadro, sendo, portanto, por natureza, antifigurativas. No momento em que passamos a chamá-los de "bichos", atribuímos-lhe um caráter metafórico que imediatamente as reintegra num nível de figuração correspondente ao de certa arte dita abstrata.

Mas, mesmo inconscientemente que o tenha feito, essa denominação adotada pela artista para os seus trabalhos tem uma razão de ser. É que o verdadeiro sentido de sua experiência está numa crítica sistemática, embora intuitiva, da linguagem pictórica (e escultórica) contemporâneo que, ao atingir determinado ponto, obriga à revisão dos conceitos básicos em que se apóia aquela linguagem. Ao chamá-los de "bichos", Lygia Clark veste seus trabalhos de uma espécie de pele de cordeiro, e desvia a atenção para os aspectos anedóticos das obras. Como os críticos, em geral, tampouco estão interessados em colocar problemas inquietantes, obtém-se com essa palavra mágica uma espécie de conivência para escamotear-se a questão fundamental. Salva-se a artista, salvam-se os críticos, salva-se o conceito mistificante da arte contemporânea...

Sem qualquer pretensão, digo que não pude participar da conivência. De minha parte, procurei ser conseqüente com minhas observações e com meu pensamento. Compreendi, ao atingir aquêle ponto da crítica, que tais experiências só tinham sentido na medida em que não negassem sua natureza de desmistificação da arte. Não pude esconder para mim mesmo que êsse caminhar da pintura para encontrar sua superfície real (Mondrian) e o espaço real (Tatlin, com seus contra-relevos antes de 1920, e Lygia Clark, em 1960), só se completa com a integração dela na vida real. De fato, é o artista que se desmistifica, que se liberta de uma relação inconscientemente herdada, que o colocara à margem da vida social. Enquanto o artista lida com as contradições internas de sua linguagem (figura, figura-fundo, quadro, espaço virtual-espaço real), aquela questão básica não se coloca. Mas quando êle resolve essas contradições e, como Lygia Clark, traz a obra para o espaço real, a contradição que se estabelece é, então, entre sua obra e o mundo, entre seu trabalho e o significado que êle tem para os outros; enfim qual a sua função? para que fazê-lo? para que serve? Não é por acaso que as pessoas se perguntam, diante dessas obras de Lygia, se são obras sérias ou se são brinquedos. São "bichos" ou são estruturas sem significado que, saindo do campo da representação, beiram a gratuidade e a desordem, e que exprimem precisamente a angustiosa luta por encontrar um significado e uma função? Não se trata, aí, de uma experiência situada entre a qualidade e a quantidade? de uma linguagem que, perdendo o seu objeto, vê-se perplexa diante de um número indeterminado de possibilidades, de formas e combinações prováveis? Não se trata de um jôgo com o acaso "mallarmeano", jôgo angustioso mas, de fato, incomunicável?

Lygia está entre o jôgo e o sério. Entre o brinquedo e a máquina. Entre o inútil e o útil. Suas construções convidam-nos a brincar, pelas possibilidades de movimento que têm, e ao mesmo tempo nos afastam, ou por seu tamanho ou por seu convite à contemplação. Mas, de qualquer modo, pertencem elas àquelas séries de "machines inutiles", concebida por Picabia na época surrealista. As máquinas inúteis de Picabia continham em si uma ironia. As "máquinas" de Lygia contém, ainda, a mística da arte. Esta é a sua contradição. *



Cinema

Carlos Diegues

A VERDADE DE UM NÔVO CINEMA

Depois da guerra, renasceu no cinema mundial o espírito da aventura do cotidiano, da pesquisa do diário, do documento. O neo-realismo italiano, resultado de uma situação social implacável, foi o primeiro a abrir as porteiras a um nôvo expediente cinematográfico que retomava o nascedouro da própria arte fílmica — o documental.

Quando "Umberto D" surgiu, pensou-se ter alcançado o extremo da experiência — o despojamento total de qualquer valor impôsto dramàticamente, em benefício de intrínseco cotidiano, da não-ação (enquanto ação for desenvolvimento de uma intriga). Nada "acontecia", e o fluir de imagens se tornava apenas a exposição de uma realidade quase virgem de armação intelectual de autor. Não se tratava mais de reconstituir a realidade, mas de trazê-la no mais bruto de seus estados à tela.

Embora na Itália, àquela época, tenha-se consagrado com aquêle filme a missa-de-sétimo-dia do neo-realismo, a linha que sua experiência traçava não se apagara ali. É preciso entretanto que se dê um salto, a uma nova época, em outro país. A França dos últimos anos 50 e dos primeiros 60. Ali, um "curioso" de cinema, Jean Rouch, iniciava experiência documentais adotando o sistema de entrevistas. A êle se associava, posteriormente, o sociólogo Edgard Merin. Os dois juntos, através de um filme ("Chronique d'un Été"), iriam marcar os setores que conduziriam a nova fase da Verdade na história do cinema.

O sistema era simples — escolhia-se um tema e personagens da vida real para o seu tratamento. Através da descrição de suas vidas cotidianas (imagem) mais o incontestável presente documental de suas opiniões/ideais/conceitos (som), tinha-se o painel necessário para se levar à tela as tintas de uma nova cinematografia. Não se tratava mais (como fôra no neo-realismo) de escrever uma história real, mas sim de ir descobrir onde está a realidade de uma história.

Nos Estados Unidos, e na Inglaterra, os jovens rebeldes da geração de Kerouac e Osborne, tomavam também o cinema como instrumento para suas expansões e nascia, através dêles, um sistema que, embora mais intelectualizado e estético, se aproximava muito da idéia rouchiana do cinema-verdade. Em qualquer esquina de Londres ou Nova Iorque, uma câmera estacionava à espera da vida (verdade) para documentá-la. Os cabarés de jazz, os músicos e poetas, os negros discriminados, os bêbedos de Bowery, os Teddy, compunham a fauna e flora dessa experiência.

Voltemos à Itália e encontraremos, 20 anos depois, a nova geração de cineastas peninsulares adaptando à idéia de cinema-verdade a condução ideológica de seus fios, aberta e discursivamente. Pasolini (Mamma Roma), Rosi (Il Bandito Giuliano), Gregoretti (I Nuovi Angeli) puxando o carro.

No Brasil, tirante a excepcional experiência de Paulo César Sarraceni, "Arraial do Cabo" (curta metragem), até agora apenas o recentemente acabado "Garrincha, Alegria do Povo", de Joaquim Pedro, seguiu os caminhos da Nova Ordem.

O que pode significar esta nova padronização cinematográfica, é difícil estabelecer já. Há muito tempo que o cinema se embaraçava nos caminhos perigosos de espetáculo, de mise-en scéne de bom-gôsto, do jôgo fútil e inútil de movimentos e imagens vazias. Tornava-se saudoso o cinema experimental dos Lumière e Edson, onde a câmera vinha trazer uma nova dimensão informativa ao homem moderno, numa linguagem do homem moderno, visual e dinâmica. Era importante sacudir os caminhos literários, plásticos e dramáticos que vinham seguidos desde Griffith e Eisenstein e que não encontraram, desde Griffith e Eisenstein, saída que lhe desse, radicalmente, um nôvo conteúdo como instrumento artístico. Talvez só em Antonioni tivesse êle recebido tão violento impacto formal.

Mas é preciso, por outro lado, estabelecer limites. É fácil a Verdade se tornar uma nova academia e, como tal, se exasperar em números e estatísticas estàticamente transmitidas por um narrador feito personagem.

Os homens se comunicam através de suas verdades, mas existem instrumentos adequados a esta informação, e como instrumento êles são usados, nunca como fim.

Essas reflexões iniciais, bem mais a título de informação, nos levam a crer que também a Verdade, no cinema, não pode se tornar um dogma formal e que, a sua transmissão, depende exclusivamente de um **modo**, nunca de um maneirismo.

INFORMAÇÕES

1. Contraditórias as opiniões sôbre "Garrincha, Alegria do Povo", de Joaquim Pedro (autor do excepcional "Couro de Gato"). Hélio Fernandes (com pseudônimo de Mauro Braga) avançou, esquisitamente, de unhas e dentes contra o filme, envolvendo terceiros, através da "Tribuna da Imprensa".

2. Já o crítico especializado do mesmo vespertino, Ely Azeredo, considerou-o obra-prima em um quase-comovente artigo de muitas laudas. O concreto é que "Garrincha", pelo que podemos ver de copião, é um filme de excepcional importância no atual panorama do cinema brasileiro.

3. O trabalho de denúncia que o crítico Cláudio Mello e Souza realizou sôbre o problema de distribuição & exibição dos filmes nacionais foi o que de melhor se fêz sôbre o assunto nos últimos meses. Dois artigos de CMS no "Jornal do Brasil" puseram a nu os Intocáveis do cinema brasileiro. Há boatos de que haveria mais, mas que os homens entraram em ação e CMS foi impedido de continuar a série.

4. Duas entrevistas de Antonioni (uma a Carlos Leonam, de "O Cruzeiro", outra a Maurício Gomes Leite, do "Correio da Manhã") fizeram quebrar a cara dos mais místicos de seus críticos. Através de meia dúzia de declarações, o autor de "L'Eclisse" desmistificou algumas críticas "Standards" à sua obra e ironizou outras. Saldo: o homem é tão inteligente quanto os filmes.

5. Anuncia-se que, por fim, em breve, teremos o discutido "Vivre Sa Vie", de Godard, nas telas cariocas. Era tempo. *

José Guilherme Merquior

"CASTROALVARES"

Fico pensando que pensar na perspectiva de uma revolução brasileira é pensar no presente em que ela se dá, e na perigosíssima desproporção entre o que êsse presente poderia ser e o que não é. Há uma tradição brasileira do improviso; parece que sua última (espero) grande obra será o próprio gesto decisivo de alteração da nossa vida social. Mas a revolução improvisada é suicida, não porque não possa "vencer", mas porque não poderá, uma vez vencedora, manter-se contínua e profunda, conservar-se racional. Uma revolução que se abandona principalmente ao improviso é uma revolução muito pouco crítica. Ela se inventará na hora, cada hora: correrá o risco de se desmentir, de se negar ela mesma, porque desprezou a possibilidade de pensar o máximo das suas horas e de fazer, da necessidade de recriar-se a cada instante, não o ato duvidoso de saltar surpreendida pela história, mas a longa e harmoniosa ação de se desdobrar no tempo, trazendo-o quase prêso a si, quase domado à sua vontade objetiva. Ninguém prevê perfeitamente um futuro; e todavia prevê-lo, não tanto na sua matéria como na forma que se lhe quer dar, é o que de maior e mais rico se pode propor uma sociedade. Entretanto o programa é tanto mais amplo quanto mais fundado na realidade atual. Quanto mais nítida a imagem desta, melhor revelará uma previsão, menos rebelde o futuro será diante do nosso querer.

Essa consideração, que o Conselheiro Acácio, depois de ter lido Lenin e Maquiavel, assinaria sem pestanejar, me ocorre a propósito do que, em alguns círculos, se pensa que baste para fazer da literatura brasileira um agente revolucionário. Nesses círculos se acha que a adoção de um tom poético indignado ante a miséria, clamando contra a espoliação, arrebatadamente "lírico" diante da imagem consoladora de um homem nôvo, e suficiente para devolver ao poema a saúde, a qualidade humana que lhe viesse faltando. Não pensam, os que assim pensam, que uma tal literatura, em relação ao sentimento coletivo, se revela absolutamente incapaz de racionalizar êsse sentir, não para que deixe de ser uma afeição, ou mesmo um entusiasmo — mas de racionalizá-lo para depurá-lo, para erguê-lo até aquêle ponto, de incomparável grandeza, onde o sentimento do homem se faz pura vibração da existência em frente à completa visão do seu ser, em face do conhecimento global de sua condição. Nem pensam que a indignação, a revolta, a esperança, já existem, e preexistem ao poema que pretende suscitá-las; nem pensam que o poema feito intensificador puro e simples de uma disposição preexistente, de um ânimo a êle, poema, prévio, não possui condições para modificar êsse mesmo ânimo, no sentido de enriquecê-lo, e no de armá-lo: pois parecem não pensar que só quando um querer coletivo é também um saber coletivo, está pronto a virar um saber querer, o saber querer que define, melhor que tudo, o autêntico gesto revolucionário.

Eu não gosto de defender a arte, pela arte. Para quem a defende dêsse jeito, eu jamais procuraria salvar, das "garras" da política revolucionária, os requintes e galas com que a arte se visse ameaçada. Danem-se galas e requintes; como se dane quem queira salvar, pela salvação da arte, algo assim como um ócio, uma atitude de "elite", um belprazer de cultivados, um de-poltrona de almas belas e, no fundo, frescas. A arte que eu penso em salvar quando a quero livrar de reduções simplistas, eu quero só salvá-la porque nela vejo, convictamente, a nobre imagem feita pelo homem de si próprio e sòmente para si próprio. Só me interessa essa arte do homem. A arte onde o homem, através de séculos, se guardou para si, como se nela houvesse um constante fundo de **humanitas**, ou melhor, como se, através de várias formas sociais, êle nela depositasse a mais perfeita memória de si, não mais perfeita enquanto a depositasse, mas, antes, quando a recolhesse o outro homem, a quem aquêle anterior legou cristalizada uma entre nítida e secreta vibração de ter vivido. Não se pode acreditar numa arte dessas sem estar seguro de que ela vale, age e funciona, primeiro que tudo, como comunicação e como agente social. Como se poderia compreender a eficiência dêsse legado, se não se aceitasse que êle foi vida ativa antes de herança?

A literatura, como a revolução, pode ser mais ou menos racional, mais ou menos capaz de objetividade. A literatura meramente indignada, revoltada e esperançada é uma poética indigente em matéria de racionalidade. Literatura de interjeição, sòmente é capaz de oferecer, do homem oprimido que a comove, o estreito reflexo de uma emoção insuperada, indominada, e tampouco apresenta, a quem a leia, alguma coisa melhor do que uma vesga instigação. O falso humanitarismo da reação verte lágrimas de crocodilo; mas é bom não esquecer que maior praga não há do que o correspondente sentimentalismo de esquerda, tantas vêzes presente nos populismos demagógicos, nesse ar esconso e sem jeito com que o autor culto, uma vez revolucionário, se aventura à imitação do popular a pretexto de "participação". Quanto à revolução, à própria, nada tem a ver com isso. Ela não vive de grito satisfeito em ser grito, e apenas se enriquece com a palavra poética dos que penosamente, talvez isentos de intenções, levantam com agudeza a verdadeira, a objetiva feição do homem presente e seus problemas de agora. A revolução é Drummond, é João Cabral de Melo Neto; nem lhe incomoda se alguns "participantes", estacionados em Castro Alves, compõem como se fôssem... castroalvares.

Cleber Ribeiro Fernandes

AS CRIANÇAS NO PODER

A encenação de um texto como êste, com a dupla responsabilidade de ser, talvez, o mais representativo do teatro surrealista, além de um dos maiores êxitos parisienses da última temporada, impunha uma opção de alternativa irreconciliáveis. A direção teria que escolher o que enfatizar: o aspecto **histórico** ou a sua **atualidade**.

O primeiro caminho, de acesso mais difícil, não seria por certo o mais compensador do ponto de vista econômico. Além de requerer a recriação minuciosa em suas características formais de um espetáculo dos anos vinte, não poderia por isso mesmo prescindir de uma intensa preparação do público. Feito isso, entretanto, talvez fôsse possível esperar pela eficiência do "mecanismo montado com o fim de fazer estourar sua carga explosiva", que tanto Roger Vitrac (o autor) quanto Antonin Artaud (o diretor) tinham em vista quando de sua primeira montagem. Os **bem pensantes** de hoje, ao contrário de seus antepassados, de bom grado ou não, teriam que entregar a face à bofetada.

A atualização consistiria em evitar a qualquer custo que o caráter de **vanguarda**, válido em 28 mas contraproducente em 63, comprometido pelas experiências de seus seguidores sobejamente conhecidos do público, emprestasse ao espetáculo a impressão de algo **já visto**, o que neutralizaria o "choque" que, de uma maneira ou de outra, continuaria sendo o superobjetivo da montagem. Nesta linha estaria incluída uma severa revisão do diálogo, do qual seriam podados os excessos literários hoje inócuos bem como o esclarecimento de algumas referências que, da maneira como foram escritas, não **passam** a uma platéia estrangeira (a nossa, no caso), sem maiores compromissos intelectuais.

O espetáculo do Teatro Nôvo, bem **realizado na maioria de seus detalhes, falhou** por uma indecisão básica. Tudo indica que o problema foi pensado, que os dois tipos de solução foram avaliados, chegando-se porém a uma mistura indevida de elementos que acabaram por neutralizar uns aos outros.



Maria Fernanda em "Victor ou as Crianças no Poder".

Brecht no Teatro Nacional de Comédia.



A preocupação **histórica** está presente na cuidadosa exposição do "hall", no curso do C.C.D. sôbre "A Aventura Surrealista", insuficientes no entanto para quebrar o gêlo da platéia, desde que encarado com realismo o seu nível cultural. Um programa mais didático a ser distribuido ao espectador, uma preleção obrigatória antes de cada récita e, sobretudo, uma rigorosa exclusão de qualquer anacronismo na montagem constituiriam um mínimo indispensável caso tivesse sito esta a linha adotada.

Predominando, entretanto, indícios de que o desejado passou a ser a atualização da peça, por que não unificar os vários estilos de representação e cenografia, por que não especificar de maneira incontestável a **intenção** do espetáculo? Se a concepção da cenografia foi correta, sua execução resultou insatisfatória a ponto de parecer desleixada, justamente quando aos elementos cômicos cabiam grandes responsabilidades. Para que o gasto de Vitor atingisse a platéia seria necessário que "aquêle vaso" pudesse simbolizar por suas formas e por sua sonoridade ao despedaçar-se a ordem social combatida. (O que é apenas um exemplo dos vários momentos em que se perdeu a oportunidade de **domar** o espectador).

No capítulo das interpretações, sentiu-se sobretudo que a direção esquivou-se de **converter** o elenco a uma única intenção. A competência individual de Célia Biar, Helena Inês e Ítalo Rossi, por exemplo, deu às respectivas partes um rendimento razoável que, entretanto, logo a seguir, entrou em choque com o pêso dos esgares expressionistas sugeridos a Maria Fernanda e Telma Reston. Quanto a Maria Teresa Barroso, Antonio Patiño, Napoleão Moniz Freire e Labanca, a quem couberam os papéis mais representativos do esquema social em discussão, suas interpretações resultaram incaracterísticas, dando a impressão de que se os atôres conheciam o sentido imediato do que diziam, ignoravam por completo que os seus tipos estavam, como um todo, a serviço de uma argumentação.

Tais aspectos seriam pouco relevantes não fôssem conseqüência do pecado maior: a timidez (ou hesitação) da direção. Vimos, é certo, o público das primeiras representações desassossegado com a presença de Ida Mortemart. Mas se os detalhes do texto considerados audaciosos não foram escamoteados — a "confissão" de Maria Fernanda impõe-se às resistências da platéia — a verdade é que faltou ao diretor a coragem de assumir por inteiro "aquêle terrível desejo de crueldade, de luz projetada nos porões imundos (sic!) do inconsciente humano" de que fala Artaud. "As crianças no poder" pertence a um gênero de teatro no qual ou tôda a equipe se **empenha** ou o tiro sai pela culatra: o que se ouviu no Teatro da Maison de France foi, não uma eloqüente "carga explosiva", mas o trombone do contra-regra. Afinado, convenhamos.

ESPERANDO BRECHT

Em meados de julho, no momento em que escrevemos esta seção, não se sabe ainda quando estreará "O Círculo de Giz Caucasiano" pelo Teatro Nacional de Comédia, ignorando-se igualmente a quem serão entregues os destinos do Serviço Nacional de Teatro. Enquanto esperamos por Brecht, passemos os olhos à nossa volta.

Da resignação do Sr. Clóvis Garcia à formação do último Ministério, a classe teatral foi aos poucos se resignando à ineficiência do Sr. Edmundo Moniz. Com a presença do Sr. Paulo de Tarso no Ministério da Educação, novas esperanças surgiram: consultas foram feitas à classe teatral, candidatos foram apontados, candidatos foram queimados, até que o choque de interêsses levou o assunto a ponto morto. As perguntas que se fazem no momento são: será nomeado o Sr. Roberto Freire? permanecerá o Sr. Edmundo Moniz? — perguntas que, de fato, não conseguem emocionar ninguém. O problema, ao que parece, não se refere especificamente ao teatro. Vamos, aos poucos, nos acostumando a constatar na vida pública brasileira fenômenos dos mais melancólicos: para o "lugar certo" jamais é encaminhado o "homem certo", mas justamente aquêle que tem "trânsito livre nas várias áreas", isto é, aquêle que não agrada mas também não desagrada a ninguém, isto é, o menos enérgico. Mas não será de energia, nesta época de reformas, aquilo de que mais precisamos?

No caso presente, entretanto, ao lado das conveniências políticas, a classe teatral entra com uma grande parcela da culpa. Pelas características dos candidatos apresentados, é possível verificar que os interêsses pessoais, nem sempre muito confessáveis, determinaram as sufragações maciças. Tornaram-se evidentes, através dos nomes apresentados, não só um equívoco básico em tôrno das próprias funções do S.N.T., mas a supremacia da mentalidade segundo a qual aquêle órgão deveria renunciar aos seus objetivos culturais para transformar-se em mera assistência social a uma iniciativa privada deficitária, de utilidade pública reduzida.

Muito se tem falado e escrito contra o sistema de subvenções miúdas distribuídas a tôrto e a direito pelo S.N.T. Mas o que se deduz dos pronunciamentos da **classe** é que se fôsse proposta uma escolha entre o sistema em vigor e um atendimento às verdadeiras finalidades daquele órgão público, uma maioria esmagadora votaria pelo que aí está. Daí, a necessidade de um mínimo de coragem para **contrariar.**

Os empresários de queixam da falta de casa de espetáculos, do pêso dos impostos, de escassez de público; os atôres fogem para a televisão em busca de salários que lhes permitam um nível decente de vida; os autores clamam por oportunidades. As reclamações são justas, ninguém o nega, mas não teria chegado o momento de uma autocrítica que permitisse aos profissionais verificar até que ponto suas próprias atitudes geram ou, pelo menos, agravam tal situação?

Os empresários, ao que parece, decidiram-se pela dubiedade, querem ter todos os direitos mas fazem o possível e o impossível para se eximir de seus deveres. Por se tratar de uma "manifestação artística" (o que nem sempre é constatável), acreditam que o teatro deva merecer uma complacência indiscriminada, do público que paga e do Estado que fornece a subvenção. Como não podem obrigar o público a desembolsar dinheiro para ver um espetáculo que não o atrai, fazem-lhe tôdas as concessões, cabendo ao Estado **dar** sem nada exigir. Ora, por experiência própria, os empresários deveriam saber que vivemos numa época em que ninguém **dá** sem exigir algo em troca. Se aceitam como válido o **teatro comercial** porque êle agrada ao público, têm de aceitar também que o Estado só concorde em prestar a sua colaboração em troca de um teatro que atenda aos verdadeiros interêsses de quem o sustenta, isto é, de quem paga impôsto, isto é, de todo o povo. E o teatro que é feito entre nós no momento, na melhor das hipóteses, atende ao interêsse (ou ao gôsto) de apenas 60.000 pessoas, isto numa cidade cuja população é contada aos milhões.

É verdade que tal como se encontra montado o nosso esquema teatral, não será fácil chegar-se a uma razoável reformulação. Podêres públicos e empresários, profissionais e platéias, todos se acham comprometidos num círculo vicioso, são "metade vítimas, metade cúmplices", como diria Sartre. Para rompê-lo é que se torna necessária à frente do S.N.T., uma personalidade enérgica que não só conheça os meandros mais ou menos sombrios de nossa vida teatral, mas também esteja disposta a impor ao Teatro Brasileiro os interêsses da coletividade.

Estaria o Sr. Ministro da Educação disposto a encontrar o homem? Estaria a classe teatral disposta a apoiá-lo? ●

Música

Nelson Lins de Barros

POLIFORNIA

(Quarto de uma série de artigos sôbre os problemas da música através de sua história)

Um dos maiores saltos ocorridos na história da música foi o surgimento da polifonia no início da Idade Média. Essa época da história, até pouco tempo considerada uma longa noite negra, foi na realidade de intenso dinamismo, desenvolvido sob as mais fortes e contraditórias pressões. Com ela, surgiu o sistema feudal, desenvolveu-se o mercantilismo e nasceu uma nova civilização da confluência das culturas grega, oriental e européia. O desenvolvimento da música na Idade Média reflete bem o caráter progressista dêsse período da história.

Com a decadência de Roma, a igreja cristã foi assumindo cada vez mais o papel de sucessora no seu duplo caráter de universalidade e poder político. A música cristã, originalmente popular, foi absorvendo a estética helênica que dominava as classes superiores, agora aliadas da nova religião. No oriente mediterrâneo, onde o cristianismo nasceu e desenvolveu-se, a cultura grega já era predominante desde Alexandre e continuou sendo até o meio da Idade Média, principalmente em Bizâncio, de onde a Europa medieval nutriu-se artisticamente por todo o período. Mas a música, embora com essa influência clássica, não perdeu de todo o caráter popular primitivo. E êsse caráter popular variava de região para região. O próprio sentido estético e ritualista da música de cada região sofria influências locais. Na Europa, invadida pelos bárbaros (êsses sem nenhuma cultura de nível), onde a igreja procurava penetrar seu domínio, a influência popular tornou-se quase incontrolável. Uniformizar e universalizar a música ritual foi um problema que a igreja cristã só conseguiu resolver (não totalmente) no fim do oitavo século com a codificação dos chamados Cantos Gregorianos. Êsses cantos, reunidos pelo papa Gregório o Grande, no fim do quinto século (alguns a êle atribuídos), ainda hoje são cantados nas igrejas católicas (infelizmente em muito poucas). Essa música preservava as características gregas com as modificações técnicas introduzidas por influências populares heterogêneas, como nos Cantos Ambrosianos. Era, no entanto, mais erudita. Já não podia ser cantada pela congregação, exigindo um côro treinado. A consolidação da música cristã, que reflete a própria consolidação da igreja, corresponde ao chamado Período Patrístico, um período de transição.

A proporção que o sistema feudal foi se definindo e se firmando, apareceram dois movimentos na música, paralelos aos Cantos Gregorianos: um, de origem erudita, no do âmbito da música sacra; outro, de origem popular, que desenvolveu-se nas côrtes feudais. Estes dois movimentos correspondem ao chamado Período Romanesco e vão preparar o advento da Ars Nova que corresponde, em música, ao Período Gótico.

Com a situação de insegurança que caracterizou o início da Idade Média, os servos procuravam abrigo, contra os saques e invasões, nos castelos fortificados dos donos da terra, os senhores feudais. Esses castelos, verdadeiras fortalezas nuas e frias, seus donos, militarizados e ignorantes, e o povo humilde, em volta, não podiam oferecer condições para uma arte erudita. O artista refugiava-se na igreja onde encontrava alguma segurança econômica e um ambiente de cultura. A música erudita, também, teria que desenvolver-se à sombra da igreja. A partir do fim do oitavo século, essa música sofreu duas transformações fundamentais e interligadas: uma, a polifonia, isto é, a música escrita com duas ou mais melodias simultâneas; outra, a música metrificada, em pauta.

A polifonia começou de início com o acréscimo de uma melodia paralela a outra, com o intervalo de uma quinta acima. Por exemplo: em cima da melodia dó ré mi ré mi ré dó colocava-se a melodia sol la si la si la sol. Depois duplicava-se a primeira melodia uma oitava acima e a segunda melodia uma oitava abaixo. Dessa maneira conseguia-se uma música a quatro vozes constituída, cada voz, da mesma melodia cantada paralelamente em alturas diferentes. A isso chamou-se Organum. Posteriormente êsse processo desenvolveu-se, com alterações de notas para evitar dissonâncias e a quebra do paralelismo, de maneira a dar origem à uma música onde as melodias com movimento, contôrno e ritmo independentes, eram cantadas ou tocadas ao mesmo tempo. Dessa polifonia, surgiu a necessidade de uma notação musical mais rígida com indicação precisa do ritmo. A pauta e o desenvolvimento da notação permitiram e desenvolveram as possibilidades da Polifonia. As alterações cada vez mais freqüentes das notas resultaram na quebra do antigo sistema modal grego (o que restava dêle). Finalmente chegou-se a uma concepção de música inteiramente nova, uma concepção genuinamente ocidental, não helênica, própria de um nôvo estágio social. A polifonia do período Romanesco evoluiu até a chamada Escola de São Martial e culminou com a Escola de Notre Dame e seus dois grandes mestres Leoninus (fim do século XII) e Perotinus (1160 — 1220).

Mas a música que ia cristalizar todo sentimento medieval, a música do período gótico, não ficaria completa sem a influência daquele outro movimento de origem popular que também foi surgindo, nesse mesmo tempo, nos campos e nos castelos senhoriais da Provença. Mas êsse será outro capítulo.

• • •

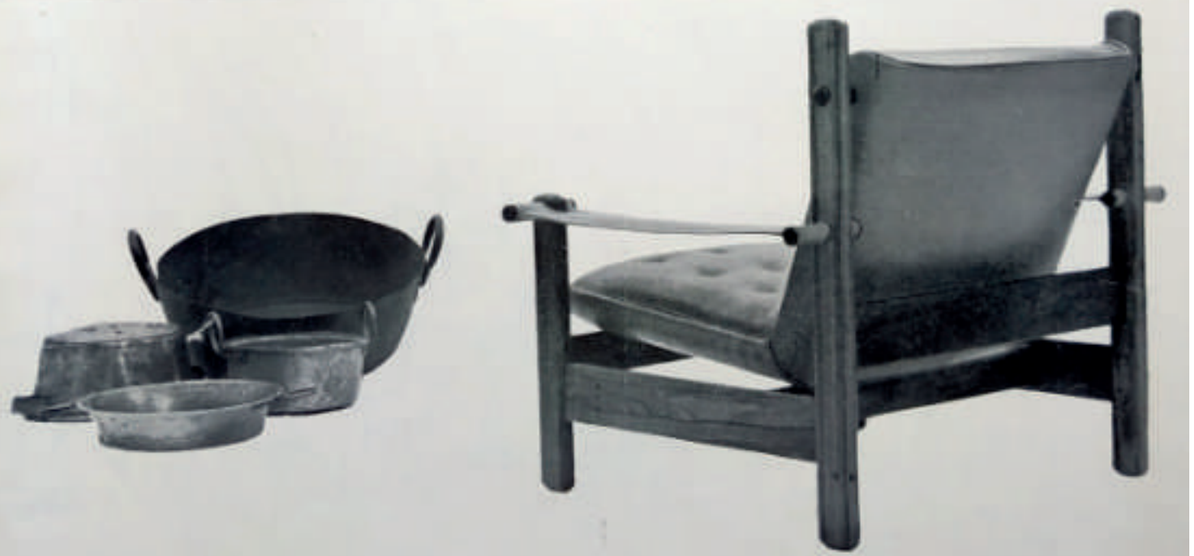
Metais em brasa

O último LP da série brasileira "Metais em Brasa" é dedicada à Bossa Nova. A bossa, que já está ficando velhinha, além de não ser mais nova não é mais nossa. De início, influenciada (no bom sentido) pelo jazz, agora foi totalmente expropriada pelos americanos. Como já se esperava, a nossa bossa semi industrializada foi comprada a preço de matéria-prima, jazzificada e reexportada como produto acabado (por sinal mal acabado) para o mundo inteiro e para nós mesmos. Recebemos essas coisas horríveis de Stan Getz e do insuportável Herbie Mann. Agora somos nós mesmos que interpretamos a nossa bossa à maneira dos americanos (para provar que somos capazes de imitá-los). Esse LP, pelo menos tem balanço brasileiro. (Os americanos nunca conseguiram dar o balanço do nosso samba muito menos da bossa). As músicas são de autores BN. (Os americanos misturam bossa nova com bossa antiga e trazem de pingente até quadrados fox-trotes). Mas o que tem de ruim e que os americanos têm também é a interpretação "quente". Bossa Nova jamais poderá ser "em brasa". Já que vai ser jazz mesmo, que pelo menos seja "cool jazz". ●

MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

DO ATELIER DE ARQUITETURA

BERNARDO DE FIGUEIREDO

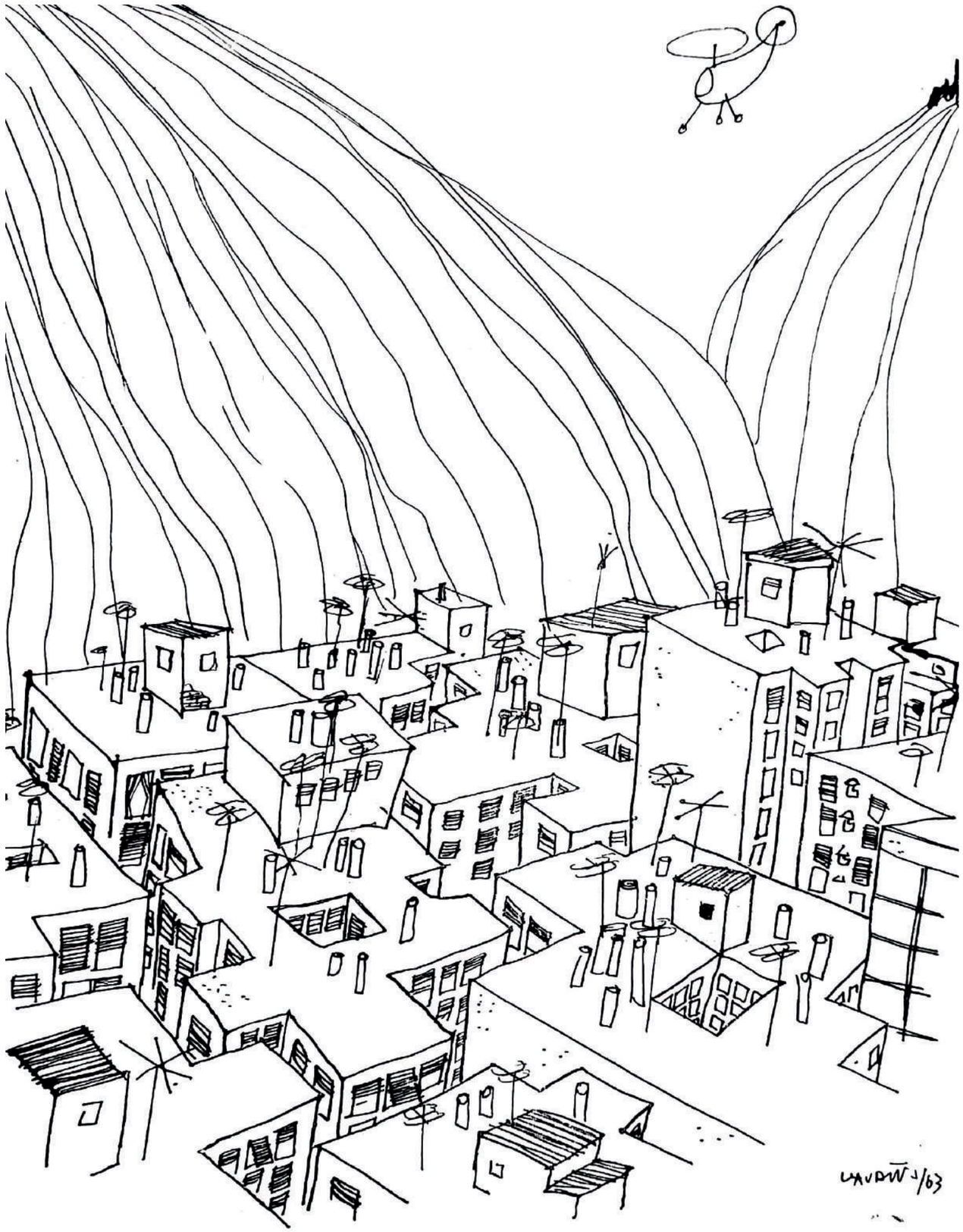


RIO — EXPOSIÇÃO E VENDAS — Chica da Silva

av. copacabana, 1146 - tel. 27-0700 - aberto todas as noites até 22,30 hs.

SÃO PAULO — REPRESENTANTE • SPRENGEL •

praça franklin delano roosevelt, 235 - tel. 34-2917 - centro - horário comercial



DESTAQUE

ARQUITETO SE EXPÕE

O Ministério das Relações Exteriores movido pela correta intenção de divulgar o que temos de melhor, cometeu um sutil equívoco: Através seu Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPPO) de Lisboa, o Itamarati patrocinou uma exposição itinerante sôbre a Arquitetura do Rio de Janeiro. Convidou um arquiteto para orientar a exposição e seu catálogo. Resultado: A exposição não tivemos o prazer de vê-la, Lisboa é longe; mas o catálogo, gentilmente, recebemos. Bem composto, papel kraft pardo com tipos em verde musgo, dominância vertical 3/1 e tudo o mais. Nenhuma nota sôbre a cidade do Rio de Janeiro e sua localização no tempo e no espaço. Duas páginas generosamente dedicadas a biografia, por vêzes curiosa, do arquiteto orientador da Exposição. E, entre as 28 fotos contidas no Catálogo de Obras que caracterizam o cenário arquitetônico da Cidade Maravilhosa, ao lado do Ministério da Educação, Palácio do Itamarati, ABI, encontramos um edifício de 4 pavimentos em Ipanema caracteristicamente residêncio-comercial, de autoria do referido arquiteto, com um pequeno texto ilustrativo da grave importância da obra.

A.L.B.

PIXAÇÃO NO KAUFMAN

O *ABC* PAULISTA E A ONU

A notícia foi publicada no "Correio da Manhã": técnicos da ONU visitaram o chamado ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano) e não gostaram de ver a região ocupada por êstes municípios desenvolver-se sem o menor planejamento, isto é, desordenadamente. Ali não existe, segundo os homens da ONU, nenhum sistema racional de localização da indústria de habitações. A poluição do ar e das águas é um fato. Gases venenosos matam e provocam intoxicações em grande escala naqueles municípios paulistas, é o que informa a Comissão Intermunicipal de contrôle da Poluição das Águas e do Ar. O recrudescimento dos problemas migratórios e a falta de habitações levaram os técnicos a prever, em 1970, a existência de, aproximadamente, .. 80.000 favelados naquela região industrial.

Infelizmente, não é possível desmentir as afirmações dos técnicos da ONU. Os fatos por êles observados em Santo André, São Bernardo e São Caetano, são a característica comum de qualquer área industrial brasileira. Dizer que nossas cidades crescem sem o menor planejamento e sem que ninguém se preocupe com isto, é, para nós arquitetos, chavão dos mais batidos. Continuaremos, todavia, a repeti-lo. Repetiremos o chavão de tôdas as formas possíveis até o dia em que os responsáveis pelo planejamento econômico e físico do país, demonstrem alguma sensibilidade pelos aspectos humanos e sociais do desenvolvimento.

O mais triste é, entretanto, constatar que a opinião do técnico brasileiro quase não conta. É preciso que venham técnicos estrangeiros e digam o que estamos já cansados de repetir para que o fato mereça algumas linhas na imprensa.

Devíamos isto sim aproveitar a presença dos técnicos da ONU para perguntar-lhes alguma coisa que poucos sabem. Quais as dificuldades que os arquitetos e demais especialistas com participação em questões de planejamento urbano encontram, em outros países, na solução dos problemas de uso de solo, de poluição atmosférica e das águas, de habitação e tantos outros que em qualquer parte colocam os interêsses da coletividade contra os de alguns poucos que visam apenas lucros?

A natureza dessas dificuldades e a experiência da luta de nossos colegas estrangeiros talvez fôsse de muita utilidade para conjurar alguns fantasmas e quebrar certos tabus, por muitos conservados e incentivados a base de sovado costume de tudo colorir em tons vermelhos.

M.N.B.

HABITAÇAO POPULAR

(Continuação do número anterior)

Destarte, quando é comemorado o primeiro decênio da criação do Ministério da Saúde, o qual, incontestàvelmente, muito tem feito pela melhoria dos padrões médico-assistenciais do país, parece oportuna a tomada de posição, mediante amplo e prévio inquérito, para a melhoria das condições hospitalares do Brasil, especialmente no meio rural, máxime numa época em que a expressão reforma social vai ganhando a consciência da opinião pública e dominando os programas governamentais.

De logo, é de assinalar que a situação estacionária no campo hospitalar não parece encontrar na carência de recursos o argumento justificativo básico. Assim é que, enquanto, em 1954 o respectivo montante não ultrapassava de um bilhão de cruzeiros, já em 1962, apenas para finalidades hospitalares o orçamento da União consigna

perto de 29 bilhões de cruzeiros, distribuidos pelas verbas dos Ministérios da Saúde, Trabalho, Agricultura, Guerra, Marinha, Aeronáutica, Justiça, Viação, Educação e Cultura (Universidades etc.), SPVEA, SUDENE, CVSF, SUFRONTE e CERPAN.

O fato de se dispersarem, em milhares de rubricas e destinações, os recursos destinados a ampliação, melhoria, reorganização, reequipamento e operação da rêde hospitalar brasileira, a ponto de, só em subvenções a entidades particulares, o orçamento da União lhes dedicar 50 páginas, torna imprescindível e urgente a respectiva ordenação e hierarquização de verbas.

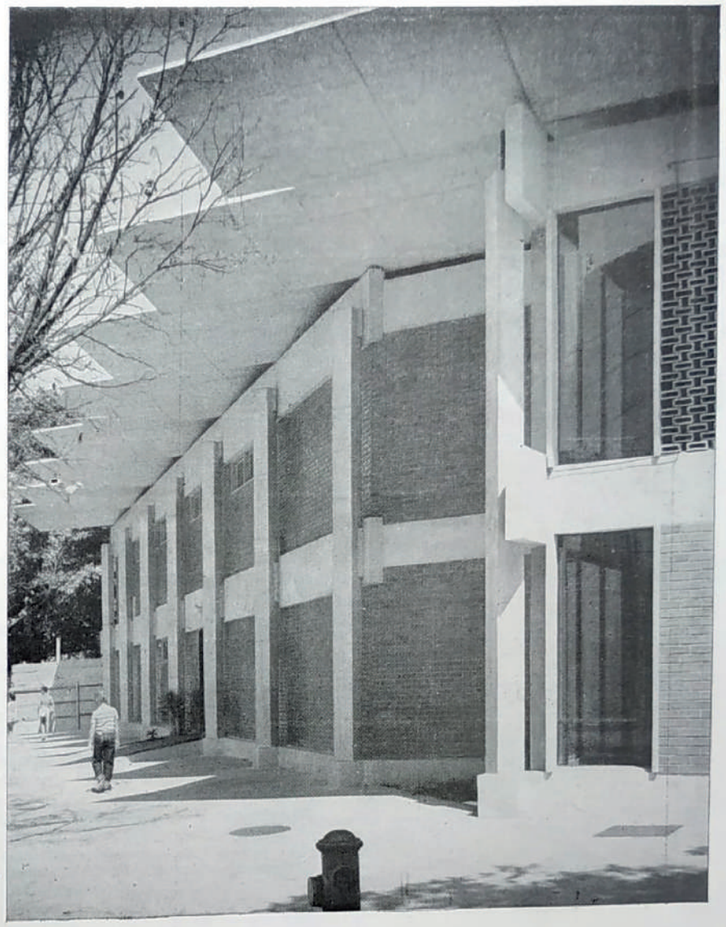
Uma das principais tentativas em sistematizar e programar os dispêndios setoriais surgiu há 14 anos com o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). O Programa de Metas não contemplou o setor hospitalar em sua enumeração, e o Plano Trienal do Govêrno, ora conhecido em linhas gerais, focaliza-o de maneira sumária, como o faz também o Programa da SUDENE.

No I Plano de Ação do Govêrno do Estado de S. Paulo, houve especial interêsse pelo assunto, sendo destinados globalmente ao respectivo programa hospitalar e para-hospitalar (1958/62) cêrca de 15 bilhões de cruzeiros.

Diversas mensagens de governos estaduais às respectivas Assembléias legislativas mencionam a disposição de encarecerem de maneira mais firme o problema hospitalar regional ou estadual. Anuncia o govêrno da GB que fará de 1963 o "ano hospitalar", como fêz de 1962 o "ano escolar".

De parte dos Institutos de Previdência Social, há a assinalar além da atuação do IAPC, a recente inauguração do grandioso hospital dos Bancários (IAPB), o início dos trabalhos preparatórios de construção do Hospital Previdenciário de Campina Grande (Pb) do IAPI, a retomada do extenso programa hospitalar do IAPETC, com recursos advindos de liberação de verbas próprias e acertos de contas com a União, estando em curso a ampliação do Hospital do IPASE.

Não é, pois, exagêro estimar, no mínimo de 45 bilhões de cruzeiros os recursos com que, em 1963, continuarão a ser enfrentadas as necessidades hospitalares. O problema consistirá, pois, básicamente, como até agora, na melhor maneira de aplicar tais recursos, com a busca à maximização dos benefícios sociais. O reequipamento físico da rêde já existente, a melhoria organizativa-funcional, a redistribuição espacial da rêde hospitalar brasileira e seu melhor entrosamento parecem, destarte, constituir-se nos parâmetros fundamentais de um necessário e urgente planjamento hospitalar nacional.



Super Mercado Disco em Ipanema
Estrutura Modular em concreto aparente
Alvenaria de tijolo à vista
Esquadrias pre-fabricadas em concreto, coladas com Colmat

Projeto e construção da

cobe

Companhia Brasileira de Estruturas
Rua do Carmo 9 / 8.º - 52-2190

Diretor Presidente:
Engenheiro civil: Fabio Ribeiro de Oliveira

Diretores:
Engenheiro civil: Celso Bulhões Carvalho da Fonseca
Arquiteto: Arthur Lício Pontual

Coordenação de esforços

Para o planejamento hospitalar do país, impõe-se, naturalmente, a intercooperação dos governos: federal, estadudais, municipais, autarquias previdenciárias e hospitalares, universidades e faculdades isoladas, agências financeiras internacionais, entidades particulares, indústrias, Associação Brasileira de Hospitais, Instituto de Arquitetos do Brasil, e demais interessados.

Sem a integração de esforços nesse campo de profundas implicações com a própria evolução sócio-econômica e demográfica do Brasil persistirão, provàvelmente, os baixos índices de utilização de leitos (40%, em média, ao invés dos recomendáveis 70% mínimos) e remanescerá a população do país desassistida de ambulatórios e centros de saúde, cuja capacidade global mal atende a 15% do total de pessoas necessitadas dos serviços.

Ademais, é êsse o setor prioritário de qualquer programa de saúde pública, pois, na unidade-ambulatório (fixa ou móvel) é que, normalmente, o homem médio brasileiro entra em contato com a aparelhagem médico-assistencial iniciando-se um processo interativo de profundas repercussões na produtividade média do trabalhador rural ou urbano e pois, na própria geração da renda nacional.

ARQUITETURA — BICHO

Lygia Clark teve exposição no MAM. Novamente estiveram a sôlta seus conhecidos "bichos". Sôbre êles, Guilar em sua seção especializada fará observações competentes e autorizadas. O motivo da visita de L. C. ao nosso "Destaque" foi o complemento da exposição denominado "Construa você mesmo seu espaço para viver". Animada com suas pesquisas espaciais a môça inverteu no complexo campo de arquitetura, para ela, simples e agradável como um sonho de adolescente. Mal alinhavando algumas "deixas" de arquitetura japonêsa, da "pré-fabricação artesanal" e outros modismos da "decora" brasileira, a môça Lygia Clark conseguiu "bolar" uma simples maquete, com sugestões construtivas ingênuas e onerosas, pensando "dar a possibilidade ao morador dêle próprio construir seu espaço para viver, por preço módico".

Diante do problema tão grave como o da moradia, é lamentável que apenas aspectos superficiais preocupem pessoas de responsabilidade artística e cultural como L. C.

A. L. B.

INCÊNDIO

O final de junho foi abalado por violento incêndio no Edifício Astória, na rua Senador Dantas. O inferno insenerado e real, consumiu várias vidas humanas, comovendo tôda a cidade.

Imediatamente, a TV, sempre atenta aos serviços culturais, registrou em "video-tape" e durante três dias ofereceu a domicílio "o espetáculo" de gente se debatendo desesperadamente contra o fogo e com a morte.

Um dos nossos famosos arquitetos declarou que a tragédia tirara seu sono, levando-o a "estudar novas soluções para seu último projeto, evitando para o futuro, acidentes dolorosos como o do Edifício Astória. E publicou dois croquis de sua mais recente colaboração à edificação comercial, já com a antiquada e condenada solução.

Mas, no meio à confusão, sempre surge alguém sensível ao aspecto humano do fato. Assim foi, mais uma vez, nosso poeta Carlos Drumond de Andrade, que em crônica simples e rotineira resumiu o acidente doloroso. Seu último parágrafo é boa medida de visão do poeta:

"Desses homens e mulheres sacrificados no último incêndio pode dizer-se que morreram antes da hora, não de sua própria morte, mas de outra improvisada e injusta. Arde uma casa e as chamas não matam ninguém. O que mata é a fuga ao incêndio, é a impossibilidade de fugir a êle, nesses edifícios onde tudo foi previsto menos o resguardo da vida de seus moradores. É o despreparo, a omissão, o que-nem-me-importa com o que possa acontecer, porque na maioria dos casos não acontece nada, os incêndios não são diários e metódicos. Vivemos sob o signo da ameaça, e com êle nos habituamos de tal modo que nem o sentimos. Todos êsses edifícios, amontoados, colados, como um rebanho denso, tôda essa gente dormindo ou trabalhando em seus milhares de escaninhos no ar, sem garantia a não ser o acaso, previsão, sem consciência do perigo, até que um dia a môça loura se agarra desesperadamente a uma corda e depois arria como um balão tocado... E de arrepiar". *

A. L. B.

Notícias

MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO

Construções licenciadas

Continua bastante satisfatório o movimento de aprovação de plantas na capital, com um total de área licenciada que, de janeiro a maio último, ultrapassa a casa do 1,7 milhões de metros quadrados. Em igual período do ano anterior, o total aprovado foi da ordem de 1,3 milhões de metros quadrados, o que define um acréscimo de cêrca de 30%, bastante expressivo se levarmos em conta a situação geral do mercado imobiliário. Convém ressaltar, entretanto, conforme frisamos em notas anteriores, que os processos que estão sendo agora aprovados referem-se geralmente a projetos que deram entrada na repartição municipal competente em fins de ano passado ou princípios dêste. O movimento de aprovação de plantas deverá acusar declínio nos próximos meses se persistirem as atuais dificuldades do mercado vale dizer — a política oficial de crédito e às diretrizes gerais da economia nacional.

Licenciamentos

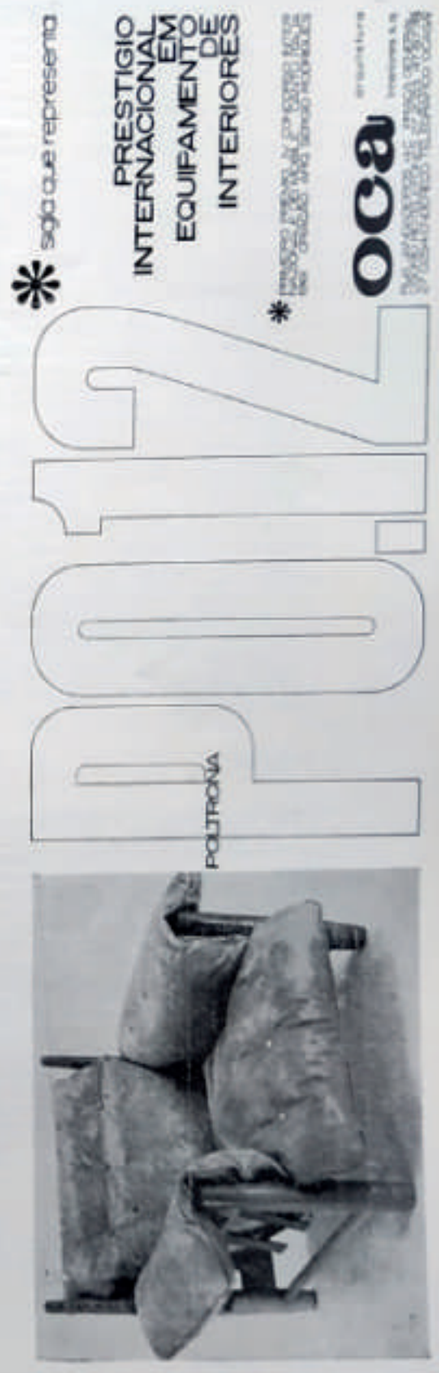
O exame dos totais licenciados nos primeiros 5 meses do ano indica, de início, que boa parte do acréscimo total deve-se ao notável incremento no licenciamento de edificações para fins especiais, embora no setor residencial e dos edifícios mistos — apartamentos e escritórios — o resultado geral também satisfatório. No período de janeiro a maio do ano passado o licenciamento das edificações especiais — armazens, fábricas, igrejas — mal superou a casa dos 100 mil metros quadrados de área coberta. No mesmo período do ano em curso, êsse total ultrapassou os 400 mil metros quadrados de área, graças sobretudo ao acréscimo registrado na aprovação de novos armazéns, depósitos, fábricas, igrejas e garagens. Apenas o licenciamento de novas escolas e postos de gasolina acusou decréscimo, conforme se verifica pelo exame da tabela abaixo, que resume, em suas linhas gerais, as tendências do movimento de aprovação de novas plantas de construção em São Paulo:

Construções licenciadas em São Paulo

Janeiro e maio de 1963, em confronto com igual período do ano anterior.

(Quadro elaborado pela FOLHA DE S. PAULO, com números absolutos da Divisão de Aprovação de Plantas Particulares da Prefeitura do Município de São Paulo).

Especificação	1963	1962	+ ou — em 1963
Casas e edifícios mistos			
Térreas	1.708	2.007	— 299
Operárias na zona rural	51	98	— 17
Com 2 ou 3 pavimentos	1.960	2.317	— 337
Com 4 ou mais pavimentos	211	202	+ 9
Total	3.980	4.624	— 644
Edifícios para fins especiais			
Armazens, lojas e depósitos	187	98	+ 82
Fábricas	27	17	+ 10
Igrejas	18	4	+ 14
Escolas	2	6	+ 4
Garagens comerciais	3		+ 3
Postos de gasolina	6	7	— 1
Cinemas e teatros	2	2	
Diversos	9	12	— 3
Total	245	144	+ 101
Discriminação			
Apartamentos	3.370	2.583	+ 787
Escritórios	4.453	2.606	+ 1.987
Reformas e Ampliações	863	759	+ 104
Area das construções			
Casas e edifícios mistos	1.253.493	1.191.987	+ 61.506
Edifícios para fins especiais	464.884	112.732	+ 352.152
Total	1.718.377	1.304.719	+ 413.658
Area dos terrenos	2.183.739	2.194.466	— 10.727



QUASE NADA DE NOVO NO SALÃO DE ARTE MODERNA

Num cantinho da Galeria Prestes Maia, perdida no meio das telas do 12.º Salão Paulista de Arte Moderna, uma dezena de trabalhos integra o setor de Arquitetura do Salão, êste ano valorizado pela concessão do prêmio "Viagem ao País", instituído em regime de rodízio pelos vários setôres da mostra. Nem por isso, e a despeito de contar êste ano com algumas obras exponenciais, consegue a Arquitetura do Salão alçar-se ao nível de exposição significativa daquilo que se faz em matéria de trabalho arquitetônico em São Paulo. Ainda desta feita a mostra é reduzida em número e pouca coisa apresenta de nôvo. Um apelo generalizado para "o abandono dos processos artesanais de construção" com preferência pelos pré-fabricados e pela eliminação dos revestimentos, é orientação perceptível na mostra, que vai, de um lado, à valorização dos materiais em bruto e, de outro, à resvalada para soluções rodoviárias em pisos residenciais.

A "inspiração simbolística" em alguns projetos de destinação especial — a igreja e a escola — às dificuldades superadas no desenvolvimento de programas nouco usuais — o bintério e o centro de treinamento —, e o reconhecimento da importância de uma obra bastante expressiva da arquitetura contemporânea brasileira — o setor residencial da Cidade Universitária da USP — são notas dominantes do salão, cujos prêmios foram distribuídos com suficiente generosidade para estimular uma participação mais ativa nas próximas exposições.

Trabalhos

São os seguintes os trabalhos expôstos da Galeria Prestes Maia: Centro de Treinamento de Campinas (12 pranchas) — do arq. Bernardo Castelo Branco; Igreja Matriz de Belo Horizonte (2 pranchas e 1 maquete) e Casa de Campo, em Campos do Jordão (6 pranchas) — do arq. Cesar Luiz Pires de Melo; Escola Primária e Internato da Sociedade Franciscana de Assistência e Educação (9 pranchas) dos arquitetos Decia Zozzi e Mário Zocchio; Setor Residencial da Cidade Universitária (1 prancha) — dos arquitetos Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Júnior e Sidnei de Oliveira; Edifício Paulo Silveira Fonseca (4 pranchas), dos arquitetos Geraldo Vespasiano Puntoni e Janux Wlodzimierz Wijdyslawki; Biotério da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (4 pranchas), do arq. Gesel Adolfo Himmelstein; Grupo Escolar de Santos, do IPESP (8 pranchas e 1 maquete), do arq. João Clodomiro B. de Abreu; Residência (3 pranchas e 1 maquete) do arq. Ruy Ohtake; Residência (1 prancha), do arq. Vitro Reiff.

Juri e prêmios

O juri de seleção e premiação do setor de arquitetura do 12.º Salão Paulista de Arte Moderna foi integrado pelos arquitetos José Luiz Fleuri de Oliveira, Telesforo Giorgio Cristofani, Maurício Nogueira Lima, Arnoldo Grostein e Rodolfo Ortemblad Filho, que conferiram os seguintes prêmios e distinções:

Grande Medalha de Ouro — arquitetos Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Júnior e Sidnei de Oliveira.

Pequena Medalha de Ouro — João Clodomiro B. de Abreu.

Grande Medalha de Prata — Decio Tozzi e Mário Zocchio.

1.º Prêmio Govêrno do Estado de São Paulo, no valor de 80 mil cruzeiros — Cesar Luiz Pires de Melo.

2.º Prêmio Govêrno do Estado de São Paulo, no valor de 50 mil cruzeiros — Gesel Adolfo Himmelstein.

Prêmio Viagem ao País, no valor de 300 mil cruzeiros — Bernardo Castelo Branco.

Fôlha de São Paulo, 25-6-63).

TRAFEGO NA SUECIA: ORGANIZAÇÃO E PREVISÃO

Segundo decisão do Parlamento em 10 de maio último, por 294 votos contra 51, deverá ser introduzido na Suécia em 1967 o tráfego pela direita. Aparentemente corriqueiro, o fato ganha interêsse quando apreciamos a maneira cuidadosa e organizada, com que tal decisão é revestida.

O momento da troca de direção deverá ter lugar num domingo pela manhã, na primavera ou princípio de verão de 1967. Os custos para esta operação ascenderão a 80 milhões de dólares, cobertos por um impôsto adicional sôbre veículos a motor a ser arrecadado no período de 1964 a 1967. (SID).

A.I.B.

ARQUITETURA LATINO-AMERICANA

A obra dos artistas e arquitetos dos países Latino-Americanos recebeu cuidadosa divulgação da "Reinhold Publishing Corporation", com a recente edição de "Art in Latin American Architecture" de autoria de Paul F. Damaz. O livro é prefaciado por Oscar Niemeyer, e apresenta entre as 400 ilustrações Obras de Candela, Tamoyo, Lúcio Costa, Oscar, Reidy, Obregón e murais de Rivera, Orozco, Siqueiros, Portinari e tantos outros.

"Art in Latin American Architecture" by Paul Damaz — 224 pág. 8 1/2" x 10 1/2", 400 ilustr. — 24 em côres, US$ 15.00.

ARQUITETURA INDUSTRIAL

No ano de 1955 a Editôra Georg D. W. Callwey, Munich, publicou a obra "Construções Industriais" em dois volumes de autoria do arquiteto Walter Henn. A obra se esgotou em pouco tempo, e agora reaparece em nova edição consideràvelmente ampliada para quatro volumes:

I. Planejamento, projeto e programas
II. Modêlos de projeto e construção
III. Exemplos Internacionais
IV. Edificações Sociais na Indústria.

O original em alemão tem por título "INDUSTRIEBAU-INTERNATIONALE BEISPIELE" — Walter Henn.

A foto é da fábrica Boilev em Thun, Suissa, um dos exemplos do volume III.

OSCAR NIEMEYER — LIVRO

Em comemoração ao Prêmio Lenine da Paz recebido por Oscar Niemeyer, o Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, editou uma coletânea de 10 artigos do arquiteto publicados anteriormente em Módulo 5, 7, 8, 9, 11, 17, 21 e 26 e em Architecture D'Anjourd, hui 13-14. O texto é mimeografado e a capa em papel pardo de grande sobriedade e bom gôsto. Sentimos a ausência de qualquer nota referente ao arquiteto, sua obra, data de publicação e o próprio GFAU. Talvez a pressa em editar seja a razão.

fatima fatima fatima fatima fatima
fatima fatima fatima fatima fatima



.arquitetura interiores
r. domingos ferreira, 221 - b. GB

1.º SEMINARIO CONCRETO PROTENDIDO

Nos primeiros dias de junho passado foi realizado no Clube de Engenharia, o 1.º Seminário de Concreto Protendido com o objetivo principal de divulgar o P-NB-116/62 (Projeto de Norma Brasileira para o Cálculo e execução de obras em concreto protendido), o qual embora ainda em fase experimental, tem fôrça de Norma Brasileira.

Durante êste período foi montada exposição destinada a divulgar as atividades relacionadas com estruturas de concreto protendido, mostrando projetos realizados ou em execução no país, e os equipamentos disponíveis no mercado brasileiro.

JORNADAS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA

A realizar-se no México de 8 a 12 de outubro próximo. Patrocínio da Sociedad de Arquitectos Mexicanos, seção mexicana da UIA, e será, praticamente, um prolongamento do VII Congresso da UIA em Havana. Os interessados em participarem desta J.I.A., deverão procurar as Secretarias dos departamentos do IAB, para informações mais detalhadas.

JURI DA BIENAL DE ARQUITETURA

O Concurso de Escolas de Arquitetura da VII Bienal, terá sua Comissão julgadora formada pelos seguintes arquitetos:

Indicados pelo IAB: Mauricio Nogueira Batista — GB e Acacio Gril Borsoi — PE

Indicados pela Diretoria da Bienal: Miguel Pereira, IAB-RGS; Jorge Wilhem e Oswaldo Correia Gonçalves, IAB-SP.

NOVAS DIRETORIAS NOS DEPARTAMENTOS DO IAB — 63-65

Guanabara — Presidente — Mauricio Roberto; Vice — Marcos Konder Netto; 1.º Secretário — Mauricio Nogueira Batista; 2.º Secretário — Alfredo L. Brito; 1.º Tesoureiro — Antônio Pedro Alcântara e 2.º Tesoureiro — João Ricardo Serran.

Brasília — Presidente — Sabino Barroso; Vice — Italo Campofiorito; 1.º Secretário — Fernando Burmeister; 2.º Secretário — Gladson da Rocha; 1.º Tesoureiro — Lúcio Estelita e 2.º Tesoureiro — Hermano Montenegro.

Paraná — Presidente — Luiz Forte Netto; Vice — Léo Grossman; 1.º Secretário — Gustavo G. Monteiro; 2.º Secretário — Armando O. Strambi; 1.º Tesoureiro — Elgson Gomes e 2.º Tesoureiro — José Maria Gandolfi. ●

COMITE DE URBANISMO

Foi instalado em Belo Horizonte o COMITE ESTADUAL DE URBANISMO com a incumbência de organizar o III Congresso Brasileiro de Urbanismo que ali vai ser realizado no próximo ano.

A diretoria ficou assim constituída: Coodernador Geral: — Eng. João Batista da Silva Pedrosa; Coodernador-Adjunto: — Arq. Mauro Gomes Batista; Secretário-Geral: — Arq. Mário Bertí; Relações Públicas: — Arq. Romeu Tomé da Silva e Diretor Financeiro: — Eng. Andiara Rodrigues.

CONCURSO CHEVAP

O Arq. Paulo Antunes Ribeiro foi o vencedor do Concurso-Convênio para anteprojeto da Central Elétrica do Funil, Edifício da Subestação e Coroamento da Barragem. Em nosso próximo número, divulgaremos o anteprojeto vencedor e todos os detalhes da competição.

CONCURSO DA UNIVERSIDADE DE DUBLIN

Só poderão concorrer profissionais filiados a Instituições de Classe de Arquitetos, de cada País. Neste sentido já foi remetida à **"University College"**, lista dos membros do IAB. O concurso tem por tema o plano de conjunto da U.C., no qual devem ser particularizados os Edifícios para a Faculdade das Artes, Administração e "Examinations Halls". A área prevista para a U.C. é de 200 acres e está localizada próxima a Dublin. Estão previstos os seguintes prêmios:

1.º lugar 3300 libras ou aproximadamente	7.800.000,00
2.º lugar 2000 libras ou aproximadamente	4.400.000,00
3.º lugar 1000 libras ou aproximadamente	2.200.000,00
4.º lugar 500 libras ou aproximadamente	1.100.000,00

Os pedidos de inscrição, acompanhados da taxa de 5 libras ou 14 dólares, deverão ser encaminhados, antes de 17 de outubro de 1963 a: Mr. M. MacDornett, B. Architect, Mrial, Ariba. Competition Registrar, University College — Dublin, Irlanda.

Os trabalhos deverão ser entregues até o dia **1.º de junho de 1964**. A competição foi aprovada pela U.I.A. e RIAI.

O IAB dispõe, para consulta dos interessados, de um exemplar da documentação do concurso. ●

registro



CANTU VAI EXPOR EM APARTAMENTO

A firma **Cantú, Móveis e Interiores**, vai iniciar um nôvo sistema de exposição de móveis — em um apartamento. Não havendo conseguido a loja idealizada para suas exposições, os dirigentes da emprêsa resolveram alugar um apartamento na Praia do Flamengo onde organizarão uma mostra permanente de seus equipamentos de interiores.

Na foto uma criação do arquiteto Jorge Jabour Maiad para a Cantú. ●

Proteja sua Propriedade Contra o Fogo

SPRINKLERS GRINNELL



EXTINGUEM INCÊNDIOS AUTOMÁTICAMENTE

Descontos de até 60% nos prêmios de seguro-incêndio

RESMAT LTDA.

Av. Graça Aranha, 333 — s/706
Cx. Postal 1556-ZC-00
Tel.: 42-1278

Serraria Santana Ltda.

COMPENSADOS EM GERAL

DURATEX — FORMIPLAC E EUCATEX

MADEIRAS E MATERIAIS PARA MARCENARIAS E CONSTRUÇÕES

28 ANOS DE TRADIÇÃO E BONS SERVIÇOS

Rua Santana, 149/151 — Rio de Janeiro — Telefone 23-6131

Legislação

CONSTRUÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL

Decreto n.º 1 742 — de 3 de junho de 1963.

Dispõe sôbre as construções de interêsse social e dá outras providências.

1. O Govêrno do Estado, na execução do plano de habitação, de interêsse social, verifica a necessidade de rever grande parte da legislação urbanística em vigor.

As experiências pioneiras, realizadas através da COHAB, assim o demonstram.

2. O aumento da população da antiga capital do país, verificada nos últimos 30 anos, coincide em índices precisos com o aumento da população brasileira e se distancia expressivamente, a partir de 1937, dos índices correspondentes à construção de unidades habitacionais no Estado.

3. As favelas já existentes e o crescente processo de favelização da classe média interior, decorrem em grande parte da legislação obsoleta, asfixiante e desestimuladora da presença da iniciativa privada no mercado normal dos terrenos e casas. Sem a iniciativa privada não haverá solução para o problema das favelas, que resultam, em grande parte, do monopólio do crédito pelos governos e da exclusão sistemática do crédito à construção civil e à compra de casa barata.

4. O Govêrno está empenhado nesta revisão através de uma série de medidas que devolverão à iniciativa privada razões de interêsse pelo empreendimento.

Assim, sendo, o Governador do Estado da Guanabara no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1.º — O Estado estimulará a iniciativa privada, não só quanto ao parcelamento de terrenos, como em relação às construções de interêsse social, estabelecendo as seguintes medidas:

I — Licenciamento com liberação das exigências usualmente feitas relativas à urbanização de terrenos e à construção de unidades habitacionais.

II — Liberação, mediante licença obtida através do Distrito de Edificações, no início imediato da construção, de habitações, nos loteamentos de interêsse social, independentemente da aceitação ou reconhecimento dos logradouros.

III — Concessão de "habite-se" e "aceitação provisória" das habitações, assim que cada unidade apresente condições básicas de segurança e de higiene.

IV — Aceitação definitiva das construções após a conclusão das obras dos logradouros projetados, mantido o art. 4.º do Decreto n.º 966, de 13 de abril de 1962.

V — Ajuda especializada na elaboração de projetos inclusive ao estudo financeiro da operação e na execução do empreendimento quando se tratar de iniciativa destinada a proporcionar melhor habitação diretamente aos favelados do Estado.

VI — Ajuda financeira ao empreendimento através das entidades estaduais autorizadas quando se tratar de iniciativa destinada à integral urbanização ou remoção para novos conjuntos residenciais de favelas existentes.

Parágrafo único — A ajuda financeira será proporcionada exclusivamente pela utilização de recursos específicos disponíveis e não excederá nem precederá investimento pelo menos igual a cargo dos interessados.

Art. 2.º — Nos parcelamentos de terrenos de interêsse social, o Estado dispensará a exigência constante do Têrmo de Obrigações, no que se refere à pavimentação dos logradouros, mediante requerimento dos proprietários das áreas loteadas, desde que se obriguem a observar as seguintes disposições e obrigações:

I — Ensaibramento dos logradouros cuja declividade não ultrapasse 15% (quinze por cento), mantidas as exigências no que se refere à construção de escadarias, muralhas de arrimo e obras de arte.

II — Instalações da rêde de baixa tensão em todos os logradouros, de acôrdo com o projeto a ser aprovado pela Comissão Estadual de Energia (CEE), segundo normas simplificadas, inclusive quanto às características dos postes.

III — Doação de lotes cuja área corresponda a 10% (dez por cento) da área total dos lotes, destinados a serem utilizados na solução do problema habitacional.

Parágrafo único. — As facilidades do presente decreto se aplicam aos loteamentos de interêsse social que venham a ser aprovados, mediante requerimento dos proprietários das áreas loteadas, exigindo-se que os lotes doados sejam contíguos.

Art. 3.º — Fica permitida em todo o Estado da Guanabara a abertura de ruas de vila, que deverão obedecer ao disposto no Decreto n.º 619, de 12 de outubro de 1961.

Parágrafo único. — Fica revogada a exigência de que a rua de vila seja permitida apenas como aproveitamento de lote de fundos, respeitadas as características e exigências de tráfego local.

Art. 4.º — Fica criada a Comissão de Projetos Especiais de Habitação Popular, à qual deverão ser submetidos, pelos proprietários de terrenos loteáveis, firmas construtoras e imobiliárias e demais interessados em empreendimentos identificados com as condições referidas no art. 1.º dêste decreto, os projetos específicos relativos à solução do problema habitacional.

Parágrafo único. — Sob a presidência do Diretor da Divisão de Pesquisas e Planejamento da Secretaria de Serviços Sociais, constituirão a comissão, ainda os seguintes membros:

— um representante do Secretário de Estado de Obras Públicas;

— um representante do Secretário de Estado de Justiça;

— um representante do Secretário de Estado do Govêrno;

— um Diretor da COHAB;

— dois representantes da iniciativa privada, convidados pelo Governador e substituíveis **ad nutum.**

Art. 5.º — Os projetos examinados pela Comissão, ouvidos os órgãos especializados do Estado, quando fôr o caso, serão submetidos, com relatório conclusivo, à aprovação do Secretariado reunido sob a presidência do Governador.

Art. 6.º — A coordenação dos compromissos que devam ser escritos e assinados e da fiscalização da execução e dos projetos aprovados, ficará igualmente a cargo da Comissão Especial de Projetos de Habitação Popular.

Parágrafo único. — As autoridades que devam ser consultadas, no que se refere à parte técnica do empreendimento serão convocadas pela Comissão. Terão, se lhes fôr solicitado parecer escrito, prazo máximo de cinco dias para sua apresentação, findo o qual, serão responsabilizadas, por omissão, pelas decisões tomadas.

Art. 7.º — Na forma de instruções a serem expedidas pelo Governador, os membros da comissão poderão receber uma percentagem a ser incluída no custo do empreendimento.

Art. 8.º — O Govêrno do Estado, através das Secretarias de Estado de Obras Públicas e de Serviços Sociais, expedirá as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento dêste decreto, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1963, 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Raphael de Almeida Magalhães
Sandra Martins Cavalcante
Mário Lorenzo Fernandez
Enaldo Cravo Peixoto
Salvador Gonçalves Mandim

EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — Quinta Região — Edital número 1.074-61.

Torno público, para o conhecimento de quem interessar possa, que êste Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5.ª Região, em sua sessão plena de 29 de maio p.p., aprovou a Resolução n. 9, a seguir transcrita:

"Deliberou sôbre os profissionais habilitados a executarem instalações elétricas nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, revoga disposições e dá outras providências".

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5.ª Região, no precípuo interêsse da fiscalização do exercício da profissão do engenheiro e do arquiteto, estabelecida pelo Decreto n. 23.569, de 11-12-1933.

Considerando o que já ficara anteriormente resolvido para aplicação nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, quanto aos serviços de instalações elétricas, que vinham sendo realizados nesses Estados, sem que fôssem observados os preceitos da mencionada legislação, permitindo-se a intervenção de profissionais e de organizações sem a capacidade técnica legal exigida;

Considerando que a Resolução n. 7, de fevereiro de 1960 já não mais atende as reais necessidades da Região, com a exclusão do Estado do Espírito Santo, transformado em 11.ª Região, e a inclusão do nôvo Estado da Guanabara, que sucedeu ao antigo Distrito Federal;

Considerando que ainda na jurisdição do nôvo Estado da Guanabara e em grande e populosa região do Estado do Rio de Janeiro, atendidos pelas mesma emprêsa concessionária, a falta de profissionais devidamente habilitados se faz, a todo momento, sentir, principalmente para a execução de pequenos serviços;

Considerando, finalmente, que pelas exigências atuais das emprêsas concessionárias dos serviços públicos de luz e fôrça, na jurisdição dêste CREA, já se alterou de 5 KW, para 4 KW, o limite de classificação previsto na mencionada Resolução n. 7 para as instalações elétricas de 3.ª categoria.

Resolve:

Artigo 1.º — Os serviços de instalações elétricas, como especialidade de engenharia de que são, só poderão ser realizados no Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, por profissionais habilitados e registrados nesta Região, de conformidade com o Decreto 23.569, de 11-12-1933 e o Decreto-lei n. 8.620, de 10-1-1946, dentro de suas respectivas atribuições.

Artigo 2.º — As fírmas, sociedades, associações, companhias, emprêsas em geral e suas filiais, a que se referem o artigo 8.º do decreto 23.569, de 11-12-1933, o artigo 30 do decreto-lei n. 8.620, de 10-1-1946 e demais disposições regulamentares, só poderão se propôr a estudar, a projetar e executar instalações elétricas, após o procedimento de seu registro no CREA, provando possuir profissional responsável pela sua parte técnica, com a autonomia e as demais exigências contidas na Resolução n. 109, de 9-4-1956, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Artigo 3.º — Para possibilitar o registro nas repartições competentes e ainda, nas emprêsas concessionárias de serviço público de eletricidade, classificam-se as instalações elétricas nas seguintes categorias:

Primeira Categoria — Instalações de luz e fôrça, sem restrições quanto a carga, tensão ou condições de trabalho.

Segunda Categoria — Instalações de luz, com carga até 10 KW, e fôrça monofásica ou trifásica em baixa tensão até 25 HP, excluídas as instalações em recintos de reuniões públicas e em locais onde, pela natureza dos trabalhos nêles executados, ou pela natureza dos materiais nêles empregados possa ser verificada a presença de gases ou vapores inflamáveis, assim como poeira, fibras, combustíveis etc.

Terceira Categoria — Instalações de luz, domiciliar, com carga até 4 KW, e fôrça para motores monofásicos, também de finalidade doméstica.

Artigo 4.º — Os profissionais com atribuições correspondentes às três categorias mencionadas no artigo anterior, são os seguintes:

a) — sòmente engenheiros eletricistas ou mecânicos-eletricistas ou, ainda, de outra especialidade profissional quetenha anotado êsse direito, poderão atender aos serviços mencionados na 1.ª categoria, ressalvados, também, os direitos de outros profissionais diplomados de igual graduação quando serviço fôr parte integrante de uma obra ou construção de sua responsabilidade total;

b) — os serviços mencionados na 2.ª categoria serão, também da alçada, à título precário, dos técnicos de grau médio diplomados em Eletricidade;

c) — as instalações incluídas na 3.ª categoria serão permitidas, à título precário, a profissionais que, embora não satisfaçam as condições das demais categorias, provarem, em qualquer tempo, possuirem idoneidade técnica e moral necessárias ao desempenho das mesmas.

Parágrafo único — As licenças concedidas a título precário terão a validade de 1 (um) ano, podendo ser renovadas a critério do CREA.

Artigo 5.º — Ficam assegurados os direitos, dentro de suas respectivas jurisdição e atribuição, aos possuidores de carteira de instalador eletricistas licenciado, expedidas anteriormente pelo CREA, quer a daqueles que a possuam sem limite de carga, quer às limitadas até 5 KW.

Parágrafo único — De acôrdo com o limitado no artigo 3.º desta Resolução para a 3.ª categoria os licenciados *infine* do artigo supra terão o seu limite aumentado para 4 KW, a título precário.

Artigo 6.º — As emprêsas concessionárias dos serviços públicos de instalações elétricas, luz e fôrça, deverão exigir dos responsáveis por essas instalações o apresentação de plantas, croquis, memoriais técnicos descritivos dos serviços que devem ser executados e que obedecem as normas técnicas em vigor.

Artigo 7.º — As empêsas concessionárias de serviços públicos de fôrça e luz sòmente receberão para estudos e aprovação, plantas, croquis, memoriais, especificações, etc. de que forem autores profissionais habilitados e registrados no CREA.

Artigo 8.º — As emprêsas concessionárias de serviço públicos de fôrça e luz deverão colaborar com o CREA para o cumprimento da presente Resolução, enviando informações sôbre o desenvolvimento dos trabalhos de que tiverem conhecimento e comunicando as irregularidades que apurarem.

Artigo 9.º — As infrações de disposições da presente Resolução serão punidas de acôrdo com as normas previstas nos decretos ou demais dispositivos regulamentares, inclusive no caso de acobertamento do exercício ilegal da profissão.

Artigo 10 — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial", ficando, a partir desta data, revogada a de n. 7, de 8 de fevereiro de 1960.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1961. — Luiz Onofre Pinheiro Guedes — Presidente. — Mário Monteiro de Abreu Pinto — Secretário.

Os interessados obterão informações a respeito na Secretaria dêste CREA, situado no 12.º pavimento do Palácio do Trabalho, no Rio, ou em suas Delegacias, nas cidades de Niterói e Campos, respectivamente Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (Av. Amaral Peixoto, 286 — sala 305) e Associação de Engenheiros de Campos (R. Saldanha Marinho, 378), ou, ainda, nas emprêsas concessionárias de serviços elétricos nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1963. — Galileu Fouraux — Superintendente da Secretaria Interina.

(D.O.U. —21-5-1963 — página 11.755).

TERRENOS DE MARINHA

Decreto n. 51.935-B — de 26 de abril de 1963.

"Dispõe sôbre a execução de serviços e obras de saneamento e recuperação de terrenos de marinha, seus acrescidos e outros em municípios que menciona, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, tendo em vista o que dispõem os artigos 2.º e 46 da Lei n. 4.089, de 13 de Julho de 1962, considerando:

a) que a existência de vastas áreas de alagados, ou alagadiços, em zonas de terrenos de marinha, em cidades dos Estados de Pernambuco e da Bahia, constituem grave problema sanitário e dificulta a expansão das mesmas cidades;

b) que grande parte dessas áreas, irregular ou ilegalmente ocupadas, deram origem aos chamados "mocambos" acarretando sérios problemas de ordem social, agravando os de natureza sanitária e impedindo a sua urbanização;

c) que o Govêrno da União transformou o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia facultando-lhe maiores recursos e flexibilidade de funcionamento, os quais permitem a execução dos serviços de recuperação das aludidas terras;

d) que ao aludido Departamento lhe foi atribuido, pela Lei de criação, administrar bens da União que venha a sanear e recuperar dando-lhes ainda aproveitamento sócio-econômico através de arrendamento ou alienações e projetos de urbanização;

e) que as áreas em referência pertencem ao domínio da União e não se encontram na sua maioria, legalmente aforadas ou ocupadas, urgindo pois medidas adequadas para resguardar os direitos da mesma União ao mesmo tempo em que se propiciem meios para a solução dos problemas que compõem o quadro sócio-econômico, sanitário e urbanístico dos alagados e "mocambos".

Decreta:

Art. 1.º O Ministério da Fazenda, através o Serviço de Patrimônio da União (S.P.U.), fará entrega, mediante têrmo, independente de plantas e memoriais descritivos, dispensada a formalidade do parágrafo 1.º do art. 79 do Decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (D.N.O.S.) para os fins previstos na Lei n. 4.089, de 13 de julho de 1962, dos terrenos de marinha, seus acrescidos, alagados ou alagadiços e mangues, situados nos municípios do Recife, Olinda e Jaboatão, no Estado de Pernambuco, e de Salvador, no Estado da Bahia.

Parágrafo único. A medida que aludidos terrenos forem sendo saneados e recuperados, poderá o D.N.O.S., consoante o disposto no art. 46 da Lei n. 4.089, de 1962, ciuda, arrendá-los a particulares, aliená-los, ou cedê-los a entidades públicas, desde que se proponham, dentro de planos regionais ou locais, urbanizá-los ou dar-lhe destinação social e econômica útil à coletividade.

Art. 2.º para os fins do artigo precedente, adotam-se desde já as seguintes providências com relação aos atuais aforamentos, arrendamentos e ocupações, assumindo o D.N.O.S. o seu domínio pleno.

I — ficam revogadas as autorizações e canceladas as inscrições referentes às ocupações sem título outorgado pela União, cujos terrenos devem ser restituídos dentro de 90 (noventa) dias, quando situados em zona urbana, e dentro de 180 (cento e oitenta) dias, quando em zona rural;

II — são declarados extintos os aforamentos e arrendamentos nos quais não tenha sido dada utilização adequada à terra, segundo as cláusulas dos contratos respectivos, ou que se encontrem nas condições previstas no art. 5.º do Decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942;

III — não serão revigorados os aforamentos que hajam caducado pelo não pagamento do fôro durante 3 (três) anos consecutivos, e serão imediatamente desocupados os imóveis cuja taxa de ocupação não tenha sido paga durante 2 (dois) anos consecutivos, independentemente de cobrança executiva e demais medidas legais cabíveis.

§ 1.º — Será facultado ao foreiro revigorar o aforamento, ou ao ocupante continuar na posse, parcial ou totalmente, desde que explorem os terrenos respectivos com culturas efetivas ou indústrias, ou seu titular reconhecidamente pobre aí resida com sua família em razoáveis condições de higiene e salubridade. Nestes casos é obrigatório nôvo contrato ou nova autorização, sob as condições que o D.N.O.S. estipular.

§ 2.º — A revigorução, total ou parcial, será negada sempre que o D.N.O.S. considerar o terreno necessário para serviços e obras públicas a seu cargo ou de terceiros.

§ 3.º — Na consolidação do domínio pleno, o D.N.O.S. deduzirá do valor do mesmo domínio a importância de 20 (vinte) foros e 1 (um) laudêmio, correspondente ao valor do domínio direto.

Art. 3.º O S.P.U. e o D.N.O.S. em mútua cooperação, promoverão tôdas as medidas legais, administrativas e judiciais que se fizerem necessárias, inclusive levantamentos, demarcações, aviventações, cravação de marcos e averbações nos Registros de Imóveis.

§ 1.º — As avaliações de benfeitorias indenizáveis ou reconhecidas de boa fé, ficarão a cargo de comissões integradas por representantes do S.P.U. e do D.N.O.S., observadas as disposições do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946 e da Lei n. 4.089, de 18 de julho de 1962.

§ 2.º — As desapropriações que forem indispensáveis serão efetuadas diretamente pelo D.N.O.S., na forma da letra "I" do art. 2.º, combinado com os artigos 37 e 38 da Lei n. 4.089, citada, para o que ficam declarados de utilidade pública, e interêsse social, todos os bens abrangidos pelo presente Decreto ou pelos planos de serviços e obras a executar na região.

Art. 4.º Os planos de saneamento e recuperação dos terrenos a que se refere êste Decreto, bem como a sua urbanização, colonização, e a utilização dos mesmos para fins industriais ou de utilidade pública, serão executados em regime de mútua colaboração pelo D.N.O.S. com os Govêrnos dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e com as Prefeituras Municipais de Recife, Olinda, Jaboatão e Salvador, sob a coordenação e supervisão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Art. 5.º A partir da data da publicação dêste Decreto fica proibida a realização de benfeitorias de quaisquer naturezas, inclusive aterros, nos terrenos abrangidos pelo art. 1.º, não reconhecendo a União ou o D.N.O.S. direito a indenização dessas benfeitorias, seja a que título, pretexto ou fundamento fôr.

§ 1.º — Serão arquivados, nesta data, todos os pedidos de aforamento arrendamento alienação, ou de regularização de ocupação, referentes a terrenos situados nas áreas abrangidas pelo presente Decreto.

§ 2.º — Excetuam-se das providências determinadas neste artigo, as entidades públicas, cujos processos terão andamento com a anuência do D.N.O.S., as quais poderão também realizar benfeitorias, inclusive aterros, nos terrenos que ocupam, mediante porém, convênio firmado préviamente com o D.N.O.S.

Art. 6.º Na desocupação dos terrenos objeto dêste Decreto serão sempre considerada a situação sócio-econômica do ocupante e sua família.

Art. 7.º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, na parte relativa à transferência, dos terrenos para o D.N.O.S. e de execução dos serviços e obras de saneamento rural e urbano, e de recuperação, correrão à conta dos recursos do mesmo D.N.O.S. — As demais despesas serão cobertas consoante estipulado nos convênios que vierem a ser celebrados, em decorrência dêste Decreto, para complementação dos planos e programas, entre o D.N.O.S. e as entidades públicas interessadas.

Art. 8.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de abril de 1963, 142.º da Independência e 75.º da República.

Ranieri Mazzilli
San Tiago Dantas
Hélcio de Almeida

Qualidade e beleza para o seu banheiro

NOVA CAIXA DE DESCARGA EXTERNA

MONTANA



(Não enferruja - é de granito sintético!)

Os mesmos técnicos que criaram o Aparelho Montana de Descarga de Embutir instalado em mais de 1/2 milhão de lares brasileiros apresentam agora a nova Caixa de Descarga Externa Montana. Moderna, elegante, feita de granito sintético decorativo, Montana é, tôda, harmonia de formas e precisão de mecanismo. Produzida com o máximo cuidado e apurado bom gôsto, Montana reune inteligência e técnica, qualidade e beleza para o seu banheiro. O seu Revendedor está a sua espera para mostra-la a você.

MONTANA S.A.
ENGENHARIA E COMÉRCIO

Rua Visconde de Inhaúma, 64 - Tel. 43-8861 - C.P. 3598 - ZC-00 - RIO
SÃO PAULO / BELO HORIZONTE / PÔRTO ALEGRE / RECIFE / CURITIBA

Bôlsa de Materiais

01 — Materiais de Cerâmica
02 — Materiais de cimento-amianto e premoldados
03 — Materiais de madeira
04 — Materiais metálicos
05 — Materiais plásticos
06 — Materiais químicos
07 — Materiais de vidro
08 — Equipamentos
09 — Materiais Diversos

(Preços médios nos revendedores do Rio em 30-7-63).

01 — MATERIAIS DE CERÂMICA

Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	Cr$	1.660,00	m²
Azulejos côr (11x11 e 15x15)	"	2.000,00	m²
terminais (boleados), brancos	"	310,00	ml
terminais (boleados), côr de 11x11	"	590,00	ml
calhos internas e externas brancas 15 cm	"	250,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	285,00	ml
idem idem idem de côr 15 cm	"	340,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	498,00	ml
Banheiras brancas 4 1/2'	"	24.970,00	uma
Batiheiras Brancas 5'	"	29.700,00	uma
Banheiras Brancas 51/2	"	39.200,00	uma
Banheiras de côr 4 1/2'	"	32.450,00	uma
Banheiras de côr 5 1/2	"	50.950,00	uma
Bebedouros em louça brancos	"	2.880,00	um
Bebedouros em louça em côr	"	4.100,00	um
Bidês brancos 3 furos	"	4.560,00	um
Bidês de côr 3 furos	"	5.940,00	um
Ladrilhos cerâmico sextavados vermelhos	"	1.540,00	m²
Ladrilhos cerâmicos sextavados em côr	"	3.100,00	m²
Ladr. cerâmicos retangulares vermelhos	"	1.560,00	m²
Ladrilhos cerâmicos retangulares em côr	"	3.036,00	m²
Ladrilhos cerâmicos quadrados sulcado vermelho	"	1.850,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado sulcado em côr	"	3.070,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado boleado verm.	"	120,00	pç
Ladrilho cerâmico quadrado boleado côr	"	165,00	pç
Ladr. cerâmico p/piso industrial verm.	"	2.850,00	m²
Ladrilho cerâmico	"	145,00	pç
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	2.750,00	m²
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	1.480,00	m²
Lajota decorativa	"	110,00	pç
Lavatórios de côr 18x11 (1 furo)	"	3.300,00	um
Lavatórios brancos 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	3.700,00	um
Lavatórios de côr 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	5.038,00	um
Litocerâmica acanalada (normal)	"	2.100,00	m²
Litocerâmica — Placa de 300x60x60	"	2.300,00	m²
Mictórios (centro) brancos	"	3.820,00	um
Mictórios (centro) de côr	"	4.290,00	um
Mictórios (sifonados) brancos	"	21.480,00	um
Mictórios (sifonados) de côr	"	31.900,00	um
Mosaico cerâmico vermelho	"	1.870,00	m²
Mosaico cerâmico verde	"	4.886,00	m²
Telhas de barro (marselha)	"	53,00	uma
Telhas de cerâmica (marselha)	"	63,00	uma
Telha de cerâmica colonial	"	78,00	uma
Tijolo cerâmica prensado (simples)	"	72,00	pç
meio curto	"	51,00	pç
canto redondo	"	53,00	pç
Vasos Sanitários (vitrificados, autosifonados, de côr)	"	5.500,00	um
Vasos sanitários (branco)	"	3.350,00	um

(Revendedores no Rio: **Marcovan** — Rua S. José 78 a 80 — **J. M. Mello & Cia. Ltda** — Rua Riachuelo, 61/63)

02 — MATERIAIS DE CIMENTO-AMIANTO E PREMOLDADOS

Basculantes de concreto armado			
60x90x5	Cr$	4.100,00	pç
50x75x5	"	4.000,00	pç
Caixilhos de concreto 14,5x15x5, fixos	"	2.400,00	pç
20x20x5 c/ 2 rebaixos	"	1.530,00	pç
50x50x50 fixos	"	620,00	pç
1,08x28x10 c/ 2 rebaixos	"	1.420,00	pç
Elementos vasados de concreto, quadrados 13x20x10	"	82,00	pç
14x26x8	"	76,00	pç
30x60x15	"	315,00	pç
Elementos vasados de concreto sextavado 12x8x8	"	55,00	pç
sextavadinho 14x16x8	"	54,00	pç
Elementos vasados de concreto triangular 19x19x26x8	"	68,00	pç
Elementos vasados de concreto 49x50x8 venez	"	458,00	pç

03 — MATERIAIS DE MADEIRA

Chapas de madeira compensada (especial) à prova d'água, 220x160				Cr$	570,00 m²
pinho — 4mm				"	770,00 m²
pinho — 6mm				"	1.250,00 m²
pinho — 12mm				"	1.610,00 m²
pinho — 15mm				"	2.200,00 m²
pinho — 20mm				"	2.800,00 m²
pinho — 25mm				"	879,00 m²
cedro — 4mm				"	1.280,00 m²
cedro — 6mm				"	2.255,00 m²
cedro — 8mm				"	2.255,00 m²
cedro — 10mm				"	3.146,00 m²
cedro — 15mm				"	4.187,00 m²
cedro — 20mm				"	4.581,00 m²
cedro — 25mm				"	5.970,00 m²
cedro — 30mm					
Chapas de madeira compensada (comum), 220x160				Cr$	230,00 m²
pinho — 3mm				"	300,00 m²
pinho — 4mm				"	435,00 m²
pinho — 6mm				"	580,00 m²
pinho — 8mm				"	720,00 m²
pinho — 10mm				"	1.320,00 m²
pinho — 20mm				"	1.650,00 m²
pinho — 25mm				"	735,00 m²
cedro — 4mm				"	930,00 m²
cedro — 6mm				"	1.225,00 m²
cedro — 10mm				"	1.645,00 m²
cedro — 15mm				"	2.060,00 m²
cedro — 20mm				"	2.625,00 m²
cedro — 25mm				"	1.255,00 m²
peroba — 4mm				"	1.500,00 m²
peroba — 6mm				"	1.675,00 m²
Peroba — 8mm				"	1.840,00 m²
peroba — 10mm				"	3.000,00 m²
peroba — 20mm				"	3.670,00 m²
peroba — 25mm					
Chapas de fibra de madeira tipo Eucatex					
Chapas duras de fibra de madeira (Eucatex, Duratex e Masonite)					
couro 3,5mm				Cr$	545,00 m²
canelado 3,5mm				"	565,00 m²
frisado 3,5mm				"	550,00 m²
lapidado 3,5mm				"	565,00 m²
Chapas Eucatex para forros					
isolante bisotado 12mm	60x60			Cr$	760,00 m²
isolante 8mm	122x244			"	760,00 m²
12mm	122x244			"	760,00 m²
12mm	122x122			"	760,00 m²
isolame revestido 12mm	122x244			"	870,00 m²
12mm	122x305			"	870,00 m²
betumado 12mm	122x244			"	1.090,00 m²
24mm	122x244			"	2.180,00 m²
piso flutuante 12mm	122x122			"	480,00 m²
acústica A 19mm	variável			"	1.550,00 m²
acústico B 19mm	variável			"	1.550,00 m²
acústico C 19mm	variável			"	1.600,00 m²
travertino 19mm	variável			"	1.640,00 m²
frigorífico 1/2"	122x244			"	480,00 m²
1"	122x244			"	750,00 m²
1 1/2"	122x244			"	1.125,00 m²
2"	122x244			"	1.500,00 m²
3"	122x244			"	2.900,00 m²
4"	122x244			"	3.000,00 m²
54mm	122x122			"	4.370,00 m²
durotermic 19mm	120x240			"	1.690,00 m²
31mm	120x240			"	2.620,00 m²
Chapas Neoplan (Bernini)					
6mm				Cr$	620,00 m²
17mm				"	1.300,00 m²
18mm				"	1.400,00 m²
20mm				"	1.500,00 m²
22mm				"	1.490,00 m²
25mm				"	1.800,00 m²
30mm				"	2.100,00 m²
Eucatex Azulejo 3,5mm				"	765,00 m²
Eucatex Lambri 3,5mm				"	765,00 m²

Lambris Compensados 0,07 cm.

pinho faqueado	Cr$	2.142,00 m²
descascado	"	1.428,00 m²
imbuia	"	2.142,00 m²
amendoim	"	2.142,00 m²
cedro	"	2.142,00 m²
marfim	"	2.142,00 m²
cerejeira	"	3.620,00 m²
jacarandá	"	4.000,00 m²
fantasia	"	4.165,00 m²
ranhurado	"	1.785,00 m²

Compensados 0,12 cm.

pinho faqueado	Cr$	1.983,00 m²
pinho descascado	"	1.757,00 m²
imbuia	"	1.975,00 m²
amendoim	"	1.975,00 m²
cedro	"	1.975,00 m²
marfim	"	1.590,00 m²
cerejeira	"	3.685,00 m²
jacarandá	"	3.685,00 m²

Maciços

pinho de riga	Cr$	15.000,00 m²
cedro amazonas	"	2.700,00 m²
gonçalo alves — peroba	"	2.000,00 m²
jacarandá	"	7.000,00 m²
cavúna	"	4.050,00 m²
marfim	"	2.500,00 m²

Parquet em peroba do campo ou sucupira

0,067x0,134	"	2.140,00 m²
0,077x0,402	"	2.650,00 m²

Parquet em amarelo cetim, macacaúba ou

braúna 0,067x0,134	"	2.800,00 m²
0,067x0,402	"	3.158,00 m²

(Revendedor no Rio: **Bernini, S. A.** — R. Moncorvo Filho, 25.)

05 — MATERIAIS PLASTICOS

Chapas plásticas (Formiplac) brilhantes 1,5m	Cr$	3.900,00 m²
meio fôscas	"	4.100,00 m²
fôscas	"	4.100,00 m²
Pias plásticas	"	8.000,00 m²
Pisos plásticos de luxo (colocado)	"	1.900,00 m²
anti-derrapante	"	1.600,00 m²
semi-áspero	"	1.650,00 m²
Tampos para vasos sanitários (Goyana)	"	4.600,00 um

06 — MATERIAIS QUIMICOS

Impermeabilizante (Repelâgua)	Cr$	2.200,00 galão
impermeabilizante de pêga normal	"	75,00 kg
impermeabilizante de pêga rápida	"	135,00 kg
impermeabilizante de pêga ultra rápida	"	167,00 kg
mastique elástico p/calafetar a frio (prêto)	"	110,00 kg
(cinza)	"	215,00 kg
tinta protetora para concreto	"	110,00 kg
tinta protetora para fachadas	"	105,00 kg
líquido inciolor para fachadas	"	237,00 kg
tinta asfáltica de proteção, tipo Proko	"	72,00 kg

07 — MATERIAIS DE VIDRO

Pastilhas de vidro

Miscelanea MC	"	1.000,00 m²
Miscelânea MS	"	780,00 m²
Reflex	"	1.180,00 m²
Vipax Especial	"	2.220,00 m²
Vipax Standard	"	1.350,00 m²
Telhas de vidro (marselha)	"	150,00 uma

08 — EQUIPAMENTOS

Exaustores domésticos standard	Cr$	27.670,00 um
doméstico luxo	"	31.500,00 um
comerciais 250mm	"	31.000,00 um
comerciais 400mm	"	37.700,00 um
Aquecedores elétricos cap. 30L	"	38.000,00 um
cap. 80L	"	61.500,00 um
cap. 100L	"	71.400,00 um
cap. 200L	"	151.000,00 um
cap. 300L	"	224.000,00 um
cap. 500L	"	337.000,00 um
Aquecedores a gás (brancos)	"	31.280,00 um
Aquecedores a gás (em côr)	"	35.400,00 um
Fogões a gás (encanamento) 4 bôcas	"	30.980,00 um
6 bôcas — 522	"	112.560,00 um
Fogões a gás (engarrafado) 4 bôcas (c/instalação de 2 botijões). 6 bôcas	"	49.745,00 um
	"	110.850,00 um

(Revendedores no Rio:
MARCOVAN — R. S. José, 78 a 80
J. M. MELLO — R. Riachuelo, 61/63).



ECONOMIA

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

O cimento Portland Mauá supera as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Indústrias Madeirit S. A.

Indústria de produtos de madeira para construção em geral. — Matriz: São Paulo: Rua Xavier de Toledo, 264 — 10.º andar — Tel. 37-5848 — 36-7020 — 36-8884 — 35-4798 — C. P. 2233 — Lojas: — São Paulo: Rua do Gazômetro, 560 — Tel. 92-2775 — Compensados. — Rua Augusta, 1907 — Tel. 31-7005 — Artesanato — Rua Augusta, 962 — Tel. 32-7462 — Lambris. — Filiais: Guanabara — Rio de Janeiro — Rua da Quitanda, 74 — 3.º andar — Tel. 31-2349 — 31-2311. — Bahia — São Salvador — Edifício Banpolar — Praça Conde dos Arcos — 4.º andar — Tel. 2-0491 — 2-0492. — Distrito Federal — Brasília — Super Quadra, 313 — Loja 9 — SCL. — Representantes: Manáus — Belém — Natal — João Pessoa — Aracaju — Fortaleza — Maceió — São Luiz — Recife — Goiânia — Belo Horizonte — Corumbá — Santos — Curitiba — Vitória — Joinville — Pôrto Alegre.

LINHA DE PRODUÇÃO:

1 — *Fôrmas para concreto — Sistema Madeirit*
Chapas de madeira compensada, revestidas com plástico de proteção e coladas com resina sintética à prova d'água.

Asseguram:
° Menor número de juntas ° Dispensam revestimento ° Garantem o fator água-cimento ° Amplo reaproveitamento ° Mínimo consumo de pregos ° Economia de mão-de-obra ° Desafogam o serviço de guincho monta-carga. Moldagem perfeita para concreto aparente ° Poupam espaço na obra ° Desformagem mais fácil.

2 — *Compensado — À prova d'água* Para construções rápidas
duráveis e
econômicas

Medidas — 220x110 cm. ou 220x160 cm.
Espessura — de 2 a 40 mm.
Com revestimento plástico e
Impregnado ou não.

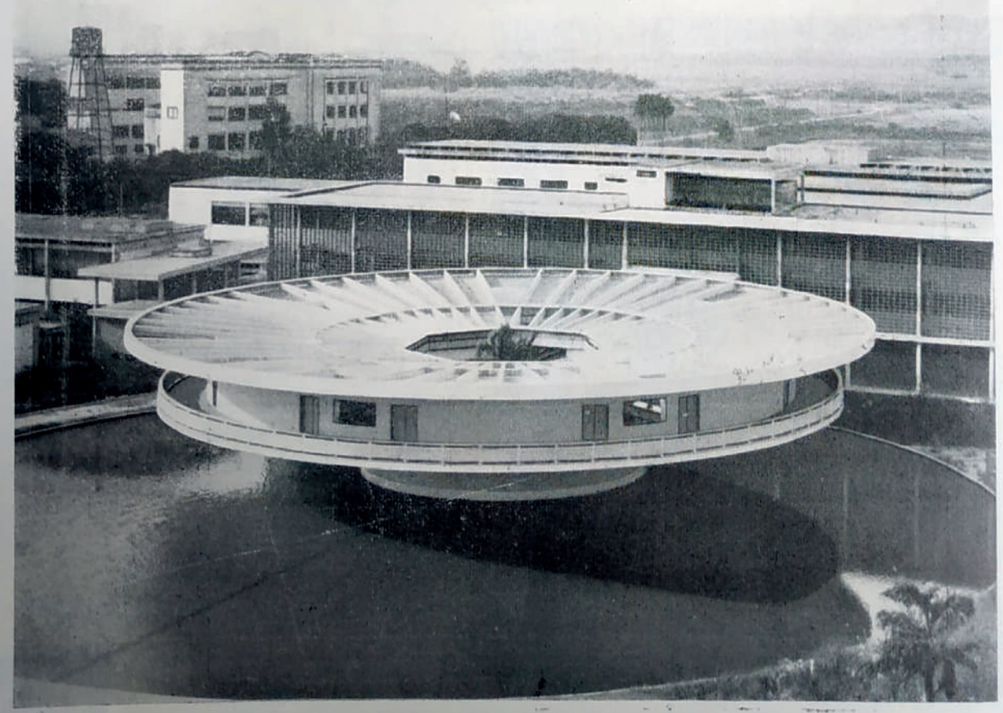
3 — *Super-Madeirit*
Compensado de alta densidade —
produto altamente especializado
processo Madeirit — fabricado sob
encomenda para fins específicos.

4 — *Telhas — Patente* 40399
Madeira compensada ondulada com revestimento de alumínio leve e resistente — 220x98 cm.

5 — *Lambris Madeirit*
Lâminas de madeira selecionada coladas com tela e aplicadas diretamente sôbre o rebôco com cola sintética especial.

6 — *Esteiras Madeirit*
Tecidos artesanais de madeira em variados tipos e estilos para *revestimentos* e *cortinas* com efeito decorativo.

7 — *Portas Six-Cel*
Colmeia de papel Kraft-resinado
95% de ar — 5% papel
Leves e resistentes.



O Auditório da Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo, é um magnífico exemplo de emprêgo correto da técnica de concreto aparente. Foram utilizados milhares de metros quadrados de Formas Madeirit nesta obra.

Montana S. A. Engenharia e Comércio

MONTANA S.A. ENGENHARIA E COMERCIO, máquinas e produtos para a construção — Rua Visconde de Inhaúma, 64 — 5.º — Tel.: 43-8863 — Caixa Postal 3090-ZC-00.

Linha de produção

1 — Caixa Montana de Descarga Externa, fabricada em granito sintético, extremamente decorativa, substitui com vantagem as de ferro fundido, pois não enferruja nem empena. A Caixa Montana de Descarga Externa é pràticamente uma versão nova da Caixa de Embutir, colocada em mais de 1/2 milhão de lares brasileiros. Sua forma de linhas simples e modernas, acompanha a parede, sem agressividade, harmoniosa e de mecanismo preciso.

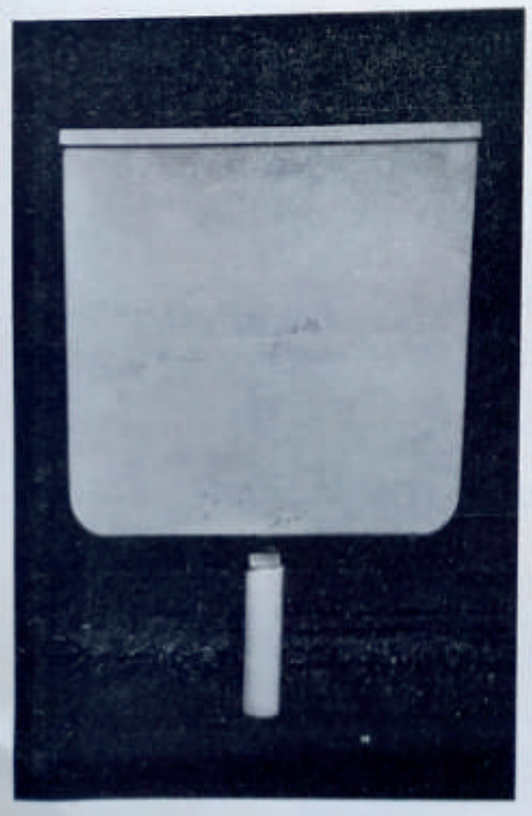
Em relação aos concorrentes, apresenta os seguintes pontos:

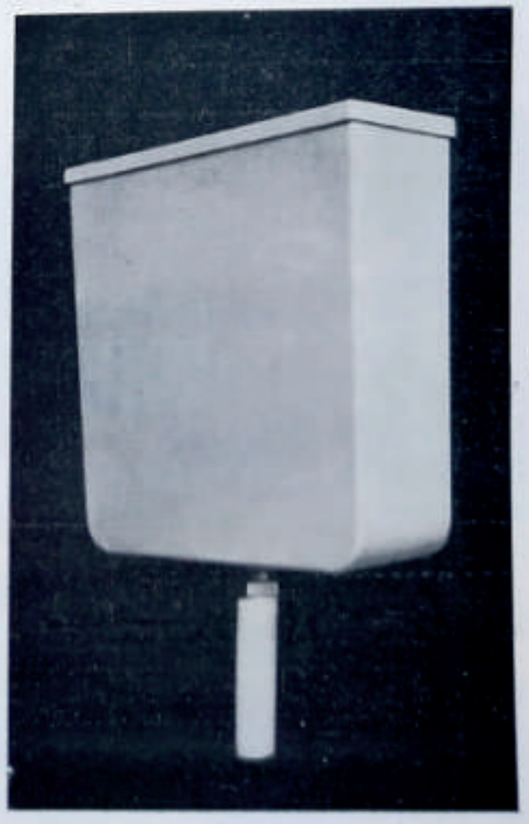
* Superioridade em desenho, construção e qualidade
* Máxima desempenho garantido
* Facilidade de colocação, manutenção e reposição de peças
* Experiência no ramo de mais de um quarto de século nos lares brasileiros
* Rigoroso contrôle, desde a matéria prima até o produto acabado
* Sistema exclusivo, patenteado, perfeito funcionamento
* Lavável — sempre nova — basta um pano úmido com sabão para limpá-la
* Baixo consumo de água — capacidade de 12 litros
* Resistente e durável

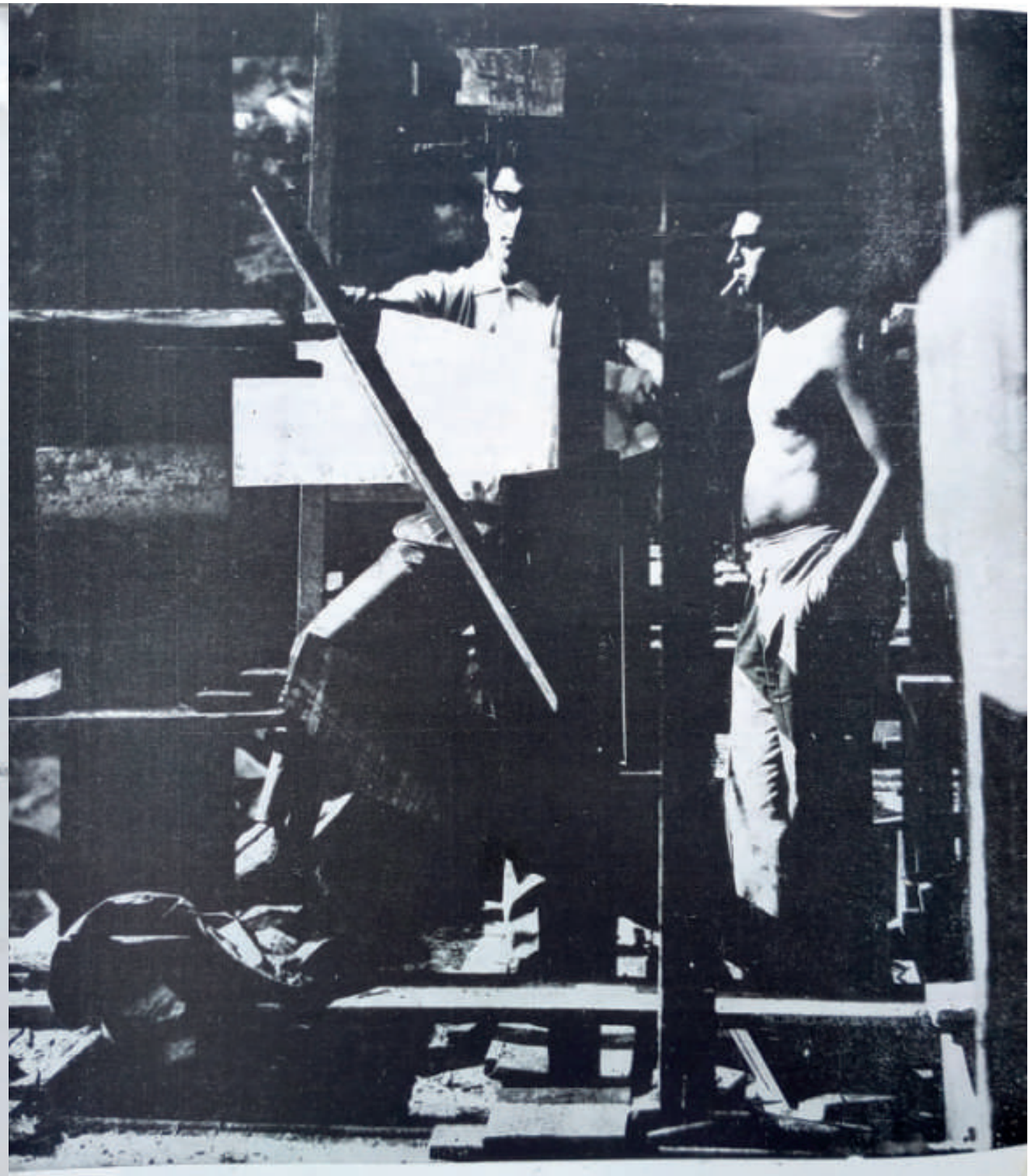
Em têrmos de estética, êste sôvo produto vem revolucionar o mercado, pois é fruto de concepção arrojada, melhor servindo nos banheiros, acrescentando-lhes beleza, o que convenhamos, é um atrativo.

Características:
Largura — 13 cm
Comprimento — 37,5 cm
Altura — 35,5 cm
Pêso — 4,3 kg

Apresenta uma vantagem essencial de custo de mão-de-obra — reduzido — não precisa de solda para colocação, podendo ser ligada ao vaso por tubo plástico. Altura da base da Caixa à entrada do vaso: 1.30 m.







QUEM ESPECIFICA?

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material? A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de **ARQUITETURA**. A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

CHAPAS

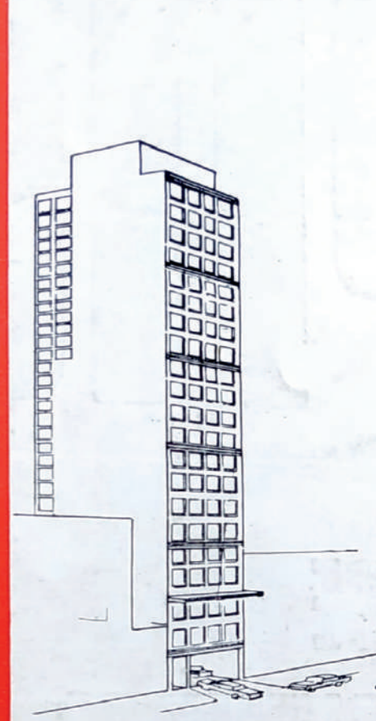
DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS



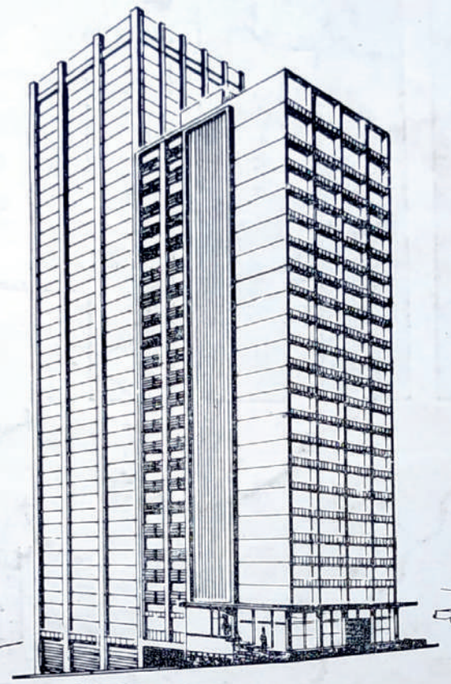
Companhia Brasileira de Alumínio
RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11.º ANDAR - SÃO PAULO

CBA

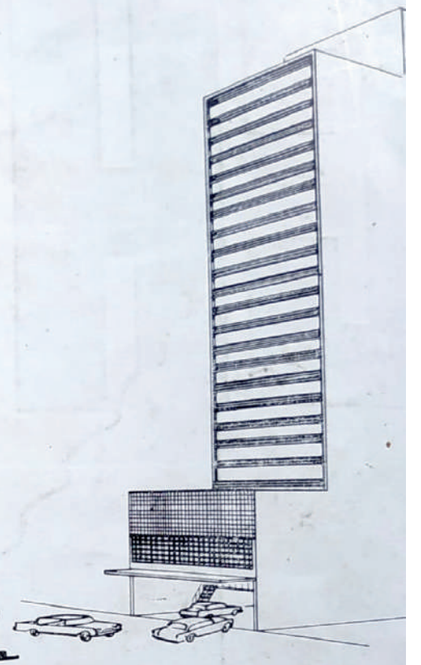
GARAGEM AUTOMÁTICA - SISTEMA VILLARES



EDIFÍCIO CONDESTÁVEL
SÃO PAULO
ENG. CYPRIANO MARQUES FILHO

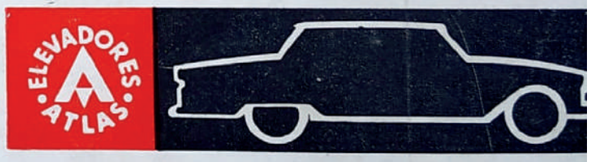


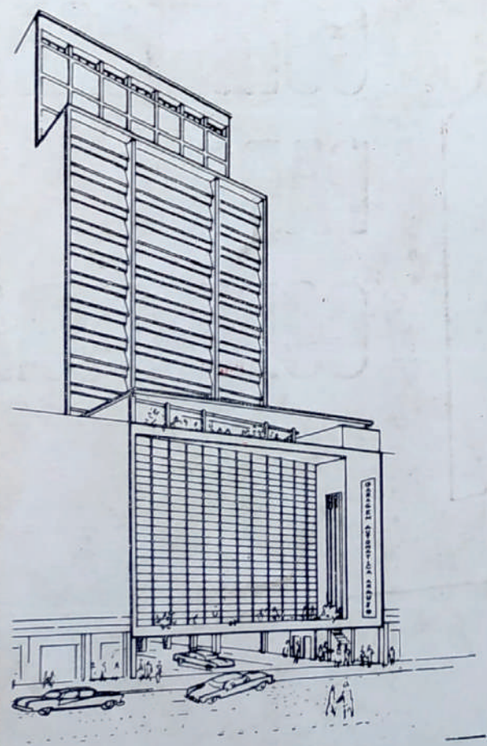
GARAGEM JAMILE CARAM
LONDRINA
EMPREENDIMENTO DA
BOLSA DE IMÓVEIS DE LONDRINA
ARQUITETO: FERNANDO MARTINS GOMES



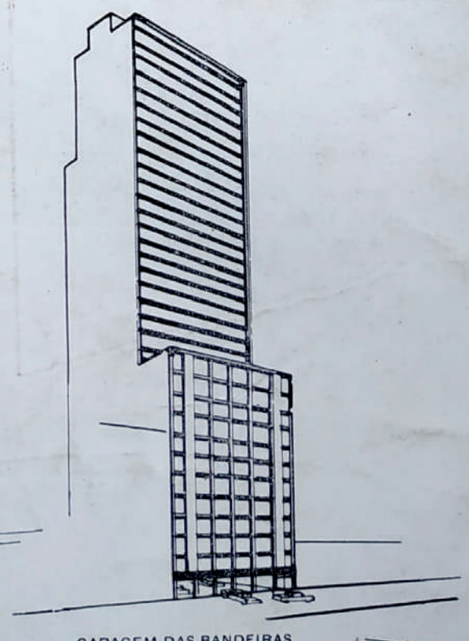
GARAGEM PLAZA
SANTOS
PROPRIEDADE DA
IMOBILIÁRIA ITARARÉ LTDA.

ELEVADORES ATLAS





GARAGEM ARAÚJO
SÃO PAULO
SEVERO & VILLARES



GARAGEM DAS BANDEIRAS
SÃO PAULO
FORTUNATO CIAMPOLINI LTDA.

GARAGEM RIACHUELO
SÃO PAULO
SEVERO & VILLARES

